



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

VALÉRIA TEIXEIRA GRAZIANO

CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES EM TIMOR-LESTE:

**Uma contribuição para o debate sobre a atuação da
comunidade internacional nos contextos de pós-conflito armado**

**Brasília
2013**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional

VALÉRIA TEIXEIRA GRAZIANO

CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES EM TIMOR-LESTE:
Uma contribuição para o debate sobre a atuação da comunidade
internacional nos contextos de pós-conflito armado

Brasília, DF
Novembro/2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional

CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES EM TIMOR-LESTE:
Uma contribuição para o debate sobre a atuação da comunidade
internacional nos contextos de pós-conflito armado

VALÉRIA TEIXEIRA GRAZIANO

PROFESSOR ORIENTADOR: UMBERTO EUZÉBIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Brasília, DF
Novembro/2013

FICHA CATALOGRÁFICA

G785c Graziano, Valéria Teixeira.

Construção do Estado e identidades em Timor-Leste: Uma contribuição para o debate sobre a atuação da comunidade internacional nos contextos de pós-conflito armado/ Valéria Teixeira Graziano. -- Brasília, 2013.
124f.

Dissertação (Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília - UnB

1. Timor-Leste. 2. Globalização. 3. Identidade. 4. Pós-conflito. 5. Cooperação Internacional I. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Sociedade e Cooperação Internacional

VALÉRIA TEIXEIRA GRAZIANO

CONSTRUÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADES EM TIMOR-LESTE:
Uma contribuição para o debate sobre a atuação da comunidade
internacional nos contextos de pós-conflito armado

Dr. Umberto Euzébio – Orientador

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

Dr. José Walter Nunes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

Dra. Cláudia Sousa Leitão

Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da
Universidade Estadual do Ceará

Brasília, DF
Novembro/2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram durante o processo de desenvolvimento de minha pesquisa e, de alguma forma, deram - me força e inspiração para concretizar meu trabalho.

Em especial, aos meus pais e irmãos, pelo amor incondicional, apoio e confiança sempre.

Ao meu orientador, Professor Umberto Euzébio, pela generosidade e pelas experiências e conhecimentos compartilhados.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, pelos ricos debates e valiosos ensinamentos.

Aos colegas do Programa, pelas alegrias, angústias, aprendizados e conhecimentos compartilhados ao longo desses dois anos.

Aos meus amigos, de perto e de longe, pelas palavras de incentivo e pelos abraços e sorrisos nos momentos mais difíceis. Não poderia deixar de agradecer, em especial, ao meu grande amigo Gabriel Gualano de Godoy, pelo apoio, discussões e contribuições à minha pesquisa.

A todos aqueles que compartilham a esperança de um mundo mais justo.

À vida!

A todos os povos que vivem os dramas das guerras. Àqueles que enfrentam a violência e as injustiças dos conflitos sangrentos que caracterizam nossos tempos. A todos aqueles que, a sua maneira, lutam por paz, justiça e liberdade, ajudando a manter viva a esperança na humanidade.

Gosto de pensar que, do lado de cá da psicose do fervor patriótico, há uma evidência esmagadora de uma noção mais transnacional e translacional do hibridismo das comunidades imaginadas (BHABHA, 1998).

RESUMO

O Timor-Leste, um dos mais jovens Estados do mundo, experimentou uma situação singular ao ser o único caso na história de um país administrado transitoriamente pelas Nações Unidas, sem um governo com o qual a ONU pudesse cooperar. Ademais, o país recebeu um volume até então desconhecido de recursos financeiros e humanos estrangeiros no processo de construção de suas instituições e estruturas básicas. É a partir dessa experiência que analiso a atuação da comunidade internacional em contextos de pós-conflito armado e seus impactos para as questões identitárias. Neste sentido, abordo em minha pesquisa o fenômeno da globalização e, em especial, suas consequências para os processos culturais e identitários; as implicações da reconfiguração de poderes no sistema global para os conflitos armados contemporâneos; e as práticas, dinâmicas e discursos empregados em nome da paz e do desenvolvimento pelos atores da cooperação internacional em Estados fragilizados. A pesquisa possui um caráter multidisciplinar e foi desenvolvida a partir de perspectivas e abordagens dos estudos pós-coloniais. Para tanto, busco referências e inspirações para os diversos conceitos abordados – como globalização, identidade, desenvolvimento e cooperação –, em autores considerados pós-colonialistas, como Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Homi Bhabha, Gilbert Rist e Wolfgang Sachs. Ao acreditar que os processos identitários no contexto de desenvolvimento de sociedades que emergem de conflitos armados continuam a ser ignorados pela maioria dos atores envolvidos nos projetos de cooperação internacional, espero que a pesquisa contribua para a incipiente reflexão teórica sobre o tema, bem como para o debate sobre as práticas atualmente empregadas, debate este fundamental para que a atuação da comunidade internacional nestes cenários seja repensada.

Palavras-chave: Timor-Leste. Globalização. Identidade. Pós-conflito. Cooperação internacional.

ABSTRACT

East Timor, one of the youngest countries in the world, experienced a unique situation for being the only case of a country transiently administered by the United Nations, without a government with which the United Nations could cooperate. Moreover, the country received a never before seen volume of financial and human foreign resources in the process of building their institutions and basic structures. It is from this experience that I analyze the role of the international community in post – armed conflict situations and their impact on issues of identity. In this sense , this research aboard the phenomenon of globalization and, in particular, its consequences for the processes and cultural identity; implications of the reconfiguration of power in the global system for contemporary armed conflicts, and the practices, dynamics and discourses employed by international cooperation actors in fragile states in the name of peace and development . Therefore, I seek references and inspirations for the various concepts discussed - as globalization, identity, development and cooperation - in post-colonial authors, such as Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Homi Bhabha, Gilbert Rist and Wolfgang Sachs. Believing that the identity processes in the development of societies emerging from armed conflict continues to be ignored by most actors involved in international cooperation projects, I hope that this research will contribute to the emerging theoretical reflection on the topic, as well as for the debate about the practices currently employed, which is critical to rethink the international community's role in these scenarios.

Key-words: East-Timor. Globalization. Identity. Post-conflict. International cooperation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AID	Assistência Internacional para o Desenvolvimento
APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
CAVR	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
FALINTIL	Forças Armadas de Libertação Nacional do Timor-Leste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INL	Instituto Nacional de Linguística do Timor-Leste
INTERFET	Força Internacional em Timor-Leste
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
UDT	União Democrática Timorense
UNAMET	Missão das Nações Unidas no Timor-Leste
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNMISET	Missão das Nações Unidas para Apoio ao Timor-Leste
UNMIT	Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste
UNOTIL	Escritório das Nações Unidas no Timor-Leste
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	14
1.2 ABORDAGEM TEÓRICA.....	15
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
2 GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADES	20
2.1 CONCEITUANDO A GLOBALIZAÇÃO	20
2.1.1 O Estado-nação na era da globalização	25
2.1.2 Estado, nação ou Estado-nação?	28
2.2 IDENTIDADES.....	29
2.2.1 O local e o global: identidades num mundo globalizado	29
2.2.2 A identidade e o Estado-nação	33
2.2.3 Identidade e diferença em tempos de crise.....	38
3 CONFLITOS ARMADOS E COOPERAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO	47
3.1 OS NOVOS CONFLITOS ARMADOS NO PÓS-GUERRA FRIA.....	47
3.2 PÓS-CONFLITO E A RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL.....	51
3.2.1 A ONU e as operações de <i>Peacebuilding</i>	53
3.2.2 Cooperação Internacional e Pós-Conflito	57
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	62
4 TIMOR-LESTE: DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA	72
4.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS.....	72
4.1.1 Demografia e indicadores socioeconômicos	72
4.1.2 Aspectos culturais.....	74
4.2 CONTEXTO HISTÓRICO	77
4.2.1 Da chegada dos portugueses à colonização.....	77
4.2.2 Descolonização, independência e invasão indonésia	79

4.3 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO	84
5 TIMOR-LESTE: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E PROCESSOS IDENTITÁRIOS	90
5.1 CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO TIMORENSE	90
5.1.1 Múltiplos atores, múltiplos interesses	90
5.1.2 Considerações sobre pós-conflito, cooperação e desenvolvimento em Timor-Leste.....	95
5.2 PROCESSOS IDENTITÁRIOS: PODEMOS FALAR EM UMA “IDENTIDADE TIMORENSE”?	99
5.2.1 (Re)construções identitárias em Timor-Leste independente.....	102
5.3 DESAFIOS FUTUROS.....	105
6 CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	120

1. INTRODUÇÃO

O Timor-Leste, um dos mais jovens Estados do mundo, foi colônia de Portugal por quase cinco séculos (nesse período, era conhecido como Timor Português), tornando-se independente em 28 de novembro de 1975. Todavia, apenas sete dias depois da independência foi invadido pela República da Indonésia, que o nomeou como “*Timor Timur*”, sua 27ª província. Apesar da intensa resistência interna, formada por diferentes frentes, incluindo uma guerrilha armada, uma rede civil clandestina de apoio à guerrilha e uma frente diplomática de timorenses exilados em países como Austrália, Portugal e Moçambique, a Indonésia ocupou o país por 24 anos. Durante a ocupação indonésia, acredita-se que cerca de 150 mil pessoas tenham morrido em conflitos e devido à escassez de alimentos. Ademais, cerca de 150 campos de concentração foram estabelecidos nos primeiros anos de ocupação (DURAND, 2010).

Nos anos de 1990, dois eventos chamaram a atenção do mundo para o Timor-Leste: o massacre de aproximadamente 300 pessoas no Cemitério de Santa Cruz, na capital do país, Díli; e o Prêmio Nobel da Paz de 1996, concedido ao Arcebispo de Díli, Bispo Carlos Ximenes Belo, e ao líder da resistência exilado, José Ramos Horta (que foi Presidente do país entre 2007 e 2012). Tal reconhecimento aos dois ativistas pela independência representou para os timorenses um sinal do crescente envolvimento da comunidade internacional com os dramas vividos na ilha.

Em 30 de agosto de 1999, 78,5% do povo timorense optou pela independência em referendo histórico organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e a Indonésia foi obrigada a retirar-se do território de Timor-Leste. A saída dos funcionários públicos e do exército indonésios não foi pacífica e resultou em massacres, perseguições a grupos independentistas e muita destruição. Depois de dois anos de administração transitória pelas Nações Unidas, o Timor Leste tornou-se oficialmente independente em 2002, como República Democrática do Timor-Leste, passando a ser o 191º Estado-Membro da ONU. Assim, depois de mais de quatro séculos de colonização portuguesa, 24 anos de ocupação indonésia e dois anos de administração transitória pela ONU, finalmente o Timor-Leste tornava-se, ao menos formalmente, um Estado livre e soberano.

A construção do Estado timorense pode ser considerada um caso único na história, já que foi a primeira vez que uma organização internacional administrou integralmente o país, sem qualquer tipo de governo com o qual pudesse cooperar. Como não havia um governo constituído, durante dois anos a Administração Transitória das Nações Unidas foi responsável por todo o território. Ademais, a ajuda internacional chegou ao país em volume financeiro nunca visto antes em outros Estados fragilizados. Países doadores chegaram com suas agências de cooperação para desenvolver uma enorme variedade de projetos, e a

assistência internacional para o desenvolvimento no país assumiu proporções até então desconhecidas, envolvendo uma ampla e complexa rede de atores governamentais e não governamentais. Além disso, chegavam ao Timor-Leste as agências, programas e fundos da Organização das Nações Unidas (ONU), bancos internacionais voltados ao desenvolvimento, dentre outros. Desde a independência em 2002, o país abrigou cinco operações políticas e de manutenção da paz das Nações Unidas. A última missão de paz da ONU no país encerrou-se em 31 de dezembro de 2012, o que não significou o fim da presença da comunidade internacional por meio da própria ONU e de outros atores no processo de construção e consolidação do novo Estado.

No que se refere ao contexto internacional relacionado com o objeto da pesquisa, o mesmo será analisado a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, tendo em vista que tais fatos alteraram de maneira significativa o cenário contemporâneo das relações internacionais, levando o processo de globalização a outro patamar. Desde então, ao mesmo tempo em que se consolidou a ideia de Estado-nação, o mundo tornou-se mais interdependente, a globalização aprofundou-se nas mais variadas vertentes e as organizações internacionais ganharam espaço e poder. Com o fim da Guerra Fria e os processos de descolonização em todo o mundo, as características dos conflitos armados e, conseqüentemente, os mecanismos de resposta da comunidade internacional, também sofreram profundas transformações. Além disso, a globalização impactou radicalmente as questões culturais e identitárias, rompendo com sua estabilidade e alterando as referências simbólicas que até então garantiam permanência às identidades culturais. Tais fenômenos têm resultado em novos e complexos processos identitários, marcado por identidades menos estáveis e mais fluídas, e, conseqüentemente, por crises de identidade, as quais fazem emergir movimentos tanto de homogeneização cultural quanto de resistência, como nacionalismos e fundamentalismos e, ainda, à formação de novas identidades.

Apesar da crescente visibilidade e atenção dispensada pela comunidade internacional aos cenários de pós-conflito armado em todo o mundo, ainda é escassa a bibliografia que reflita sobre os resultados para as sociedades afetadas dos projetos de cooperação e desenvolvimento levados a cabo nesses contextos. Mais raras ainda são as pesquisas que abordem os impactos da atuação da comunidade internacional para os processos identitários em sociedades que emergem de conflitos armados. Nesse sentido, pretende-se, a partir do estudo da realidade timorense, apresentar nesta pesquisa uma reflexão inicial sobre como as questões identitárias são articuladas pelos atores internacionais e comunidades locais nos contextos de pós-conflito armado. Espera-se, assim, contribuir para investigações futuras sobre o tema, bem como para análises das dinâmicas e atuação dos diversos atores envolvidos nesses processos.

1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

As transformações nas características dos conflitos armados, especialmente após o fim da Guerra Fria, resultaram, na maioria dos casos, no desaparecimento de inimigos identificáveis e na predominância de movimentos insurgentes, fazendo com que os conflitos se arrastassem para dentro de Estados fragilizados. Consequentemente, a proteção dos direitos humanos tornou-se mais difícil e complexa, e os civis passaram a ser, cada vez mais, alvos (e também autores) de violências e de atrocidades. Ao mesmo tempo, as relações internacionais passaram por amplas transformações em função do aprofundamento do fenômeno da globalização. As instituições internacionais, tanto intergovernamentais quanto não governamentais, multiplicaram-se e ganharam força, e a ONU adquiriu maior influência e responsabilidades no que se refere à resolução de crises humanitárias, à consolidação da paz no pós-conflito e ao desenvolvimento em todo o mundo.

Diante desse cenário, no qual os civis são cada vez mais vítimas dos conflitos armados e têm suas vidas radicalmente transformadas por eles, a questão da consolidação da paz e desenvolvimento dessas sociedades no pós-conflito tem ganhado espaço tanto no âmbito político quanto acadêmico. A estabilidade e a consolidação de uma paz duradoura representam grandes desafios, já que esse período inicial do pós-conflito é caracterizado, em geral, por insegurança e instabilidade política (UNITED NATIONS, 2010b).

Apesar do discurso de atuação multidimensional das Nações Unidas nos contextos de pós-conflito, muitos aspectos relevantes para a consolidação da paz e o desenvolvimento ainda recebem pouca atenção dos atores envolvidos em tais iniciativas. Ao se analisar os principais documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU sobre o tema, percebe-se que as questões culturais e identitárias ainda são, em geral, ignoradas. Ressalta-se que as palavras “cultura” e “identidade” não são sequer mencionadas nos mais recentes relatórios do Secretário-Geral da ONU sobre consolidação da paz no imediato período do fim do conflito¹. Segundo a Comissão Nacional da Holanda para a UNESCO (2010), o que se percebe é que ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que tais temas sejam, na prática, considerados parte importante e efetiva nos processos de reconstrução e consolidação da paz.

Considerando que o cenário pós-conflito é marcado por instabilidade e fragilidade política, social e econômica, os processos identitários que emergem nesses contextos representam um complexo desafio, uma vez que podem resultar tanto em fator de unificação e consolidação do Estado-nação quanto de instabilidade e ressurgimento de conflitos

¹ UNITED NATIONS. *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict*. Ver edições 2009 e 2010 (A/63/881–S/2009/304; A/64/866–S/2010/386).

internos no período imediato ao fim de conflitos. Neste sentido, a reflexão sobre os processos identitários nos contextos de pós-conflito torna-se cada vez mais necessária.

Dessa maneira, considerando os processos resultantes da globalização, como a reconfiguração de poderes no sistema mundial, as mudanças nas características dos conflitos armados e as transformações nas questões culturais e identitárias, pretende-se contribuir para a discussão sobre a atuação dos atores internacionais em contextos de pós-conflito armado e suas consequências para os processos identitários, buscando refletir sobre as atuais dinâmicas, discursos e práticas da comunidade internacional que, em nome da paz e do desenvolvimento, empregam grandes volumes de recursos e esforços em projetos de cooperação em Estados fragilizados por anos de conflitos armados.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é entender como a atuação dos atores internacionais, nos contextos de pós-conflito e de consolidação de Estados fragilizados por conflitos armados, impacta os processos identitários, a partir do estudo dessa realidade em Timor-Leste. Dentre os objetivos específicos estão: (i) abordar os processos resultantes do fenômeno da globalização, como as transformações no sistema internacional e no papel do Estado moderno; (ii) refletir sobre o conceito de identidade e os impactos da globalização para os processos identitários; (iii) analisar as implicações da globalização para os conflitos armados e a resposta da comunidade internacional; e (iv) analisar o contexto específico de consolidação do Estado e os processos identitários em Timor-Leste.

1.2 ABORDAGEM TEÓRICA

Para atingir os objetivos mencionados acima, recorri a diferentes campos teóricos, como os estudos sobre globalização, especialmente a partir da sociologia; os estudos culturais, campo multidisciplinar que tem dedicado especial atenção à questão da identidade; os estudos sobre desenvolvimento e sua relação com a cooperação internacional; e as relações internacionais, essencial para a reflexão sobre as lógicas do sistema internacional e a abordagem dos conflitos armados contemporâneos, bem como sobre a atuação de entidades supranacionais. Neste sentido, entendo que a multidisciplinaridade contribuirá para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que buscarei o diálogo entre autores e abordagens de diferentes campos teóricos.

Ao optar por desenvolver uma pesquisa de caráter multidisciplinar, acredito que o desafio esteja em buscar um fio condutor que dê unicidade e coerência ao trabalho. Nesta pesquisa, considero que esse fio condutor seja a perspectiva dos estudos pós-coloniais, buscando assim referências e inspirações para os diversos temas abordados – como globalização, identidade, desenvolvimento e cooperação –, em autores considerados pós-

colonialistas, como Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Homi Bhabha, Gilbert Rist e Wolfgang Sachs.

Os chamados Estudos Pós-Coloniais, também conhecidos como Pós-Colonialismo ou, ainda, Estudos Culturais Pós-Coloniais, uma vez que seu surgimento está estritamente relacionado com as influências dos Estudos Culturais e da Crítica Literária, foram institucionalizados como área acadêmica a partir da década de 1960. Os primeiros estudos sobre os efeitos da colonização nas sociedades, como *Orientalismo*, de Edward Said, que é considerado uma das principais referências do pós-colonialismo, não faziam menção ao termo “Pós-Colonial”. Apesar de sua consolidação como campo de pesquisa, ainda hoje a utilização do prefixo “pós” é alvo de intensos debates, já que o termo remeteria à ideia de um “depois” da colonização, enquanto na realidade pode-se considerar que continuam existindo situações bastante diversas de colonialismo em todo o mundo, não sendo possível estabelecer uma marca temporal, um “pós” que remeta a todas elas. Mas o objeto central de estudo deste campo teórico é essencialmente os processos e efeitos do colonialismo, bem como as reações a ele, desde o colonialismo europeu do século XVI até o neocolonialismo dos dias atuais.

Para Bhabha (1998, p. 26), a pós-colonialidade é justamente o lembrete das relações “neocoloniais” que permanecem presentes na nova ordem mundial, abrindo espaço para histórias de exploração e para estratégias de resistência, dando, ainda, testemunho de “países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, ‘de outro modo que não a modernidade’”. O autor acredita que, ao emergir do testemunho de países colonizados e dos discursos das “minorias”, as perspectivas pós-coloniais “intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 1998, p. 239).

[...] empreendendo a releitura desconstrutora dos discursos hegemônicos metropolitanos, e atentando com especial interesse para seus silêncios, assim como investigando a produção cultural gerada a contrapelo da situação colonial, pós ou neocolonial, o Pós-Colonialismo é, ele próprio, um contra discurso em relação a teorias críticas ainda dominantes na academia. Sua crítica intervém, através de diversas estratégias, na “*máster narrative*” do discurso ocidental, passado e presente, e problematiza os seus paradigmas, vistos como maniqueístas e binários. (GOMES, 2007, p. 102)

Considerando que a independência formal de um Estado não significa um ponto final da condição de colonizado e que as sociedades pós-coloniais continuam sujeitas a novas formas de dominação neocolonial, as análises desenvolvidas a partir dos estudos pós-coloniais não podem ignorar os processos históricos do colonialismo. O desenvolvimento de novas elites dentro da sociedade independente – frequentemente com o apoio das

instituições neocoloniais –; a formação de divisões internas baseadas em discriminações raciais, linguísticas ou religiosas; a continuidade do tratamento desigual para populações indígenas, dentre outros, revelam que o Pós-Colonialismo deve ser um processo contínuo de resistência e reconstrução. Isso não significa que as práticas Pós-Coloniais sejam semelhantes ou homogêneas, mas demonstram a impossibilidade de lidar com qualquer parte do processo colonial sem considerar seus antecedentes e consequências, ou seja, a impossibilidade de ignorar o contexto histórico inerente.

Ao adotar os estudos Pós-Coloniais como fio condutor desta pesquisa, tornam-se necessárias algumas considerações sobre como os principais conceitos e noções que serão utilizados no desenvolvimento deste trabalho são entendidos a partir dessa perspectiva.

No que se refere à globalização, sua importância para os estudos Pós-Coloniais está na demonstração da estrutura das relações de poder no mundo, a qual se mantém firme como um legado do imperialismo ocidental. Para os pós-colonialistas, a globalização, no período da descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, revela a transmutação do imperialismo para operações supranacionais na economia, comunicações, cultura, dentre outros. Assim, para esses autores, as formas como as comunidades locais lidam com as forças da globalização remetem, de certa maneira, às formas como as sociedades colonizadas lidam com as forças imperialistas. Assim, apesar de a globalização não ser um processo simples e unidirecional, essa abordagem demonstra que ela não irrompe espontaneamente pelo mundo, mas tem uma história integrada à história do imperialismo, às estruturas do sistema mundial, e às origens da economia global dentro da ideologia da retórica imperial.

As noções de cooperação e desenvolvimento serão abordadas essencialmente a partir da teoria pós-desenvolvimentista, ou pós-desenvolvimento, a qual entende que os conceitos e práticas vigentes no sistema internacional refletem a hegemonia ocidental do Norte sobre o resto do mundo. O pensamento pós-desenvolvimentista surgiu na década de 1980 como uma severa crítica aos projetos de desenvolvimento e às teorias dominantes do desenvolvimento. Para esses teóricos, o discurso do desenvolvimento baseia-se em noções etnocêntricas do Ocidente, construído no Norte como “modernidade” e imposto ao Sul, refletindo as relações de poder na estrutura do sistema mundial, os interesses econômicos, o etnocentrismo e os valores “universais” impostos pelo Ocidente, como “democracia”, “justiça” e a própria noção do que seria o “desenvolvimento”. Ademais, tais discursos estariam enraizados nos discursos coloniais e neocoloniais, os quais se utilizam de binarismos como, por exemplo, “avançados” e “primitivos”. Apesar de suas limitações, como a criticada ausência de uma contraproposta às práticas políticas de desenvolvimento tal como as implementadas atualmente, acredito que essa perspectiva é a que melhor ajudará a refletir sobre os processos de desenvolvimento em contextos de pós-conflito, buscando

entender como são moldados, a partir de quais valores, por quem, para quê e para quem, com que interesses. Assim, contribuirá também para a reflexão sobre os processos identitários no contexto da construção do Estado em Timor-Leste, marcado pela forte interferência de atores internacionais.

A questão identitária constitui-se tema central para os chamados Estudos Culturais Pós-Coloniais, abordagem que tem contribuído para a reflexão sobre os processos e dilemas inerentes ao desenvolvimento de sociedades pós-coloniais, com especial atenção para as complexas dinâmicas culturais e identitárias. Como mencionado anteriormente, o surgimento dos estudos Pós-Coloniais está intrinsecamente relacionado com as reflexões desenvolvidas nos campos dos Estudos Culturais e da Crítica Literária. Assim, é impossível delimitar a questão da identidade cultural às fronteiras dos Estudos Culturais, visto que ela permeia também toda a discussão desenvolvida pelos teóricos dos chamados estudos pós-coloniais. Ao eleger teóricos como Stuart Hall e Homi Bhabha, abordarei a questão identitária no mundo contemporâneo a partir das complexas reconfigurações de poder no sistema mundial que emergem dos processos relacionados à globalização, a qual tem levado tais autores a questionarem o conceito fixo de “identidade nacional” e a proporem a fluidez e o hibridismo como caminho possível para as identidades culturais nesse novo mundo. Tais reflexões serão fundamentais para a análise dos processos identitários que emergem no contexto da independência e construção do Estado em Timor-Leste.

Ao considerar que os processos identitários no contexto do desenvolvimento de sociedades que emergem de conflitos armados continuam sendo ignorados pela maioria dos atores envolvidos nos projetos de cooperação internacional, pretendo contribuir para uma reflexão inicial sobre o tema. Para tanto, desenvolverei uma pesquisa de natureza exploratória, a partir de revisão bibliográfica relacionada às temáticas e campos teóricos mencionados acima, e de análise documental, a qual incluirá documentos e relatórios oficiais de diferentes órgãos das Nações Unidas, tais como relatórios do Secretário-Geral e da Assembleia-Geral sobre operações de consolidação de paz e atuação em situações de pós-conflito, bem como documentos da UNESCO sobre os projetos desenvolvidos em Timor-Leste.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo, abordo o conceito de globalização, suas características e dinâmicas, bem como as transformações no sistema internacional inerentes a esse fenômeno. Em seguida, apresento algumas reflexões sobre como a globalização afeta o papel e a importância do Estado moderno e, conseqüentemente, as referências culturais e identitárias, até então fortemente associadas às noções de “identidade nacional” e “nação”.

Na segunda parte deste capítulo, discuto os impactos da globalização para as questões culturais e identitárias, bem como os principais conceitos e abordagens relacionados às configurações e transformações identitárias no mundo contemporâneo.

No capítulo seguinte, são abordadas as características dos conflitos armados no mundo pós-Guerra Fria, bem como a resposta da comunidade internacional a essa nova realidade e as consequentes transformações na atuação das Nações Unidas nos contextos de pós-conflito armado. Ademais, tendo em conta que o processo de construção do Estado timorense e de (re)configurações identitárias em Timor-Leste estão inseridos no contexto de aprofundamento da globalização, desenvolvo algumas reflexões consideradas relevantes para esta pesquisa, tais como a relação entre globalização e conflitos armados contemporâneos; os impactos da globalização e dos processos de descolonização nas dinâmicas de cooperação internacional e no que se refere à abordagem da questão do “desenvolvimento”; e as consequências das operações de consolidação da paz da ONU como resultado do “discurso sobre a construção da paz e do desenvolvimento”.

No terceiro capítulo, exploro os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais da ilha de Timor-Leste. São apresentados os principais dados demográficos, sociais e econômicos do país, dando especial atenção aos aspectos culturais. Em seguida, faço um breve resumo sobre o contexto histórico timorense, desde a chegada dos portugueses na ilha, em 1512, e passando pelos processos de descolonização; invasão pela Indonésia; independência; administração transitória pelas Nações Unidas; e a construção do Estado independente da República Democrática de Timor-Leste, iniciada em 2002.

No último capítulo, a partir de considerações sobre pós-conflito, cooperação e desenvolvimento em Timor-Leste, são analisadas as consequências da intensa presença de atores estrangeiros no país durante o processo de construção do novo Estado para os processos culturais e identitários em Timor-Leste, bem como os desafios futuros relacionados à questão identitária. Reflito, ainda, sobre as possibilidades de consolidação de uma “identidade timorense”, questionando se a consolidação do Estado-nação a partir de uma “identidade nacional” representa atualmente o único – ou o melhor – caminho para a garantia de estabilidade e coesão social nos Estados modernos.

2. GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADES

2.1 CONCEITUANDO A GLOBALIZAÇÃO

Castells (2010, p. 17) inicia sua obra *O poder da identidade*, segundo volume da trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, afirmando que “nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade”. É a partir dessa premissa que ele desenvolve sua teoria sobre “esse novo mundo”, essa nova sociedade, a qual define como “sociedade em rede”. Para o autor, as transformações resultantes do processo de globalização, como a revolução tecnológica e da informação e a reestruturação do capitalismo, impactaram de maneira significativa as relações de poder no contexto mundial, levando, segundo ele, ao questionamento da existência do Estado-nação e ao avanço de “expressões poderosas de identidade coletiva”.

Deixando à parte a discussão que suscita a obra de Castells sobre a real importância da dimensão da tecnologia da informação e das redes em tal processo de reconfiguração de poder no contexto mundial, é justamente a reflexão sobre este cenário que ele entende caracterizar-se pelas “tendências conflitantes” entre globalização e identidade que será abordado nesta pesquisa. A revisão bibliográfica sobre estes dois conceitos tem como objetivo embasar a análise que será realizada sobre os processos de construção ou reconfiguração de identidades no contexto da independência e formação do Estado em Timor-Leste.

Apesar de as referências à “globalização” terem sido amplamente difundidas pelos meios de comunicação nas duas últimas décadas, o conceito remonta a um período muito anterior. Segundo Held e McGrew (2001), sua origem está em trabalhos de muitos intelectuais do século XIX e início do século XX. Embora o fenômeno da globalização não seja recente, uma vez que os movimentos de populações e intercâmbio de mercadorias sempre fizeram parte da história das civilizações, o processo tal como é conhecido hoje começou a se constituir essencialmente a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento de uma nova ordem internacional. Todavia, somente na década de 1960 o termo “globalização” passou a ser efetivamente usado e, apesar de não ser um processo recente, não existe uma definição única e universalmente aceita, justamente devido à sua complexidade e abrangência.

A compressão espaço-temporal, a interdependência acelerada e um mundo em processo de encolhimento são algumas ideias centrais que constantemente são associadas ao conceito de globalização. Tal processo tem um aspecto inegavelmente material, na medida em que é possível identificar, por exemplo, fluxos de comércio, capital e pessoas em todo o globo, mas, como explicam Held e McGrew (2001), o conceito denota muito mais do

que a ampliação de relações e atividades sociais atravessando regiões e fronteiras. Para eles, a globalização

sugere uma magnitude ou intensidade crescente de fluxos globais, de tal monta que Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação. Em consequência disso, ocorrências e fenômenos distantes podem passar a ter sérios impactos internos, enquanto os acontecimentos locais podem gerar repercussões globais de peso. (HELD e MCGREW, 2001, p. 12).

Assim, para os autores, a globalização gera uma “certa mudança cognitiva”, fazendo com que a percepção sobre como acontecimentos distantes afetam os destinos locais (e vice-versa) seja alterada e levando à ideia de redução do tempo e do espaço geográfico. Held e McGrew (2001, p. 21) lembram, também, que a globalização é um fenômeno bastante complexo, movido por forças múltiplas, incluindo os imperativos econômicos, políticos e tecnológicos e que, uma vez que “atrai e empurra as sociedades para direções diferentes, ela gera, simultaneamente, cooperação e conflito, integração e fragmentação, exclusão e inclusão, convergência e divergência, ordem e desordem”.

O próprio termo “globalização” é bastante controverso, e inúmeras alternativas vêm sendo propostas a partir das diferentes visões e ênfases dadas por cada autor às diversas dimensões desse processo. Santos (2002), por exemplo, questiona se o mais correto não seria utilizar o termo “ocidentalização” ou “americanização”, ao invés de “globalização”, visto que, segundo ele, os valores, os artefatos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos, tais como individualismo, a democracia política, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o primado do direito, o cinema, dentre outros. Ortiz (2000), em sua obra *Mundialização e Cultura*, enfatiza a necessidade de diferenciação entre o conceito de “globalização” e o de “internacionalização”. Para o autor, não se tratam de sinônimos: a “internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais”, enquanto a globalização representa um processo qualitativamente diferente, podendo ser definida como “uma forma mais avançada, e complexa, da internacionalização, implicando certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas” (ORTIZ, 2000, p. 15).

Além disso, ele sublinha a distinção entre os termos “global” e “mundial”, empregando o primeiro para fazer referência a processos econômicos e tecnológicos, e o segundo, ou seja, a ideia de mundialização, ao domínio específico da cultura. Ortiz (2000, p. 29) acredita que a categoria “mundo” encontra-se assim articulada a duas dimensões, porque “ela se vincula primeiro ao movimento de globalização das sociedades, mas significa também uma ‘visão de mundo’, um universo simbólico específico à civilização atual”.

Santos (2002, p. 26) também enfatiza a abrangência e a complexidade do processo de globalização e afirma que “estamos diante de um fenômeno multifacetado, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Desse modo, o autor ressalta que “as explicações monocausais e as interpretações monolíticas desse fenômeno parecem pouco adequadas” (*ibid*). Apesar de afirmar que os valores que se globalizam são essencialmente ocidentais ou mais especificamente norte-americanos, ele reconhece que a globalização das últimas três décadas não se encaixa exclusivamente no “padrão moderno ocidental de globalização”, mas que “parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro” (SANTOS, 2002, p. 26).

O autor afirma que, embora as características ainda hoje dominantes da globalização tenham nascido de consensos neoliberais, com significativo impacto na economia e no papel do Estado sobre ela (o que ficou conhecido como Consenso de Washington), resultando em forte tendência a reduzi-la às suas dimensões econômicas, é necessário dar igual atenção às dimensões social, política e cultural desse processo. Santos (2002) acredita que, embora nem todas as dimensões estejam inscritas do mesmo modo nesse consenso, todas elas são afetadas pelo seu impacto. Assim, deve-se ter em mente que esse mesmo processo de globalização que levou aos avanços tecnológicos e comunicacionais e à formação de uma economia e de um mercado em escala global – inter-relacionando produção, investimentos, transportes, comércio e consumo em todas as partes do mundo –, tem resultado em exclusão e aumento de desigualdades. Os indicadores de desigualdade social e econômica têm demonstrado uma alarmante tendência rumo à polarização. Além do aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres, e entre a população rica e pobre no interior de um país, Santos (2002) ressalta ainda transformações como sobre população, catástrofes ambientais, migração internacional massiva, emergência de novos Estados e falência ou implosão de outros, proliferação de guerras civis, dentre outros.

Além de tudo, outro aspecto bastante relevante para a reflexão sobre a globalização e seus impactos está relacionado com o grau e intensidade com que atingem as diferentes regiões e países do mundo. Ao lembrar que a globalização afeta de maneiras distintas os diversos contextos regionais e nacionais, Santos (2002, p. 55) conclui que o que “designamos por globalização é, de fato, uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações”. Para o autor,

[...] aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização.

Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural. (SANTOS, 2002, p. 55)

Diante desse contexto, o autor entende que se vive hoje um período de transições, que podem ser divididas em três dimensões principais: transição no sistema de hierarquias e desigualdades do sistema mundial; transição no formato institucional e na complementaridade entre instituições; e transição na escala e na configuração dos conflitos sociais e políticos. Esse sistema mundial em transição, de acordo com Santos (2002), é constituído por três constelações de práticas coletivas: (i) a constelação de práticas interestatais, a qual reflete o papel dos Estados no sistema mundial moderno enquanto protagonistas da divisão internacional do trabalho no seio do qual se estabelece a hierarquia entre centro, periferia e semiperiferia; (ii) a constelação de práticas capitalistas globais, práticas estas de agentes econômicos cuja unidade espaço-temporal de atuação real ou potencial é o planeta; e (iii) a constelação de práticas sociais e culturais transnacionais, caracterizada pelos fluxos transfronteiriços de pessoas e de culturas, de informação e de comunicação.

Como resultado dessa complexidade que caracteriza a globalização, Held e McGrew (2001, p. 13) lembram que “a consciência da interligação crescente não apenas gera novas animosidades e conflitos, como pode também alimentar políticas reacionárias e uma xenofobia arraigada”. Para eles,

[...] uma vez que um segmento significativo da população mundial não é diretamente afetado pela globalização, ou fica basicamente excluído de seus benefícios, ela é um processo profundamente desagregador e, por isso mesmo, vigorosamente contestado. (HELD e MCGREW, 2001, p. 13)

As desigualdades geradas pela globalização tornam impossível que a mesma seja caracterizada como um processo universal uniformemente experimentado em todo o planeta. Os autores afirmam que, para os céticos em relação à globalização, esse tipo de ressalva torna o próprio conceito profundamente insatisfatório, faltando a ele precisão e definição clara. Para os céticos, o discurso sobre globalização seria uma construção ideológica que contribui para justificar e legitimar o projeto global neoliberal, funcionando o conceito de globalização “como um ‘mito necessário’, através do qual os políticos e governos disciplinam seus cidadãos para que eles satisfaçam os requisitos do mercado global” (HELD e MCGREW, 2001, p. 16).

No que se referem a tais controversos processos relacionados à globalização, Santos (2002) afirma que a ideia de globalização está permeada por dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas. Dentre tais intencionalidades, ele

menciona a “falácia do determinismo”, a qual define como a “inculcação da ideia de que a globalização é um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa” (SANTOS, 2002, p. 50). O autor explica que esse tipo de afirmação leva à transformação das causas da globalização em seus efeitos. Neste ponto, menciona Castells, que segundo ele incorre em tal falácia ao afirmar que a globalização é o resultado inelutável da revolução das tecnologias da informação. Santos (2002, p. 50) lembra que, ao contrário, a globalização é resultado de “um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria”. Ressalta, ademais, que “o Consenso de Washington é uma decisão política dos Estados centrais como são políticas as decisões dos Estados que o adotaram com mais ou menos autonomia, com mais ou menos seletividade” (*ibid*).

Sobre este ponto, Santos (2002) afirma que, a partir de uma análise mais aprofundada dos traços dominantes da globalização política, a qual ele denomina “globalização política dominante”, pode-se concluir que três componentes do Consenso de Washington são definidores no que se refere aos resultados da globalização: (i) o consenso do Estado fraco, em cuja base está a ideia de que o Estado é o oposto da sociedade civil e potencialmente o seu inimigo; (ii) o consenso da democracia liberal, que visa dar forma política ao Estado fraco; (iii) e o consenso sobre o primado do direito e do sistema judicial, sendo este, segundo o autor, o que melhor procura vincular a globalização política à globalização econômica.

A segunda intencionalidade apontada por Santos (2002) no discurso político-ideológico sobre a globalização é a falácia do desaparecimento do Sul:

Nos termos desta falácia as relações Norte/Sul nunca constituíram um verdadeiro conflito, mas durante muito tempo os dois polos das relações foram facilmente identificáveis, já que o Norte produzia produtos manufaturados, enquanto o Sul fornecia matérias-primas. [...] Quanto mais triunfalista é a concepção da globalização menor é a visibilidade do Sul ou das hierarquias do sistema mundial. (SANTOS, 2002, p. 50)

Segundo o autor, tal raciocínio leva à ideia de que a globalização impacta de maneira uniforme todas as regiões do mundo e todos os setores de atividade, tendendo inclusive a concluir que a globalização desestruturou as hierarquias da economia mundial anterior. Santos (2002) argumenta que é impossível sustentar que a fragmentação dessa nova lógica econômica tenha destruído o conceito de “Sul” quando a realidade mostra o aumento da disparidade entre países ricos e pobres nas últimas décadas².

² Neste ponto, é preciso esclarecer que o autor utiliza a ideia de “Sul” para fazer referência aos Estados em desenvolvimento do mundo, tendo assim mais a ver com sua condição socioeconômica e menos com sua localização geográfica.

2.1.1 O Estado-nação na era da globalização

Diante do aprofundamento do processo de globalização que caracteriza o mundo contemporâneo, o poder, e até mesmo a existência do Estado-nação, vem sendo alvos de questionamentos por parte de muitos estudiosos sobre o tema, colocando em xeque sua legitimidade como ator central dos processos políticos na atualidade. Tendo em vista que o fenômeno da globalização e as transformações na questão identitária estão intrinsecamente relacionados com a reconfiguração de poder no sistema mundial, a reflexão sobre o papel e importância do Estado-nação no contexto atual não pode ser ignorada.

Como explicam Held e McGrew (2001), os Estados modernos surgiram na Europa ocidental e em seus territórios coloniais nos séculos XVIII e XIX, embora suas origens remontem ao final do século XVI. Tal conformação distinguia-se das formas de organização política anteriores especialmente a partir de três fatores: a soberania, o território e a legitimidade. Assim, as grandes inovações do Estado-nação moderno podem ser consideradas a fixação de fronteiras, o controle monopolista da violência, a estrutura de poder político e a legitimidade.

Ainda de acordo com os autores,

[...] a consolidação do poder dos principais Estados-nação europeus fez parte de um processo em que se criou uma associação internacional dos Estados, primeiro na própria Europa e, mais tarde, à medida que a Europa se expandiu pelo globo, em diversas regiões, conforme as exigências europeias a suas colônias foram sendo impostas e encontrando resistência. (FERRO, 1997, *in*: HELD e MCGREW, 2001, p. 26).

Para Cervo (2007, p. 43), “o século XVII acabou por legitimar a sociedade de Estados independentes como força histórica do sistema internacional”. Ele lembra que o Congresso de Vestfália (1648), primeiro grande foro internacional dos tempos modernos, consagrou a superioridade do princípio da independência dos Estados, tanto em assuntos internos quanto externos. Além disso, o autor acredita que os acordos de Vestfália fizeram a sociedade internacional europeia avançar em termos conceituais e afirma que “a nova ordem era fruto de negociação, legitimava uma sociedade de Estados soberanos, enaltecia a associação e a aliança, mas não era ingênua a ponto de ignorar a existência de hierarquia e hegemonia entre Estados e a mobilidade da balança de poder” (CERVO, 2007, p. 43). Nesse mesmo sentido, Santos (2002, p. 36) entende que “o impacto do contexto internacional na regulação do Estado-nação, mais do que um fenômeno novo, é inerente ao sistema internacional moderno e está inscrito no próprio Tratado de Vestfália (1648) que o constitui”.

Contudo, como lembram Held e McGrew (2001), foi somente nos séculos XVIII e XIX que a soberania territorial, a igualdade formal entre os Estados, a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados reconhecidos e o consentimento do Estado, como pedra fundamental dos acordos jurídicos internacionais, consolidaram-se como princípios nucleares da ordem internacional moderna. Ademais, eles acreditam que essa ordem internacional moderna dos Estados tornou-se verdadeiramente global apenas no final do século XX, quando chegaram ao fim todos os grandes impérios do mundo. Foi somente a partir desse fato que, segundo os autores, muitos povos puderam finalmente ligar-se à sociedade das nações como comunidades políticas independentes. Entendem também que foi somente nesse período que o sistema moderno de Estado-nação atingiu seu “ponto alto”, com o estabelecimento de novas formas de cooperação e coordenação multilateral, o desenvolvimento dos regimes internacionais e a consolidação de organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Com o crescimento e fortalecimento do papel dos organismos internacionais e da cooperação internacional, impulsionados durante o período pós Grandes Guerras (1945) pela necessidade de reconstrução do continente europeu e também pelo temor do ressurgimento de conflitos nas mesmas proporções, bem como pelo processo de aprofundamento da globalização, especialmente a partir das regras estabelecidas pelo Consenso de Washington, o vínculo exclusivo entre território e poder político rompeu-se. Para Held e McGrew (2001, p.31), “o Estado transformou-se numa arena fragmentada de formulação de decisões políticas, permeada por redes transnacionais (governamentais e não governamentais) e por órgãos e forças internos”. Assim, o Estado moderno está cada vez mais inserido em redes de interligações regionais e globais, permeadas por forças intergovernamentais e transnacionais quase supranacionais, resultando em diminuição de seu poder e da capacidade de definir seus próprios rumos e desafiando sua soberania e legitimidade. Sua autoridade política estaria sendo substituída por sistemas regionais e globais de poder, políticos, econômicos e culturais. Os autores lembram que, de acordo com o discurso dos globalistas, a globalização

[...] vem desgastando a capacidade de os Estados-nação agirem com independência na articulação e na busca de objetivos políticos internos e internacionais: o poder e o papel do Estado-nação territorial estão em declínio. O poder político está sendo reconfigurado. (HELD e MCGREW, 2001, p. 36)

Sobre o tema, Castells (2010) argumenta que, no que ele denomina de “era da informação”, caracterizada por redes de poder e informação e pela crise de legitimidade e esvaziamento das instituições, o Estado-nação moderno vem perdendo boa parte de sua soberania. O autor afirma que, “apanhada pelo turbilhão dessas tendências opostas, a

existência do Estado-nação é questionada, arrastando para o epicentro da crise a própria noção de democracia política, postulado para a construção histórica de um Estado-nação soberano e representativo” (CASTELLS, 2010, p. 18). Para ele,

[...] ao tentar intervir estrategicamente nesse cenário global, o Estado perde sua capacidade de representar suas bases políticas estabelecidas no território. Em um mundo regido pelo multilateralismo, a divisão entre Estados e nações, entre a política de representação e a política de intervenção, desorganiza a unidade de medida política sobre a qual a democracia liberal foi construída e passou a ser exercida nos últimos dois séculos. (CASTELLS, 2010, p. 417).

Neste sentido, Castells (2010) acredita que os Estados, na tentativa de reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais, acabam comprometendo ainda mais sua soberania. Ademais, segundo ele, a estratégia de recuperação de sua legitimidade por meio da descentralização do poder administrativo leva ao aumento da indiferença da população com relação ao Estado-nação. Assim, para o autor, enquanto o capitalismo globalizado e as ideologias nacionalistas ganham espaço, o Estado-nação parece estar perdendo poder. Todavia, Castells ressalta que isso não significa que esteja perdendo sua influência, sendo esta uma distinção fundamental. Dessa forma, o autor conclui que este processo de compartilhamento de poder no contexto internacional tem resultado “na erosão sistêmica de seu poder em troca de sua durabilidade” (CASTELLS, 2010, p. 313). Diante da crescente pluralidade de fontes de poder e autoridade no sistema global, o Estado-nação seria apenas uma delas, exercendo influência ao lado de redes de capital, produção, comunicação, crime, instituições internacionais, aparatos militares supranacionais, organizações não governamentais, religiões transnacionais e movimentos de opinião pública. Em um nível abaixo do Estado, há as comunidades, tribos, localidades, cultos e gangues. Castells (2010, p. 353) acredita que, “embora os Estados-nação realmente continuem a existir, dentro de um futuro previsível, eles são, e cada vez mais serão nós de uma rede de poder mais abrangente”.

A esse respeito, Santos (2002) chega a afirmar que o papel do Estado na era da globalização é um dos pontos de maior controvérsia nos debates atuais: enquanto uns questionam a existência e o poder do Estado, outros acreditam que ele continua a ser a entidade política central, tendo em vista que a perda da soberania seria seletiva e por serem os próprios Estados os criadores da institucionalidade em nível global. Para ele,

[...] cada uma destas posições capta uma parte dos processos em curso. Nenhuma delas, porém, faz justiça às transformações no seu conjunto porque estas são, de fato, contraditórias e incluem tanto processos de estatização – a tal ponto que se pode afirmar que os Estados nunca foram tão importantes como hoje – como processos de desestatização em que interações, redes e fluxos transnacionais da maior importância ocorrem sem

qualquer interferência significativa do Estado, ao contrário do que sucedia no período anterior. (SANTOS, 2002, p. 55)

Assim, o autor lembra que a perda de soberania por parte dos Estados varia imensamente, visto que os Estados hegemônicos, diretamente ou por meio das instituições internacionais, ameaçam a autonomia e soberania de Estados periféricos ou semiperiféricos. A capacidade de resistência e reação de tais Estados a esses processos também varia enormemente.

Dessa forma, enquanto Castells (2010) enfatiza a perda de poder dos Estados em favor de sua “durabilidade”, tendo se transformado de sujeitos soberanos em atores estratégicos, ou seja, que possuem influência considerável, mas que raramente detêm poder, Santos (2002) ressalta que a nova configuração internacional levou tanto a processos complexos de perda de soberania quanto a processos de estatização e maior controle em diferentes áreas.

2.1.2 Estado, nação ou Estado-nação?

Ainda no que se refere ao debate atual sobre a legitimidade e o poder do Estado moderno, faz-se necessário mencionar outra questão relevante para esta pesquisa: a reflexão sobre o próprio conceito de “Estado-nação”. Seria o “Estado-nação” a formulação mais correta para fazer referência à atual configuração política? Seria o termo apropriado para utilização em todo e qualquer contexto nacional?

Para refletir sobre as perguntas acima, recorre-se a Castells (2010), para quem é essencial a distinção histórica entre nações e Estados, que surgiram, embora não para todas as nações, na Idade Moderna. Castells (2010, p. 69) define nações como “comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados”. De acordo com o autor, “o quanto essa história deve ser compartilhada para que uma determinada coletividade se transforme em nação varia conforme contextos e períodos, assim como variam os ingredientes que induzem à formação dessas comunidades”. Neste mesmo sentido, Hall (2006, p. 49), ao citar Schwarz (1986, p.106), afirma que “uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade’”. O autor ressalta também a importância para os Estudos Culturais da expressão “comunidade imaginada”, cunhada por Benedict Anderson (1983), para quem as diferenças entre as nações estão na forma como são imaginadas. Woodward (2012) explica que essa noção de comunidade imaginada foi desenvolvida por Anderson para sublinhar que a identidade nacional é totalmente dependente da ideia que fazemos dela. Todavia, tal expressão tem sido

amplamente contestada por autores Pós-Coloniais, para os quais essa noção ignora a questão fundamental das relações de poder, no sistema mundial e dentro do Estado, e das desigualdades internas e externas, as quais impactam de maneira inequívoca no processo de formação das identidades. Para esses autores, a expressão “comunidade imaginada” seria demasiadamente ingênua e simplista.

Considerando a diferenciação entre “Estado” e “nação”, Castells (2010) lembra que existem Nações sem Estados, Estados sem Nações, Estados plurinacionais, Estados uninacionais, Estados que compartilham uma nação, e nações que compartilham um Estado. Dessa forma, ele acredita que

[...] equiparar nações e Estados ao binômio Estado-nação, a menos que isso seja realizado em um determinado contexto histórico, torna-se uma contradição diante do exame dos registros de longo prazo estruturados em perspectiva global. (CASTELLS, 2010, p. 69)

Ortiz (2000, p. 43) também diferencia Estado e nação, definindo o Estado como “máquina político-administrativa, instituição que detém o monopólio da violência sobre um território determinado”, enquanto a nação seria o espaço integrado a um poder central, porém “articulando uma unidade mental e cultural de seus habitantes”.

A partir das definições aqui expostas, o Estado será entendido nesta pesquisa como a unidade territorial soberana, delimitada por fronteiras internacionalmente reconhecidas. No que se refere à nação, será entendida no sentido de comunidade cultural, ou seja, como um sistema de representação simbólica e cultural que produz sentidos. A reflexão sobre a formação da nação e o processo de fortalecimento do sentimento de pertencimento e lealdade à nação será abordada mais adiante, ainda neste capítulo, quando for discutido o processo de construção e reconfiguração de identidades.

2.2 IDENTIDADES

2.2.1 O local e o global: identidades num mundo globalizado

Diante dos processos de consolidação do Estado-nação moderno e do aprofundamento da globalização, bem como os consequentes debates sobre a reconfiguração de poderes em escala global, que afeta diretamente o papel e a legitimidade do Estado, as relações políticas e econômicas, e os processos culturais e identitários, faz-se necessária a reflexão sobre os processos de formação, consolidação e reconfiguração de identidades culturais nesse novo contexto. Por muito tempo associadas de maneira

inquestionável à nacionalidade, as identidades são atualmente confrontadas por essas novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais.

De acordo com Ortiz (2000), a formação da nação rompeu com o isolamento local, podendo ser entendido como um processo de desenraizamento, constituindo uma totalidade integrada e implicando na reformulação do próprio conceito de espaço. O autor explica que a cultura nacional pressupõe certo grau de desterritorialização, “liberando os indivíduos do peso das tradições regionais geograficamente enraizadas” (ORTIZ, 2000, p. 44). Held e McGrew (2001) lembram que antes do surgimento do Estado-nação, as comunicações e interações culturais ocorriam entre as elites, ou em níveis muito localizados e restritos. Assim, afirmam,

[...] a ascensão do Estado-nação moderno e dos movimentos nacionalistas alterou a paisagem da identidade política. Muitas vezes, as condições implicadas na criação do Estado moderno foram também as condições que geraram o sentimento de nacionalidade (HELD e MCGREW, 2001, p. 37).

Nesse contexto, Ortiz (2000) ressalta que a constituição da nação se sustenta em outro fenômeno: o surgimento da modernidade. Para ele, o desenvolvimento de uma sociedade industrial levou a transformações na estrutura social e possibilitou a formação de uma sociedade nacional. Por isso, entende ser este um primeiro momento de desterritorialização das relações sociais. O autor acredita que a modernidade se associa à racionalização da sociedade em seus diversos níveis e revela um tipo de organização social “desencaixada”, privilegiando qualidades como funcionalidade, mobilidade e racionalidade. Desse modo, a sociedade pode ser definida como um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si. Por isso, ele afirma que, “contrariamente ao que muitas vezes se supõe, a nação é uma primeira afirmação de mundialidade. Ela carrega em seu bojo uma modernidade-mundo” (ORTIZ, 2000, p. 50).

Essa noção de “desencaixe” é importante para a compreensão das novas configurações sociais: nas sociedades modernas, as “relações sociais são deslocadas dos contextos territoriais de interação e se reestruturam por meio de extensões indefinidas de tempo-espaço” (ORTIZ, 2000, p. 45). De acordo com Ortiz, é a separação do espaço e do tempo que permite o “desencaixe” das relações sociais. Ele explica que “o espaço é assim esvaziado de sua materialidade, definindo-se em relação a outros espaços distantes” (ORTIZ, 2000, p.48).

Posteriormente à constituição do Estado-nação e esta primeira etapa de desenraizamento das relações sociais, a globalização levou esse processo de desterritorialização a outra magnitude e complexidade nas últimas décadas. A revolução tecnológica e da informação e a formação de conglomerados mundiais de toda ordem fizeram com que a ideia de encolhimento do espaço e de compressão do tempo se tornasse

generalizada. Todavia, sobre este ponto, Santos (2002) ressalta que a compressão espaço-temporal, esse processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo, embora seja aparentemente monolítico,

[...] combina situações e condições altamente diferenciadas e, por esse motivo, não pode ser analisado independentemente das relações de poder que respondem pelas diferentes formas de mobilidade temporal e espacial. Por um lado, existe a classe capitalista global, aquela que realmente controla a compressão tempo-espaço e que é capaz de transformar a seu favor. Existem, por outro lado, as classes e grupos subordinados, como os trabalhadores migrantes e os refugiados, que nas últimas décadas têm efetuado bastante movimentação transfronteiriça, mas que não controlam, de modo algum, a compressão tempo-espaço. (SANTOS, 2002, p. 64)

Para Ortiz (2000), a revolução tecnológica e o aprimoramento das técnicas levaram a uma unificação do espaço, fazendo com que os lugares se globalizassem e afirma que

[...] cada local, não importa onde se encontre, revela o mundo, já que os pontos desta malha abrangente são suscetíveis de intercomunicação. Neste sentido, o mundo teria se tornado menor, mais denso, manifestando sua imanência em todos os lugares. (ORTIZ, 2000, p. 106)

Assim, afirma ele, o espaço torna-se “cheio” porque se “esvaziou”, o que significa que o movimento da mundialização percorre dois caminhos: a desterritorialização e a localização. Ou seja,

[...] enquanto pura abstração, o espaço, categoria social por excelência, não pode existir. Para isso ele deve se ‘localizar’, preenchendo o vazio de sua existência com a presença de objetos mundializados. O mundo, na sua abstração, torna-se assim reconhecível. (ORTIZ, 2000, p. 107)

Desse modo, Ortiz (2000, p. 31) afirma que “o processo de mundialização é um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais”. Ou seja, para existir de fato, ele deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens, deixando de ser uma expressão abstrata das relações sociais. Esses processos de desterritorialização e localização, que resultam no que o autor chama de mundialização, afetam diretamente as referências culturais, os significados, as relações sociais e a compreensão de si e do outro.

A partir dessa mesma ideia, Santos (2002) enfatiza que não existe uma globalização genuína. Para o autor, “aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo”. Ele entende que “não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica” (SANTOS, 2002, p. 63). Nesse sentido, conclui que

o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominante e, portanto, hierarquicamente inferior. De fato, vivemos tanto num mundo de localização como num mundo de globalização. Portanto, em termos analíticos, seria igualmente correto se a presente situação e os nossos tópicos de investigação se definissem em termos de localização, em vez de globalização. O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o fato de o discurso científico hegemônico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores. (SANTOS, 2002, p. 63)

Dessa forma, Santos (2002) defende os conceitos de localismo globalizado, quando determinado fenômeno local é globalizado com sucesso; e de globalismo localizado, quando resulta em impacto específico nas condições locais produzidas pelas práticas e imperativos transnacionais, que decorrem dos localismos globalizados. Ele entende que esta representa uma das contradições aparentes no discurso da globalização, pois,

[...] de fato, à medida que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas, abrindo caminho para novos *direitos às opções*, que atravessam fronteiras até há pouco tempo policiadas pela tradição, nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia, e frequentemente por todos eles em conjunto. Mas, por outro lado, e em aparente contradição com esta tendência, novas identidades regionais, nacionais e locais estão a emergir, construídas em torno de uma nova proeminência dos *direitos às raízes*. Tais localismos, tanto se referem a territórios reais ou imaginados, como a formas de vida e de sociabilidade assentes nas relações face-a-face, na proximidade e na interatividade. (SANTOS, 2002, p. 54)

Para Castells (2010), tais processos estão relacionados com a formação da sociedade em rede, estando ela fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria das pessoas e grupos, bem como na separação entre diferentes estruturas de tempo e espaço, entre poder e experiência. O autor acredita que estas novas condições fazem com que as sociedades civis encolham-se e tornem-se desarticuladas, já que deixa de existir continuidade entre a lógica de criação de poder em escala global e de representação em sociedades específicas, o que resulta em busca de significado na reconstrução de identidades defensivas. Dessa maneira, para ele, enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil, na sociedade em rede, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal.

Diante dos processos de globalização e mundialização da cultura, emergiram questionamentos sobre a possibilidade de consolidação de uma cultura global e sobre o impacto de tais processos na homogeneização cultural. Para Santos (2002, p. 47), “a ideia de uma cultura global é, claramente, um dos principais objetivos da modernidade”. Todavia, o autor afirma que, apesar do aumento dos fluxos transnacionais de bens, serviços, informações e pessoas, a maioria dos estudiosos do tema sustenta que estes processos

estão longe de conduzirem a uma cultura global. Ele acredita que “a cultura é por definição um processo social construído sobre a intercepção entre o universal e o particular” (SANTOS, 2002, p. 47). O autor concorda com Friedman (Featherston, 1990, p. 311), que afirma que “a fragmentação cultural e étnica, por um lado, e a homogeneização modernista, por outro, não são duas perspectivas opostas sobre o que está a acontecer, mas antes duas tendências, ambas constitutivas da realidade global”. O autor lembra também que

[...] os poderosos e envolventes processos de difusão e imposição de culturas, imperialisticamente definidas como universais, têm sido confrontados, em todo o sistema mundial, por múltiplos e engenhosos processos de resistência, identificação e indigenização culturais. (SANTOS, 2002, p. 47)

Para ele, esse debate sobre uma cultura global “tem tido o mérito de mostrar que a luta política em torno da homogeneização e da uniformização culturais transcendeu a configuração territorial em que teve lugar desde o século XIX até muito recentemente, isto é, o Estado-nação” (*ibid*).

Santos (2002) sugere que, diante das condições da economia mundial capitalista e do sistema interestatal moderno, parece haver espaço para as culturas globais parciais – parciais tanto em termos dos aspectos da vida social que cobrem quanto das regiões do mundo que abrangem. Ele explica que

dada a natureza hierárquica do sistema mundial, torna-se crucial identificar os grupos, as classes, os interesses e os Estados que definem as culturas parciais enquanto culturas globais, e que, por essa via, controlam a agenda da dominação política sob o disfarce da globalização cultural. Se é verdade que a intensificação dos contatos e da interdependência transfronteiriços abriu novas oportunidades para o exercício da tolerância, do ecumenismo, da solidariedade e do cosmopolitismo, não é menos verdade que, simultaneamente, têm surgido novas formas e manifestações de intolerância, chauvinismo, de racismo, de xenofobia e, em última instância, de imperialismo. As culturas globais parciais podem, desta forma, ter naturezas, alcances e perfis políticos muito diferentes. (SANTOS, 2002, p.48)

2.2.2 A identidade e o Estado-nação

“Se a autonomia do Estado-nação encontra-se comprometida com o processo de globalização das sociedades, por que a cultura permaneceria intacta, imune aos humores do sistema mundial?” (ORTIZ, 2000, p. 118).

A reflexão feita por Ortiz (2010), assim como por muitos outros estudiosos da questão identitária, desdobra-se dos impactos da globalização sobre o Estado-nação e a consolidação de identidades nacionais. Para o autor, afirmar que existe um processo de mundialização da cultura significa, de alguma maneira, se contrapor à ideia de cultura

nacional. Apesar do esforço feito pelo Estado para que a memória nacional confira “uma certidão de nascimento” para os que vivem em seu território – esforço este empreendido por meio da administração pública, da escola, dos símbolos nacionais e da língua oficial, por exemplo –, o autor destaca que é necessário reconhecer que a nação e as identidades nacionais são fatos recentes na história, estando por isso tão sujeitas às transformações no sistema mundial quanto os próprios Estados.

Para Hall (2006, p. 47), no mundo moderno, “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”, chegando inclusive a serem essencializadas pela maioria dos indivíduos. Nesse sentido, ele lembra que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, sendo formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006, p. 48). O autor ainda afirma que

[...] uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. (HALL, 2006, p. 50)

Ele sugere que a narrativa da cultura nacional é contada a partir de cinco estratégias principais. A primeira delas seria a “narrativa da nação”, contada e recontada nas histórias, literaturas nacionais, mídia e cultura popular, fornecendo as ferramentas que “simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2006, p. 52). Para ele, essas narrativas dão “significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte” (*ibid*). A segunda estratégia seria a “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”, ou seja, a crença de que os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar das vicissitudes da história. A terceira seria a “invenção da tradição”, ou seja, de um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar valores e normas por meio da repetição, implicando continuidade com um passado histórico adequado. Hall (2006) menciona ainda o “mito fundacional” como importante elemento da narrativa da cultura nacional, ao localizar a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante. A quinta estratégia seria a ideia de “um povo ou folk puro, original”.

Para Held e McGrew (2001), a consolidação das ideias e as narrativas da nação estão relacionadas a muitos fatores. Dentre eles, citam a tentativa por parte das elites dominantes de criarem uma identidade que legitime o aumento do poder estatal; a criação de um sistema educacional por meio do qual seja desenvolvido um arcabouço comum de ideias e sentidos; o surgimento dos novos sistemas de comunicação, que contribuíram para a

difusão de histórias e mitos nacionais; e a consolidação de comunidades étnicas através de uma cultura popular comum e de direitos e deveres compartilhados.

Todavia, deve-se atentar para o fato de que, com o objetivo de criar uma identidade nacional, entendida como essencial para a coesão e a consolidação e estabilidade de Estados soberanos, muitas vezes tais Estados ignoram a diversidade cultural e étnica, bem como as diferenças regionais em seu território, o que pode resultar em exclusões, insatisfações, desigualdades e conflitos. Nesse sentido, Hall (2006, p. 59) lembra que uma cultura nacional buscará unificar todas as diferenças de seus membros numa identidade cultural, “para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. Ele afirma, ainda, que “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural” (HALL, 2006, p. 59). Ortiz (2010, p. 44) afirma que a consciência coletiva do destino nacional funciona como um “cimento ideológico da coesão social” e que, por isso, existe um grande esforço por parte dos Estados no processo de formação da nacionalidade.

Sobre este ponto, Hall (2006) acredita que a maioria das Nações são formadas por diferentes culturas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, ou seja, por meio da supressão forçada da diferença cultural. Muitas Nações foram “construídas com base em ‘núcleos étnicos’ pré-modernos, cujos mitos e lembranças, valores e símbolos moldaram a cultura e as fronteiras da nação que as elites modernas conseguiram forjar” (Smith, 1990 *apud* HELD e MCGREW, 2001, p. 39). Held e McGrew enfatizam ainda que, considerando a grande diversidade de grupos étnicos, culturais e linguísticos de inclinações e lealdade variáveis existentes dentro das fronteiras de um Estado, as relações entre tais grupos, bem como entre eles e os Estados, não são uniformes e resultam, com frequência, em fontes de graves conflitos. Assim, afirmam os autores, entre o final do século XIX e o início do século XX, o nacionalismo tornou-se uma força que sustentou e respaldou a formação do Estado em alguns lugares e que o questionou ou reformulou em outros. Para Hall (2006, p. 62), “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”.

No que se refere ao impacto da globalização em tais processos, Woodward (2012) lembra que a globalização produz resultados diversos em termos de identidade. Para ela, a homogeneidade cultural produzida pelos mercados globais pode levar tanto ao distanciamento da identidade com relação ao local quanto à resistência e reafirmação de identidades ou surgimentos de novas identidades. Nesse mesmo sentido, Hall (2006) entende que a globalização resulta em crescimento da homogeneização cultural, desintegrando identidades nacionais, ao mesmo tempo em que reforça identidades nacionais a partir da resistência a tal processo de globalização e também possibilita o

deslocamento de identidades, fazendo surgir novas identidades, “identidades híbridas”. Para o autor, no mundo contemporâneo tal tensão entre o global e o local constitui-se a base para as transformações identitárias. Não se pode esquecer, ainda, que o processo de globalização é desigual e tem sua própria geometria de poder, o que faz com que seja encarado de maneiras diversas pelas sociedades e resulte em processos bastante diversos em termos de identidades.

Diante deste contexto, as transformações no que se refere às questões identitárias são diversas e complexas. Hall (2006) pondera que, apesar de seu possível efeito pluralizante sobre as identidades, das novas possibilidades e posições de identificação, a globalização também faz surgir movimentos contraditórios que tentam recuperar a “pureza” da identidade nacional. Assim, dois fenômenos centrais marcam as reações a tais dinâmicas: o ressurgimento e o fortalecimento dos movimentos nacionalistas, e o fundamentalismo. Tais reações podem ter consequências bastante negativas para os diferentes grupos que compõem uma nação, como a negação de culturas minoritárias e o absolutismo étnico e religioso, levando a exclusões de toda ordem e à violência.

Sobre a questão do surgimento dos movimentos de resistência dos excluídos do processo de globalização, Castells (2010) cita o exemplo do fundamentalismo islâmico que, segundo ele, surge como identidade reconstruída e como projeto político. Para o autor,

uma nova identidade está sendo construída, não por um retorno à tradição, mas pela manipulação de materiais tradicionais para a formação de um novo mundo divino e comunal, em que massas excluídas e intelectuais marginalizados possam reconstruir significados em uma alternativa global à ordem mundial excludente (CASTELLS, 2010, p. 37).

No que se refere aos movimentos nacionalistas, Castells (2010) afirma que seu ressurgimento tem surpreendido pesquisadores e analistas, que acreditavam na morte do nacionalismo como resultado do processo de globalização econômica, do questionamento ao conceito de nação e do universalismo de uma suposta cultura compartilhada. Para explicar esse fenômeno, o autor recorre à Gerlner e Hobsbawm, para quem

[...] os movimentos nacionalistas, como racionalizadores dos interesses de uma determinada elite, criam uma identidade nacional que, se bem-sucedida, é acolhida pelo Estado-nação, sendo posteriormente disseminada entre seus sujeitos por meio da propaganda política, a tal ponto que os “nacionais” estarão prontos para morrer por sua nação. (CASTELLS, 2010, p. 44)

Ao analisar o nacionalismo contemporâneo, Castells (2010, p. 45) observa que as nações tem vida própria, “independentemente da condição de Estado, embora estejam inseridos em ideários culturais e projetos políticos”. Para ele, a identificação pela etnia,

religião, idioma, território, *per se*, não são suficientes para erigir nações e induzir o nacionalismo, mas a experiência compartilhada sim. Os dois grandes exemplos citados pelo autor são os Estados Unidos e o Japão, países com forte identidade nacional, porém enquanto o Japão é uma das nações mais homogêneas do mundo do ponto de vista étnico, os Estados Unidos são exatamente o contrário. O que levou ao sentimento de pertencimento e nacionalismo em ambos os casos foi justamente a história compartilhada entre os diferentes grupos que compõem a nação.

Como características fundamentais desse nacionalismo contemporâneo, Castells (2010) entende que (i) pode ou não estar voltado à construção de um Estado-nação soberano e, portanto, as nações são, tanto do ponto de vista histórico quanto analítico, entidades independentes do Estado; (ii) as nações, bem como os Estado-nação, não estão historicamente limitados ao Estado-nação moderno tal como constituído na Europa nos 200 anos após a Revolução Francesa; (iii) o nacionalismo não é necessariamente um fenômeno das elites, não raro refletindo até mesmo uma reação contra as elites mundiais; e (iv) em virtude do fato de o nacionalismo contemporâneo ser mais reativo do que ativo, tende a ser mais cultural do que político, e, portanto, mais dirigido à defesa de uma cultura já institucionalizada do que à construção ou defesa de um Estado.

Ainda em sua análise sobre o nacionalismo contemporâneo, Castells (2010) menciona a teoria proposta por Rubert de Ventos³, que vê o surgimento da identidade nacional mediante a interação histórica entre quatro conjuntos de fatores: (i) fatores primários: etnia, território, idioma, religião e similares; (ii) fatores gerativos: desenvolvimento dos meios de comunicação e tecnologia, formação das cidades, surgimento de exércitos modernos e monarquias centralizadas; (iii) fatores induzidos: codificação da língua em gramáticas oficiais, crescimento da máquina burocrática e o estabelecimento de um sistema nacional de educação; e (iv) fatores reativos: defesa das identidades oprimidas e interesses subjugados por um grupo social dominante ou pelo aparato institucional, resultando na busca de identidades alternativas na memória coletiva do povo.

Castells (2010) explica que os elementos que desempenham determinados papéis na formação de um dado nacionalismo, e em uma determinada nação, variam conforme os respectivos contextos históricos, a matéria-prima disponível à memória coletiva e à interação entre estratégias de poder conflitantes. Assim, afirma, “o nacionalismo é, na verdade, cultural e politicamente construído, mas o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico, é, como, a partir de quê, por quem e para quê uma identidade é construída” (CASTELLS, 2010, p. 48).

³ Rubert de Ventos, X. Nacionalismos: el laberinto de la identidad. Madri: Espasa-Calpe, 1994.

Diante da exclusão gerada pela globalização e dos consequentes movimentos de resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de poder, Castells (2010) entende que o que ele denomina de “comunas culturais” de cunho religioso, nacional ou territorial sejam a principal alternativa para a construção de significados. Tais comunas, construídas culturalmente, nascem como reação a tendências sociais predominantes e constituem identidades defensivas. Para Castells (2010, p. 85), tais reações tornam-se “fontes de significado e identidade ao construírem novos códigos culturais a partir da matéria-prima fornecida pela história”.

2.2.3 Identidade e diferença em tempos de crise

E, afinal, o que é a identidade? Por que ela é tão importante? Por que esse debate sobre globalização e identidades ganhou tanto espaço na academia e nos meios de comunicação nas últimas décadas? Woodward (2012 *apud* MERCER, 1990, p. 4), lembra que a questão identitária “só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. E, para ela, está justamente aí a resposta: a questão identitária tem ganhado importância porque existe uma crise de identidades em diferentes âmbitos – pessoal, local e global. A autora afirma que

[...] os processos históricos que, aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política. (WOODWARD, 2012, p. 39)

Hall (2012) concorda que as transformações globais têm colocado em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção de identidades nacionais e étnicas. Para ele, é preciso vincular as discussões sobre identidade a todos os processos e práticas

[...] que têm perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria, coincidem com a modernidade, e os processos de migração forçada (ou “livre”) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial. (HALL, 2012, p. 108)

Apesar de as migrações sempre terem feito parte da história da humanidade, os processos de globalização levaram esse fenômeno a outro patamar, aumentando exponencialmente a quantidade e a intensidade dos fluxos migratórios. Assim, as migrações têm impactado de maneira significativa os processos identitários. Woodward (2012, p. 22) lembra que “a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas,

em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades”. Para ela, a dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares, podendo essas novas identidades serem tanto desestabilizadas quanto estabilizadoras. Nesse contexto, a autora enfatiza que a importância do conceito de diáspora , que, segundo ela, “nos permite compreender algumas dessas identidades – identidades que não têm uma ‘pátria’ e que não podem ser simplesmente atribuídas a uma única fonte” (WOODWARD, 2012, p. 22). A marginalização de grupos migrantes no interior de sociedades pós-industriais resulta, muitas vezes, em movimentos de reafirmação de suas identidades de origem, buscando fundamentos para a criação de novas e futuras identidades nacionais na evocação de origens, mitologias e fronteiras do passado. Para a autora, “os atuais conflitos estão, com frequência, concentrados nessas fronteiras, nas quais a identidade nacional é questionada e contestada” (WOODWARD, 2012, p. 24). De acordo com Bhabha (1998, p. 23), a demografia do novo internacionalismo é justamente “a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos”. Assim, para ele, as culturas “nacionais” são cada vez mais produzidas a partir da perspectiva das minorias.

Nesse sentido, Hall (2006, p. 07) afirma que, diante do atual processo de globalização, que resultou em sociedades de mudanças constante, rápida e permanente, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. O Estado deixou de ser a única ou principal referência cultural e identitária. O deslocamento ou descentração do sujeito tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constitui, segundo ele, uma “crise de identidade” para o indivíduo. Para Hall,

a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 7)

Desse modo, o autor ressalta que tais processos têm levado, por um lado, à formação de novas identidades, as quais ele denomina “identidades híbridas” e, por outro, ao fortalecimento de movimentos de resistência. Hall (2006) chega a afirmar que as nações modernas são, todas, híbridos culturais. Considerando ainda tais transformações históricas e hibridismos culturais, Bhabha (1998) lembra que os conceitos de culturas nacionais homogêneas e a transmissão consensual de tradições históricas estão em profundo processo de redefinição no mundo atual. Assim, como afirma Hall (2006, p 84), “a

continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais”.

No que se refere propriamente ao conceito de identidade, Hall (2006) desenvolve sua abordagem a partir da divisão em três diferentes concepções: (i) o sujeito do iluminismo, uma concepção “individualista” do sujeito e de sua identidade; (ii) o sujeito sociológico, o qual refletia a complexidade do mundo moderno, sendo formada na “interação” entre o eu e a sociedade; e (iii) o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Considerando que a concepção do sujeito pós-moderno proposta por Hall (2006) é a que reflete o processo de construção e fragmentação das identidades no mundo contemporâneo globalizado, é esta concepção que interessa para a pesquisa aqui desenvolvida.

Segundo Hall (2006, p. 12), o sujeito pós-moderno “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. O sujeito até então vivido como tendo uma identidade unificada e estável, torna-se fragmentado. Neste sentido, Hall (2012, p. 108) assinala que a identidade deve ser entendida como um conceito estratégico e posicional, e não essencialista. Na modernidade tardia, as identidades não são nunca unificadas e singulares, mas construídas de múltiplas maneiras “ao longo de discursos, práticas e posições que podem cruzar ou ser antagônicos” (HALL, 2012, p. 108).

Woodward (2012) lembra que a posição de Hall sobre a identidade enfatiza a fluidez, defendendo uma concepção de identidade cultural que a vê como “uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’”:

Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação. Esse passado é parte de uma “comunidade imaginada”, uma comunidade de sujeitos que se apresentam como sendo “nós”. (WOODWARD, 2012, p. 28)

Entendendo também a identidade a partir de uma concepção dinâmica, de um processo em constante construção e transformação, Mendes (2002) salienta que a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. Ao concordar com Hall (1996), o autor lembra que a identidade

[...] funciona como articulador, como ponto de ligação, entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, por um lado, e, por outro, os processos que produzem a subjetividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados. (MENDES, 2002, p. 503)

Essa afirmação do autor enfatiza a importância do discurso na formação das identidades. Para ele, a circulação crescente de discursos públicos, de narrativas centrais, fornece recursos individuais e coletivos para afirmar ou reafirmar essas identidades. De acordo com Hall,

[...] é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (HALL, 2012, p. 19)

Mendes (2002, p. 505) afirma ainda que, apesar de os processos de identificação serem sempre situacionais e históricos, conforme explicitado por Hall, fazendo com que diferentes expressões identitárias sejam dominantes em diferentes momentos, “é necessário realçar a necessidade de um sentimento individual de permanência identitária, permanência esta que é elaborada narrativamente, dentro dos discursos ativados em contextos distintos”. O autor acredita que

[...] as bases e as origens das identidades são os acidentes, as fricções, os erros, o caos, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. Essas identidades são ativadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na ação. As identidades são, assim, relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e na diferenciação, assumindo a interação um papel crucial neste processo. (MENDES, 2002, p. 505)

Para a reflexão aqui desenvolvida sobre os processos de formação de identidades, a abordagem da noção de “diferença” é essencial. Hall (2012, p. 110) acredita que as identidades são construídas “por meio da diferença e não fora dela”. Para ele,

[...] isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído. (HALL, 2012, p. 110)

Woodward (2012, p. 40) concorda que a marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade, e chega a afirmar que a identidade depende da diferença. Para a autora, a construção da identidade se dá a partir de dois processos diferentes, porém essenciais: a marcação simbólica, por meio da qual damos sentido a práticas e a relações sociais, e da diferenciação social, por meio da qual essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. Ela entende que “as formas

pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades” (WOODWARD, 2012, p. 40). A diferença é o que separa o “eu” do “outro”, é o que separa uma identidade de outra, estabelecendo distinções, em geral na forma de oposições como nós/eles, e construindo, assim, um sistema de classificação. Nesse processo, a autora acredita que algumas diferenças parecem ser mais importantes que outras, a depender do momento e do contexto. Assim, ela vê a identidade como relacional, sendo a diferença estabelecida por meio da marcação simbólica relativamente a outras identidades. A autora lembra ainda que as identidades não são unificadas e nem imutáveis, podendo haver contradições no seu interior e tendo que ser constantemente negociadas.

Bhabha (1998, p. 63) afirma que, enquanto a diversidade cultural é um objeto epistemológico, uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativa, a diferença cultural é um “processo da enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural”. O autor caracteriza também a diferença cultural como um “processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade”. Neste sentido, o autor ressalta que a diferença cultural representa muito mais que a controvérsia entre conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas, não podendo ser compreendida como “um jogo livre de polaridades e pluralidades no tempo homogêneo e vazio da comunidade nacional” (BHABHA, 1998, p. 227). Para ele, “o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação”.

Neste sentido, o autor recorre também ao conceito de *differance*⁴, com o objetivo de enfatizar que a diferença no processo da linguagem é essencial para a produção do sentido, o que leva o autor a afirmar que “o pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado” (BHABHA, 1998, p. 66), exigindo que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem do que Bhabha chama de “Terceiro Espaço”. Para ele, esse Terceiro Espaço de enunciação constitui condição prévia para a articulação da diferença cultural, porque garante que “o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo” (BHABHA, 1998, p. 68). O autor conclui que esse

[...] reconhecimento teórico do espaço-cisão da enunciação é capaz de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura *intemacional*, baseada não no

⁴ Conforme proposto pelo filósofo francês Jacques Derrida. Ver: EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Cultural Theory: The Key Concepts*. 2ª ed. Oxfordshire: Routledge, 2008.

exotismo do multiculturalismo ou na *diversidade* das culturas, mas na inscrição e articulação do *hibridismo* da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o “inter” – o fio cortante da tradução e da negociação, o *entre-lugar* – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do “povo”. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos. (BHABHA, 1998, p. 69).

Outra noção importante para a reflexão sobre identidades é a de fronteira. Ribeiro (2002) entende que, quanto mais o mundo se torna interconectado com o processo de globalização, mais importante se torna o conceito de fronteira – lembrando que a globalização não elimina as fronteiras, mas simplesmente as desloca, de acordo com as complexas redefinições da relação entre o local e o global que lhe são inerentes. Para o autor, a noção de fronteira neste contexto é essencial, pois “construir o Outro, nesta acepção, implica construir a fronteira que dele me separa” (RIBEIRO, 2002, p. 481). Ou seja, “a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projeta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade” (RIBEIRO, 2002, p. 481). O autor enfatiza que sua compreensão da noção de fronteira está relacionada com a ideia de “espaço de comunicação e de interação”, e não de “espaço de separação e diferenciação”. Então, o entendimento que ele propõe pretende romper com a noção de que a “linha’ de fronteira define rigidamente uma binaridade entre um dentro e um fora, o totalmente familiar e o inteiramente estranho, não consentindo, assim, qualquer modo de mediação ou de articulação”. Pelo contrário,

[...] teríamos a ideia de que a fronteira é um *medium* de comunicação, o espaço habitável em que o eu e o outro encontram uma possibilidade de partilha e, assim, a possibilidade de dar origem a novas configurações de identidade. Nesta acepção, a ideia de fronteira, como é bem nítido nos trabalhos de Boaventura Sousa Santos, surge recodificada de um modo que instrumentaliza o potencial metafórico do conceito num sentido genericamente definido pelo conceito de hibridação. (RIBEIRO, 2002, p. 483)

Bhabha lembra que os embates de fronteira acerca da diferença cultural podem ser consensuais ou conflituosos, e que o “trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente” (BHABHA, 1998, p. 27). Para o autor, é essa passagem intersticial que abre possibilidades para a tradução e para os hibridismos culturais, acolhendo a diferença sem imposição de hierarquias. Ele afirma que é na emergência desses interstícios que as experiências intersubjetivas e coletivas da nação, interesses e valores são negociados.

É a partir também dessa ideia de trabalho fronteiriço da cultura que Bhabha propõe a noção de “entre-lugar”. Ele afirma que, nesse momento que se parece viver nas fronteiras

do “presente”, marcado pelo uso constante do prefixo “pós”, é necessário focalizar justamente “aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 1998, p. 20). Para ele,

[...] esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 20)

A produção e perpetuação das memórias sociais também têm um papel importante para os processos identitários, solidificando-se a partir da simbolização e de sua reprodução ritualística, das celebrações e comemorações. Contudo, Mendes (2002) ressalta que é preciso lembrar que as sociedades e grupos produzem também memórias subterrâneas, as quais nascem e reproduzem-se em redes sociais informais, sendo necessário então entender como elas se relacionam com as memórias oficiais e quais as condições materiais, sociais e simbólicas para se reproduzirem. Dessa maneira, a memória torna-se campo e objeto de disputas, servindo para reforçar, impor ou contestar fatos sociais solidificados ao longo do tempo.

O autor recorre à obra de Boaventura de Sousa Santos para lembrar a relevância da equação permanente entre raízes e opções. Considerando a multiplicidade de opções oferecidas pela globalização, bem como os localismos e reterritorializações que ela também gera, ele explica que

[...] enquanto o pensamento das raízes é o pensamento de tudo que é profundo, permanente, único e singular, que dá segurança e consistência, o pensamento de opções é de tudo o que é variável, efêmero, substituível, possível e indeterminado a partir das raízes. (SANTOS, 1996, p. 9, *in*: MENDES, 2002, p. 513)

Concordando com a teoria de Santos, o autor afirma que “se verifica uma busca de raízes particularmente profundas e fortes que sustentem opções que são dramáticas e radicais” (MENDES, 2002, p. 509). Para ele, aí estaria a origem do fenômeno do fundamentalismo, tanto de ordem cultural como político ou religioso.

Outro ponto importante no que diz respeito ao processo de construção de identidades é a questão do poder e da desigualdade. Hall (2012, p. 109) lembra que as identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder” e, neste sentido, cita Laclau (1990), que argumenta que “a constituição de uma identidade social é um ato de poder, pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça”. Para Woodward (2012), todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A autora afirma que somos constrangidos tanto pela gama de

possibilidades oferecidas tanto pela cultura – isto é, pela variedade de representações simbólicas possíveis -, quanto pelas relações sociais.

Considerando ainda a questão do poder no processo de construção das identidades, Mendes (2002) afirma que a posição no espaço social, o capital simbólico de quem diz o quê, condiciona a construção, legitimação, apresentação e manutenção das identidades. Sendo as identidades negociações de sentido, “crucial será determinar, assim, quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem ou a favor de quem, com que propósitos e com que resultados” (MENDES, 2002, p. 505). Nesse mesmo sentido, Castells (2010, p. 23) afirma que “não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Ele lembra que

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 2010, p. 23)

Castells (2010) defende a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida fatores determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado. Considerando que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, Castells (2010) propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades, as quais levam a resultados distintos no que diz respeito à constituição da sociedade: (i) identidade legitimadora: dá origem a uma sociedade civil, a qual reproduz a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; (ii) identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência; (iii) identidade de projeto: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. A construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade.

A teoria proposta por Castells (2010) está inserida num contexto específico, o surgimento da sociedade em rede, conforme definição do próprio autor. Para ele, enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil, na

sociedade em rede, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. O autor acredita que a identidade legitimadora “parece ter entrado em uma crise estrutural, dada a rápida desintegração da sociedade civil herdada da era industrial e do desaparecimento gradativo do Estado-nação, a principal fonte de legitimidade” (CASTELLS, 2010, p. 86).

No que se refere aos três tipos de identidades explicitados acima, o autor afirma que um tipo pode se transformar em outro. Assim, “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação” (CASTELLS, 2010, p. 24). Para ele, a dinâmica de identidades revela que nenhuma delas “pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, per se, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto”. Não se pode ignorar também a questão dos benefícios gerados por cada identidade para aqueles que a incorpora.

Por ser um tema bastante complexo e envolver dinâmicas globais de toda ordem, a abordagem teórica sobre a questão da identidade no contexto da globalização mereceria um trabalho à parte. Dessa maneira, não tendo a pretensão de ser exaustiva na abordagem teórica do tema, foram selecionados os aspectos considerados essenciais para a análise que farei mais adiante, relacionada aos processos de (re)construção identitária no contexto de pós-conflito, independência e formação do Estado independente em Timor-Leste. Assim, a reflexão desenvolvida ao longo deste capítulo teve como objetivo apresentar os principais conceitos e abordagens teóricas relacionados à globalização, bem como sua relação com o Estado-nação e os processos identitários neste contexto.

3. CONFLITOS ARMADOS E COOPERAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

3.1 OS NOVOS CONFLITOS ARMADOS NO PÓS-GUERRA FRIA

Com o fim da Guerra Fria e do conflito ideológico no âmbito do sistema bipolar de poder (Leste x Oeste), que fora a base para as relações internacionais naquele período, a ordem estruturada até então sofreu profundas transformações. O estabelecimento de uma nova ordem internacional e o consequente aprofundamento do fenômeno da globalização levaram a processos de descolonização; à emergência de novos Estados e falência ou implosão de outros; ao ressurgimento de movimentos de resistência; a processos de exclusão de toda ordem – social, econômica, cultural, tecnológica, etc; e a um dramático aumento de desigualdades entre países ricos e pobres, bem como entre ricos e pobres no interior de um país.

Tal cenário resultou, nas últimas décadas, no aumento dos conflitos armados dentro de Estados fragilizados e na transformação radical de suas características. As guerras entre nações se tornaram exceção, enquanto conflitos violentos surgiram dentro de muitos países. Para Pronk (2009), o fim da Guerra Fria marcou o início de uma nova série de conflitos armados, e cenários de pesadelo surgiram em países como ex-Iugoslávia, ex-União Soviética, Somália, Ruanda, Congo, Serra Leoa, Libéria, Sudão, Afeganistão, dentre outros. Muitos desses conflitos não eram novos, tendo reemergido depois de décadas de silêncio. Em muitos casos, tensões étnicas dormentes ressurgiram. De acordo com Paris (2004), as guerras civis – as quais ele define como conflitos que acontecem essencialmente dentro das fronteiras de um Estado e entre beligerantes que em geral residem nesse Estado –, respondiam por 94% dos conflitos armados na década de 1990. O autor afirma ainda que, entre 1989 e 2000, foram registrados 111 conflitos armados no mundo, dos quais 104 eram conflitos intraestatais, o que reflete essa nova dinâmica dos conflitos armados no mundo pós-Guerra Fria.

Sobre o conceito de conflitos armados, para defini-lo Ramsbotham *et al.* (2009, p. 27) recorrem primeiramente à definição do termo “conflito”: “por conflito entendemos a busca por objetivos incompatíveis por diferentes grupos. Isso sugere uma abrangência maior de tempo e uma classe mais ampla que conflito armado”. Para eles, o conceito de conflito pode ser aplicado a qualquer conflito político, perseguidos por meios pacíficos ou pelo uso da força. Em seguida, os autores apresentam a seguinte definição para conflitos armados:

[...] categoria mais limitada de conflito que denota o recurso do uso da força por ambas as partes. É notoriamente difícil defini-lo, já que pode envolver uma infinidade de situações que vão de sobrevoos militares ou um ataque a

um civil por um único soldado a uma guerra completa com perdas massivas. (RAMSBOTHAM *et al.*, 2009, p. 28)

A natureza dos conflitos armados que emergiram no período pós-Guerra Fria levou à graves crises humanitárias e ameaças para a estabilidade política de diversas regiões do mundo. Tais conflitos resultaram, na maioria dos casos, no desaparecimento de inimigos identificáveis e na predominância de movimentos insurgentes. Levaram, ainda, ao abandono das regras na/da guerra e a terríveis níveis de violência e brutalidade, incluindo limpeza étnica e genocídio. De acordo com o relatório da ONU intitulado *Promotion and Protection of the rights of children: Impact of armed conflict on children* (UNITED NATIONS, 1996), tal cenário fez com que a proporção de vítimas civis desses conflitos saltasse de 5% para 90% nas últimas décadas. Paris (2004) explica que, enquanto no início do século XX aproximadamente 90% das vítimas das guerras eram soldados, durante a década de 1990 estimava-se que 90% dos mortos em conflitos armados eram civis. Consequentemente, a proteção dos direitos humanos tornou-se mais difícil e complexa, e os civis passaram a ser, cada vez mais, alvos (e também autores) de violências e de atrocidades, incluindo estupros sistemáticos e execuções em massa. Os conflitos internos tornaram-se também na década de 1990 a principal fonte dos grandes fluxos de deslocamentos internos, bem como de movimentos de refugiados, os quais com frequência acabam se transformando em emergências humanitárias em países vizinhos.

Assim, o desencadeamento de tantos conflitos intraestatais e crises humanitárias no mundo nesse período resultaram em ameaças à estabilidade tanto em nível regional quanto global, visto que muitos desses conflitos arrastaram-se para fora de suas fronteiras internacionais, levando a situação de insegurança e violência para Estados vizinhos. Paris (2004) lembra que, mesmo quando os conflitos permanecem geograficamente contidos dentro de suas fronteiras, estes podem levar instabilidade à região, em razão, por exemplo, dos fluxos de refugiados ou da possibilidade de ameaça à segurança por redes terroristas e criminosas do país em conflito.

Em sua maioria, os conflitos não podem ser explicados por um único motivo, estando em geral as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais inter-relacionadas, e influenciando, em diferentes graus, a escalada da violência. Tensões econômicas e políticas e acirramento da violência alimentam um círculo que leva à intensificação dos conflitos armados. Muitos deles possuem também conotação cultural: diferenças raciais, étnicas e tribais tem um papel significativo no acirramento de conflitos. Todavia, Pronk (2009) ressalta que, quando a divisão de identidades coincide com grupos econômicos ou políticos, os conflitos podem parecer culturais, porém com frequência tem origem em causas econômicas ou políticas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), as investigações acadêmicas recentes mostram que as diferenças culturais não

representam, por si mesmas, fator relevante que resulte em conflito. Em muitos casos, questões culturais são utilizadas como pretexto para o conflito, apesar de os mesmos serem resultados de circunstâncias políticas e/ou socioeconômicas. Muitas vezes, conflitos entre grupos de diferentes identidades são resultados de questões como exploração econômica ou exclusão, desigualdade de acesso e injustiça social. Tais conflitos são, em geral, resultados de manipulação política: os líderes invocam uma identidade única, os seus símbolos e a sua história de razões de queixa para “reunir as tropas”. Para Pronk (2009), o genocídio em Ruanda e a guerra civil na Bósnia nos anos 1990, os combates recentes no Quênia, a guerra no Afeganistão e os conflitos entre hindus e muçumanos na Índia e entre muçumanos e cristãos na Indonésia são exemplos de tal indução política da violência.

Neste trabalho, será abordado especialmente o período conhecido como pós-conflito, definido pela ONU como os dois primeiros anos depois que um conflito armado principal se encerra (UNITED NATIONS, 2010b). Contudo, a própria Organização reconhece que esse período pode variar imensamente em cada contexto, a depender da intensidade e dos anos que se arrastaram os conflitos, do grau de destruição no país, do tamanho da população afetada, das condições econômicas e da estrutura política vigentes depois do conflito, dentre outros. Neste período definido como pós-conflito, no qual a violência em larga escala cessa, os desafios a serem enfrentados são enormes: a situação é fluida, a paz em geral bastante frágil e as necessidades são muito maiores do que a capacidade para alcançá-las. De acordo com o documento *Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict* (UNITED NATIONS, 2009), as ameaças à paz são constantes durante esse período. Além da instabilidade, crises humanitárias e violações de direitos humanos podem continuar apesar do cessar formal das hostilidades. O fim do conflito não significa necessariamente a chegada da paz: a falta de consenso política e de confiança continua e as causas do conflito podem persistir. As tensões também podem aumentar com o retorno das pessoas para suas casas, muitas vezes destruídas ou ocupadas. A impunidade por crimes e atrocidades, incluindo violência sexual, antes, durante e depois do conflito podem comprometer seriamente os esforços para evitar o ressurgimento da violência.

Até o fim da Guerra Fria, as operações das Nações Unidas em situações de conflito e pós-conflito armado restringiam-se às atividades tradicionais de manutenção da paz (*peacekeeping*), as quais incluíam a presença de forças armadas para monitorar cessar-fogo ou patrulhamento de zonas de segurança neutras. Paris (2004) explica que tais missões buscavam não interferir de nenhuma maneira nos assuntos domésticos dos países afetados por conflitos por diversas razões, dentre elas: (i) a Carta das Nações Unidas, base legal para a atuação da organização, expressa a proibição de intervenção em assuntos essencialmente internos à jurisdição doméstica de qualquer Estado; (ii) qualquer atuação

que fosse além das atividades tradicionais de monitoramento requererem um papel mais intrusivo dos funcionários internacionais do que as partes em conflito normalmente estariam dispostas a aceitar; (iii) os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que inclui os dois atores centrais da Guerra Fria (União Soviética e Estados Unidos), em geral se opunham ao envolvimento da ONU em assuntos domésticos de seus respectivos aliados e “estados clientes”. Soviéticos e norte-americanos estavam preocupados em manter a integridade de suas respectivas áreas de influência; e (iv) diferenças ideológicas da Guerra Fria tornava impossível para a ONU promover um modelo particular de governança doméstica.

Com o fim da disputa bipolar e das tensões Leste-Oeste que caracterizavam o período da Guerra Fria, no fim da década de 1980 e início da década de 1990 a lógica dos interesses políticos que orientavam o desenvolvimento dos projetos de cooperação internacional em todo o mundo também se transformou. A busca pela hegemonia continuou a existir, porém a partir de outras configurações. Nenhuma das duas potências do período, Estados Unidos e União Soviética, estavam dispostas a manter o mesmo nível de militarização e assistência econômica que seus respectivos aliados receberam durante a Guerra Fria, especialmente em partes do mundo que pareciam ser estrategicamente insignificantes, como a África Subsaariana. Nesse contexto, Vizentini (2005) entende que

[...] a perda de importância econômica e a marginalização diplomático-estratégica [resultantes do fim da Guerra Fria] enfraqueceram os Estados periféricos, que mergulharam em conflitos micronacionalistas (“tribalizados”) e em guerras locais de extrema violência. As regiões mais afetadas foram, no Terceiro Mundo (“Sul”), a África e o Oriente Médio, e no Segundo Mundo (“Leste”), numa outra dimensão, o antigo campo soviético, mas o fenômeno manifestou-se igualmente em partes importantes da Ásia e da América Latina, e inclusive em certas áreas do Primeiro Mundo. (VIZENTINI, 2005, p. 39)

Essas alterações no cenário internacional e na forma de atuação externa das duas grandes potências resultaram, assim, em ressurgimento de antigos conflitos civis e em surgimento de novos em diversos países. Alguns regimes, como no Zaire e na Somália, dependiam da ajuda externa para monopolizar o poder político em seus países por meio da distribuição de apoio e do governo com mãos de ferro. Com a diminuição do fluxo de ajuda externa, a habilidade para lidar com dissidentes internos diminuiu e ressentimentos suprimidos foram colocados para fora, às vezes violentamente.

Como os dois países protagonistas da Guerra Fria já não estavam dispostos a devotar recursos e energia que seriam necessárias para reabilitar esses “Estados falidos”, Paris (2004) explica que tais transformações permitiram que organizações internacionais, incluindo a ONU, pudessem estar mais diretamente envolvidas nos esforços para acabar com conflitos que se arrastavam há muito tempo. Tais organizações foram sendo cada vez

mais chamadas a agir, especialmente quando crises humanitárias chamavam a atenção da mídia internacional. Por essas razões, a demanda por novas e mais abrangentes operações multilaterais de paz emergiram com o fim da Guerra Fria.

Esse complexo cenário, marcado pela nova realidade imposta pela globalização – incluindo aí o aumento da interdependência e da influência dos organismos internacionais e as transformações nas características dos conflitos armados –, bem como pela necessidade de a comunidade internacional responder aos desafios de construção da paz e desenvolvimento de Estados fragilizados por conflitos, levou, nas últimas décadas, ao estabelecimento de uma presença massiva de atores internacionais nos contextos de pós-conflito. Cresceram de maneira vertiginosa as missões de paz e operações da ONU para estabilização e desenvolvimento pós-conflito, assim como a oferta de projetos de cooperação internacional e de ajuda ao desenvolvimento, empreendidos tanto por organismos internacionais multilaterais quanto por agências governamentais de cooperação e, ainda, pela sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, iniciativa privada, igrejas, dentre outros.

3.2 PÓS-CONFLITO E A RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Diante do cenário acima exposto, e da pressão imposta à comunidade internacional, bem como de seus interesses particulares, esta passou a se envolver de maneira crescente nas situações de instabilidade social e em Estados falidos que buscavam encerrar conflitos que se arrastavam há anos ou, nos contextos de pós-conflito, para tentar garantir uma paz duradoura e estável. Em muitos Estados que estão emergindo de situações de conflito armado, a paz e a guerra são oscilantes, e, em geral, seus habitantes estão divididos em animosidades mútuas, ressentimentos e medos, além da grande quantidade de armas disponíveis e da presença de ex-combatentes experientes em seu uso. Além disso, as condições de precariedade econômica, a fragilidade ou a não existência de instituições governamentais, a falta de serviços sociais para atendimento às necessidades básicas e a infraestrutura física danificada, combinada com exacerbada instabilidade local, agravam ainda mais a situação.

Assim, a comunidade internacional, liderada pelo sistema ONU, entendeu que havia se tornado urgente a necessidade de revisão dos padrões de atuação dos organismos internacionais nos contextos de conflitos armados e pós-conflito, sendo necessário o desenvolvimento de uma abordagem mais holística, que fosse além das prioridades militares e de segurança. Temas como governança, legitimidade democrática, inclusão social e igualdade econômica passaram então a serem incluídos nas agendas das operações internacionais em situações de pós-conflito. Ademais, diante de tal

complexidade, acreditava-se que as missões de paz exigiam um período mais longo de assistência internacional em países que emergiam de conflitos armados.

Nesse contexto, foram criadas as operações de consolidação da paz no âmbito da ONU (*peacebuilding operations*), que, nas palavras do então Secretário-Geral da Organização durante o período de surgimento dessas novas missões, Boutros Boutros-Ghali, tinham como objetivo “identificar e dar suporte às estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz com vistas a evitar a reincidência do conflito” (PARIS, 2004, p. 02). De maneira muito similar, seu sucessor, o ex-Secretário-Geral Kofi Annan, afirmou que essas missões devem ter como objetivo “criar as condições necessárias para uma paz sustentável em sociedades afetadas por guerras” (PARIS, 2004, p. 02), ou seja, uma paz que pudesse continuar por um longo período depois do fim da operação internacional.

Desde o fim da Guerra Fria, uma enorme quantidade de organizações internacionais e regionais, governos nacionais e organizações não governamentais conduziram uma série de complexas operações de “consolidação da paz”, ou *peacebuilding*, voltadas para a estabilização de países que emergiam de períodos de guerra interna. Para Paris (2004), as operações de consolidação da paz no pós-conflito tornaram-se algo como uma crescente indústria na década de 1990. A primeira grande operação foi realizada na Namíbia em 1989, seguida de missões em muitos outros países, tais como Angola (1991), Camboja (1991), El Salvador (1991), Moçambique (1992), Libéria (1993), Ruanda (1993), Bósnia (1995), Timor-Leste (1999), Kosovo (1999), Serra Leoa (1999), República Democrática do Congo (1999), Afeganistão (2002), dentre outros. Da Namíbia, em 1989, ao Sudão (Darfur), em 2007, mais de vinte missões multilaterais de consolidação da paz foram realizadas em sociedades que viviam período de pós-conflito com o objetivo de prevenir o retorno da violência.

Paris e Sisk (2009) ressaltam que as operações de consolidação da paz são extremamente complexas e demandantes, à medida que devem combinar três tipos diferentes, mas simultâneas, de transições: social, política e econômica. Os autores entendem que, apesar da evolução no método utilizado em tais operações, como o desenvolvimento de técnicas para organização e administração de eleições, tratam-se, todavia, de “experimentos”, tendo em vista não existir uma “fórmula confiável” para transformar um cessar-fogo frágil em paz estável e durável. Eles acreditam que a mudança mais importante em nível macro da estratégia de consolidação da paz ocorreu no final dos anos 1990 e início de 2000, quando se passou a enfatizar a construção e o fortalecimento de instituições governamentais legítimas em países que emergem de conflito – ou o que os autores chamam de *statebuilding*. Para Paris e Sisk (2009), a consolidação do Estado, ou *statebuilding*, é uma abordagem específica no processo de consolidação da paz que reconhece que atingir segurança e desenvolvimento em sociedades que emergem de

conflitos civis depende, em grande parte, da existência de instituições governamentais capazes, autônomas e legítimas.

Para Paris (2004), dada a importância da consolidação da paz como um meio de gerenciar a violência civil no mundo pós-Guerra Fria e as ameaças que representam os conflitos internos fora de controle para a segurança regional e global e para o bem-estar humano, qualquer oportunidade para melhorar a efetividade das operações futuras deve ser vigorosamente perseguido.

3.2.1 A ONU e as operações de *Peacebuilding*

As intervenções realizadas pela ONU no fim da década de 1980 e início da década de 1990 já não se enquadravam no modelo tradicional utilizado até então, conhecido como *peacekeeping* (manutenção da paz, em português), e cujo foco era o monitoramento do cessar-fogo em situações de guerra civil. Com as transformações nas características de tais operações a partir desse período, passou-se a utilizar de maneira genérica a expressão operações de paz para fazer referência às novas características e dinâmicas das missões internacionais, que passavam a enfatizar a importância da consolidação dos avanços alcançados e a necessidade de evitar o ressurgimento dos conflitos. O termo *peacebuilding*, ou consolidação da paz, em português, surgiu na década de 1970 por meio do trabalho de Johan Galtung, que abordava a necessidade de criação de estruturas para promoção de uma paz sustentável por meio do tratamento das causas profundas do conflito violento e do apoio às capacidades locais para gestão da paz e resolução do conflito. Todavia, o conceito só foi adotado formalmente pela ONU anos mais tarde, por meio do relatório *Agenda para a Paz*, apresentado em 1992 pelo então Secretário-Geral da organização, Boutros Boutros-Ghali. No documento, ele sugere uma nova taxonomia para as operações de paz da era pós-Guerra Fria, definindo e diferenciando os termos *peacekeeping* (manutenção da paz), *peace enforcement*, (imposição da paz) e *postconflict peacebuilding* (consolidação da paz pós-conflito). Neste documento, Boutros-Ghali define o conceito de consolidação da paz como “ação para solidificar a paz e evitar o ressurgimento de conflitos” (UNITED NATIONS, 1992).

Posteriormente, no ano de 2000, o *Relatório do Grupo sobre Operações de Paz das Nações Unidas* (também conhecido como *Relatório Brahimi*), propôs nova definição para as três principais atividades relacionadas às operações de paz da ONU: *conflict prevention and peacemaking* (prevenção de conflitos e estabelecimento da paz), *peacekeeping* (manutenção da paz) e *peacebuilding* (consolidação da paz pós-conflito):

O estabelecimento da paz (*peacemaking*) está dirigido a conflitos em curso, na tentativa de encerrá-los, mediante o uso de instrumentos da diplomacia e da mediação. No estabelecimento da paz podem intervir enviados de governos, grupos de Estados, organizações regionais ou das Nações Unidas, ou grupos não oficiais e não governamentais, como ocorreu, por exemplo, nas negociações que levaram a um acordo de paz em Moçambique. O estabelecimento da paz pode inclusive ser realizado por uma personalidade proeminente, que atua de maneira independente.

A manutenção da paz (*peacekeeping*) é uma empresa que já possui 50 anos e evolui rapidamente nos último decênio de um modelo tradicional e principalmente militar de observar cessar-fogo e separações das forças depois de guerras entre Estados para um modelo complexo que incorpora muitos elementos, militares e civis, que cooperam para estabelecer a paz no perigoso período pós-guerras civis.

A consolidação da paz (*peacebuilding*) é um termo mais recente que, conforme utilizado neste informe, se refere a atividades levadas a cabo ao fim do conflito para reestabelecer as bases da paz e oferecer instrumentos para construir sobre elas algo mais que a mera ausência da guerra. Portanto, a consolidação da paz inclui, mas não se limita a reincorporação dos ex-combatentes à sociedade civil, o fortalecimento das leis e da justiça (por exemplo, mediante o treinamento e reestruturação da polícia local e a reforma judicial e pena); o fortalecimento do respeito aos direitos humanos mediante o monitoramento, educação e investigação de abusos passados e presentes; a prestação de assistência técnica para o desenvolvimento democrático (incluída a assistência eleitoral e o apoio à liberdade de imprensa); e a promoção do emprego de técnicas de solução de conflitos e reconciliação. (UNITED NATIONS, 2000)

No que se refere ao conceito de consolidação da paz (*peacebuilding*), em 2007 o Comitê de Políticas da Secretaria-Geral da ONU adotou o seguinte conceito-base para as práticas da organização:

Consolidação da paz envolve uma série de medidas voltadas para reduzir o risco de ressurgimento de conflito por meio do fortalecimento das capacidades nacionais em todos os níveis para gestão de conflitos, e para fundar as bases para uma paz sustentável e para o desenvolvimento. As estratégias de consolidação da paz devem ser coerentes e ajustadas às necessidades específicas do país em questão, baseadas na responsabilização nacional, e devem compreender uma gama de atividades priorizadas e sequenciadas relativamente limitada voltadas para atingir os objetivos acima [consolidação da paz]. (NAÇÕES UNIDAS)⁵

A maioria das operações da ONU após 1988 passaram a priorizar as tarefas da consolidação da paz pós-conflito. Essas missões diferiam das tradicionais operações de manutenção da paz não só pela complexidade funcional, mas também pela sua composição. Assim, devido à maior diversidade de funções dessas operações, foi necessário o estabelecimento de uma nova divisão de trabalho, tendo em vista a ampla variedade de atores envolvida nas missões de consolidação da paz, tais como funcionários das mais diversas agências humanitárias e de desenvolvimento, mecanismos e operações

⁵ UNITED NATIONS. Disponível em <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

do sistema ONU; agências governamentais de cooperação; e organizações não governamentais e da sociedade civil.

Com o objetivo de garantir melhor coordenação entre as agências envolvidas no processo (tanto da ONU quanto de fora), a ONU aprovou em 2005 a criação da Comissão de Consolidação da Paz (*Peacebuilding Commission*), órgão assessor intergovernamental. De acordo com a organização, a Comissão foi criada para “apoiar os esforços em prol da paz nos países que saem de situações de conflito e servir como complemento chave para a capacidade de promoção da paz mundial”⁶. Dentre suas funções, estão: (i) reunir todos os atores relevantes, incluindo doadores internacionais, instituições financeiras internacionais, governos nacionais, tropas nacionais; (ii) canalizar recursos; e (iii) propor estratégias integradas para consolidação da paz pós-conflito e reconstrução e advertir sobre falhas que possam ameaçar a paz. Atualmente, a Comissão para Consolidação da Paz desenvolve ações nos seguintes países: Burundi, Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria e República Centro-Africana.

De acordo com Paris (2009), o fato de a Comissão para Consolidação da Paz ser apenas um órgão consultivo, cujas recomendações dependem de total consenso entre os membros para aprovação, faz com que não possua autoridade para decisões independentes. Apesar de ter sido desenhada de forma a garantir flexibilidade e criatividade à rede de atores internacionais, cujas atividades possuem características e necessidades bastante diferentes, ele acredita que essa sua estruturação leva à falta de autoridade e influência sobre as agências que fazem parte das operações de consolidação da paz. O autor enfatiza que as dificuldades de reabilitação de sociedades pós-conflito são grandes o suficiente, e que a desorganização entre os diversos atores e instituições desnecessariamente multiplica o risco de fracasso operacional.

Paris (2009) defende a tese de que as missões de consolidação da paz nos anos 1990 foram guiadas em geral por uma não explícita, mas amplamente aceita, teoria de resolução de conflitos: a noção de que a promoção da liberalização nos países que experimentaram recentes guerras civis ajudaria a criar as condições para uma paz estável e duradoura. Para embasar sua tese, ele afirma que, apesar de as 14 operações de consolidação da paz lançadas entre 1989 e 1999 variarem em muitos aspectos, a mais notável similaridade está no fato de que todas visavam transformar Estados devastados pela guerra em democracias liberais de mercado o mais rapidamente possível. Segundo o autor, no domínio político, a liberalização significa democratização, ou a promoção de periódicas e genuínas eleições, limitações constitucionais no exercício do poder governamental, e respeito pelas liberdades civis básicas, incluindo a liberdade de expressão, assembleia e consciência. No campo

⁶ UNITED NATIONS. Disponível em <http://www.un.org/es/peacebuilding/>.

econômico, ele entende a liberalização como políticas liberais de mercado, ou movimento rumo a um modelo econômico orientado ao mercado, incluindo medidas voltadas para minimizar a interferência do governo na economia, e maximizando a liberdade para investidores privados, produtores, e consumidores que buscam seus respectivos interesses econômicos.

Assim, Paris (2004) afirma que, por trás do desenho e prática dessas operações estava a esperança e a expectativa de que a democratização poderia por fim aos conflitos internos, e que a liberalização do mercado poderia promover um crescimento econômico sustentado, o qual também ajudaria a reduzir tensões. A consolidação da paz, nesse sentido, seria “um tipo específico de engenharia social, baseada numa gama particular de hipóteses sobre como melhor estabelecer uma paz doméstica durável” (PARIS, 2004, p. 5).

Ao acreditarem que a democratização e a liberalização do mercado poderiam promover a paz, o autor entende que os responsáveis pelas operações de consolidação da paz da década de 1990 subestimaram o efeito desestabilizador do processo de liberalização em países fragilizados por guerras civis. Apesar de não ver problema na transformação de tais Estados em economias de mercado, ele entende que o método utilizado deve ser revisto e afirma que “concorda com a introdução de democracias de mercado liberais em Estados afetados por guerras, porque democracias de mercado liberais tendem a ser pacíficas tanto em assuntos domésticos quanto nas relações com outros estados” (PARIS, 2004, p. 07). Para esse fim, o autor propõe uma nova estratégia de consolidação da paz, a qual denomina de “Institucionalização antes da Liberalização”. Paris (2004, p. 07) explica que “os responsáveis pelas operações deveriam postergar a introdução de reformas democráticas e orientadas ao mercado até que a rede rudimentar de instituições domésticas, capaz de lidar com a pressão da liberalização, fosse estabelecida”. Ademais, ele sugere que os processos de democratização e liberalização do mercado deveriam ser realizados de maneira incremental e por etapas, ao invés de imediatamente após o conflito, o que desencadeia competição econômica e política num momento em que os Estados estão menos equipados para conter esse tipo de tensão.

A afirmação do autor de que não vê problema na construção de democracias liberais, voltadas ao mercado, é bastante controversa e os resultados de tais processos de imposição de práticas liberais em Estados fragilizados por longos períodos de conflitos armados têm sido constantemente questionados tanto nos campos de estudo da cooperação internacional e de pós-conflito, quanto nas áreas de pesquisa sobre desenvolvimento e análises de atuação de organismos internacionais (RICHMOND, 2004; RIST, 2008). Todavia, muitos autores e especialistas de organismos internacionais concordam com Paris (2004) no que se refere à estratégia central das operações de consolidação da paz, ou seja, argumentam que, para garantir a efetividade das operações, o

foco das ações durante o período do pós-conflito deve ser direcionado para a consolidação das instituições do Estado. Nesse contexto, emergiu e ganhou espaço tanto no campo teórico quanto no prático o conceito de *statebuilding* ou consolidação do Estado, estratégia que tem sido atualmente considerada central nas operações de consolidação da paz.

Já Cousens (*in*: COUSENS, KUMAR e WERMESTER, 2001) defende que as operações de consolidação da paz devam concentrar-se no seu propósito original, ou seja, consolidar o estágio de paz alcançado no curto prazo e, em longo prazo, aumentar a probabilidade que conflitos futuros possam ser geridos sem o uso da violência. Assim, ela sugere que a prioridade seja dada à dimensão política do conflito e suas resoluções. Para a autora, apesar de existirem muitas e variadas causas para um conflito, a causa mais próxima da violência interna é a fragilidade ou o colapso dos processos e instituições políticas. Dessa forma, a prioridade deveria ser a construção ou fortalecimento da autoridade e, eventualmente, de mecanismos legítimos para resolver conflitos internos sem a violência. Ou seja, os esforços internacionais, segundo ela, deveriam estar focados na dimensão política do conflito, na criação de condições e fatores que possibilitem o surgimento de processos políticos estáveis, e não na operação de estruturas políticas específicas. Nesse sentido, a autora defende a ideia de que as operações de consolidação da paz sejam entendidas como “política” (*peacebuilding as politics*), ou seja, como instrumento facilitador e de mediação, e não como um fim em si.

3.2.2 Cooperação Internacional e Pós-Conflito

Considerando as transformações nas relações internacionais nas últimas décadas abordadas anteriormente, que resultaram, dentre outros, nos inevitáveis processos de descolonização, pode-se afirmar que os projetos de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, desenvolvidos tanto no âmbito da ONU quanto por outros atores internacionais, contribuíram para justificar a continuidade da presença e influência dos Estados desenvolvidos em suas ex-colônias e outros novos Estados do Sul. Nesse sentido, os atores internacionais, em toda sua diversidade, passaram a ser presença constante e (e muitas vezes controversa) nos contextos de pós-conflito.

A atuação dos atores internacionais nesses cenários tem demonstrado que os projetos de cooperação desenvolvidos na fase do pós-conflito acabam interferindo não só na estabilização e na consolidação da paz nas comunidades afetadas, mas também na definição dos rumos da nação, acabando por moldar o processo de reconstrução de Estados fragilizados e definindo suas dinâmicas e estruturas sociais. A experiência tem mostrado que, em geral, tais projetos ignoram as questões culturais e identitárias e excluem

a comunidade afetada dos processos decisórios centrais, o que pode resultar em retrocessos, instabilidades e até mesmo em ressurgimento de conflitos.

No que se refere ao conceito de cooperação, ao citar Keohane (1984, p. 51-64), Sarfati (2006) lembra que a mesma deve ser distinguida da ideia de “harmonia”. O autor explica que harmonia pode ser entendida como a situação na qual “as políticas dos atores (que perseguem seus próprios interesses, independentemente dos interesses dos outros) automaticamente facilitam atingir o objetivo do outro” (SARFATI, 2006, p. 55). Ele afirma ainda que, quando existe harmonia, a busca do interesse próprio não prejudica os interesses dos outros, não havendo necessidade de cooperar. Já no que diz respeito à cooperação, essa “requer que ações de indivíduos ou organizações sejam trazidas para alguma conformidade por um processo de negociação que é normalmente visto como um processo de ‘coordenação de políticas’”. Para Sarfati (2006),

[...] a cooperação acontece quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros por meio desse processo de coordenação de políticas. Formalmente, segundo Keohane, “a cooperação intergovernamental acontece quando as políticas perseguidas por um governo são percebidas por outros governos como facilitadoras para atingir os seus próprios objetivos de governo, como resultado do processo de coordenação de políticas”. (SARFATI, 2006, p. 55)

Apesar de ser caracterizada por ser um processo de coordenação, deve-se lembrar de que “a cooperação nunca é uma situação isenta de conflitos; ao contrário, a cooperação é repleta de conflitos e tentativas de superá-los” (SARFATI, 2006, p. 56).

A cooperação técnica internacional tal como é conhecida hoje surgiu no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial e de criação de estruturas internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas atividades iniciais de cooperação voltavam-se especialmente para a reconstrução dos países europeus afetados pelos conflitos. Muitos analistas acreditam que o acirramento das disputas de poder durante o período da Guerra Fria contribuiu para o crescimento da cooperação internacional. Para Corrêa (2010), foi neste cenário de pós-guerras e de busca por um sistema politicamente estável que nasceu “a estratégia de se promover o desenvolvimento econômico e social como medida profilática ao surgimento de instabilidades”. O autor afirma, ainda, que “esta estabilidade interessava particularmente aos Estados Unidos, que viam no progresso social e econômico dos países pobres uma forma de bloquear a expansão do socialismo” (CORREA, 2010, p. 17).

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu a expressão “assistência técnica”, que no ano seguinte foi substituída pelo conceito de “cooperação técnica”, a partir do entendimento de que tal termo era propício para definir uma relação que, se por um lado

pressupõe a existência de partes desiguais, por outro representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes. No que se refere aos instrumentos e mecanismos para implementação dos projetos de cooperação internacional, foram e continuam a ser amplamente utilizadas modalidades como ajuda financeira, apoio técnico, formação de recursos humanos, processos de transferência de tecnologia, doação de equipamentos e materiais, dentre outros.

Para Silva e Simião (2007), a cooperação internacional para o desenvolvimento constitui-se em uma das grandes forças que atuam nos processos contemporâneos de reconfiguração de estruturas políticas, locais e internacionais, e lembram que tais projetos de cooperação acabam, muitas vezes, por sobrepor-se às realidades locais. Ademais, ressaltam que “o impacto e as consequências desses processos, contudo, estão bem para além do que normalmente vem escrito nas seções de ‘objetivos’ e ‘produtos’ dos projetos de desenvolvimento patrocinados pelo campo da cooperação” (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 11).

Todavia, Lima (2007, p. 417) lembra que analisar a cooperação é sempre uma tarefa complexa, pois esta varia enormemente em formas, dinâmicas, intenções, práticas, etc. Assim, o autor enfatiza que não se podem alinhar todos os tipos de atividades de cooperação, que envolvem desde ação de origem religiosa até as provenientes de instituições do sistema financeiro internacional, numa história única e linear, sem qualquer tipo de distinção e crítica. Para ele, a falta de definição clara sobre o que é chamado de “cooperação técnica internacional para o desenvolvimento” acaba por construir “A Cooperação como uma espécie de ente supra real, alvo constante de críticos do processo de globalização. O autor argumenta que

[...] a experiência de ter sido colônia, de contar com povos indígenas ou outras minorias étnicas dentro de suas fronteiras (e como essa presença é metabolizada em termos de identidades nacionais e dos processos de formação do Estado), de ser, ou ter sido, potência hegemônica traz, decerto, variações que não podem ser desprezadas e reduzidas a expressões distintas de um mesmo “Ocidente”, por mais que as formulas rituais sejam as mesmas e que os interesses predominantes sejam os financeiros. (LIMA, 2007, p. 418)

Nesse sentido, ele acredita que

precisamos, pois, atentar para a necessidade de um esforço de formulação conceitual que, desconstruindo “A Cooperação”, parta para formular uma definição provisória de cunho heurístico e operacional, capaz de nos orientar na produção de objetivos investigáveis em termos histórico-antropológicos sem sermos capturados pelas autoimagens desse mundo ou por esforços às vezes a ele limítrofes e gramaticais, como algumas formas de ativismo que o combatem, nem sermos seduzidos pela projeção midiática do profetismo intelectual a ele associado. (LIMA, 2007, p. 419).

No que se refere à eficácia das operações de consolidação da paz para a garantia de estabilidade e desenvolvimento de sociedades afetadas por conflitos armados, o tema é bastante controverso. Muitos autores defendem que os resultados de tais missões são bastante pífios, chegando inclusive, em muitos casos, a fomentar ainda mais instabilidade e violência, o que resulta num círculo contínuo de conflitos. Para Paris (2004), os esforços internacionais para transformar Estados afetados por guerras, com frequência acabam por exacerbar as tensões sociais e reproduzir as condições que historicamente fomentaram a violência nesses países. Nesse sentido, ele afirma que “a estratégia implementada pelos *peacebuilders* para consolidar a paz – liberalização econômica e política – parece, paradoxalmente, ter levado ao aumento da probabilidade de violência renovada em muitos desses Estados” (PARIS, 2004, p. 06).

O autor ressalta que uma crítica comum às operações de consolidação de Estados no pós-conflito é que elas sofrem de falta de coordenação entre a miríade de atores internacionais envolvidos nessas missões, o que acaba resultando em duplicação de esforços, execução de ações transversais sem envolvimento de outras agências, dentre outras dificuldades. Contudo, ele acredita que esse mantra, repetido por especialistas e autores sobre a falta de coordenação, pode esconder mais do que revelar os dilemas envolvidos no processo de consolidação do Estado. Para o autor, por trás das descontinuidades organizacionais enfatizadas com recorrência nas análises de tais processos, estão graves desentendimentos e incertezas sobre os meios e fins dessas iniciativas. Assim, Paris (2009, p. 53) afirma que “garantir maior coordenação entre os atores é certamente condição necessária para o sucesso da ação internacional, mas é muito simples prescrever isso como remédio para as deficiências e contradições do processo”. Neste sentido, ele sugere que entender a natureza do problema de coordenação, ou seja, o que revela e o que esconde, seria um primeiro passo para uma análise mais adequada. O segundo passo seria explorar as dificuldades apresentadas pelo contexto específico para melhorar a coordenação entre os atores envolvidos. O autor esclarece que, “embora o problema de coordenação seja real, é necessário mais clareza no seu diagnóstico e tratamento” (PARIS, 2009, p. 54).

Na obra *The dilemmas of Statebuilding*, Paris e Sisk (2009, p. 305) traçam um mapeamento do que seriam as contradições e dilemas envolvidos no processo de consolidação da paz em Estados que emergem de anos de conflitos internos. No que se referem às contradições relacionadas à cooperação internacional e às operações de paz nesse contexto, sublinham: (i) intervenção externa é utilizada para promover a autogovernança: apesar de as missões terem como objetivo criar condições para o desenvolvimento de um autogoverno sustentável, teoricamente por meio da assistência às autoridades nacionais no desenvolvimento de capacidades, e não por meio da imposição de

regras externas, na prática o poder exercido pelos atores internacionais é intrusivo; (ii) controle internacional é necessário para o desenvolvimento do processo de responsabilização local: se fosse possível alcançar a total responsabilização dos assuntos domésticos sem direção externa, não seriam necessárias missões multifuncionais robustas. A definição dos atores locais que serão responsáveis por esse processo envolve decisões e ações em favor de algumas partes; (iii) valores universais são promovidos como remédio para problemas locais: muitos dilemas enfrentados pelos atores internacionais derivam da incongruência entre valores universais (predominantemente aqueles de tradição liberal, como direitos humanos individuais e governança democrática) adotados pelos organismos internacionais e governos doadores por um lado, e os valores, práticas sociais, tradições políticas, e expectativas culturais da sociedade local por outro; (iv) a consolidação do Estado (*statebuilding*) exige uma ruptura total com o passado e a reafirmação da história: o processo de consolidação do Estado deve envolver a introdução de novas abordagens para a resolução de conflitos, as quais desafiam práticas tradicionais. Apesar de o novo e o velho poderem resultar em formas híbridas de organização política e social, em geral resultam em conflitos, tensões e desestabilização; e (v) imperativos de curto prazo em geral conflitam com objetivos de longo prazo: os atores enfrentam fortes pressões para agirem de forma que, apesar de fazerem sentido no curto prazo, prejudicam as ações de longo prazo para estabelecimento de instituições de Estado efetivas e legítimas.

A partir de tal cenário, os autores definem cinco dilemas inerentes ao processo de consolidação da paz (*peacebuilding operations*): (i) dimensão, ou grau de intromissão nos assuntos domésticos: apesar de muitas vezes uma presença massiva ser necessária para garantir a segurança e acordos de paz, uma presença internacional menos intrusiva é necessária para atingir um equilíbrio pós-conflito, sem os efeitos de distorção causados por atores externos poderosos; (ii) duração: apesar de ser um processo de longo-prazo, a longa permanência das missões podem gerar hostilidade por parte de grupos locais contra a presença internacional, bem com gerar passividade e dependência; (iii) participação: líderes de facções não necessariamente representam a população de seus países, apesar de serem tipicamente os indivíduos envolvidos nas negociações de paz e que continuam sendo os atores políticos centrais no período imediato ao fim do conflito; (iv) dependência: pode fomentar dependência entre as elites locais e a população em geral; (v) coerência organizacional e normativa: a necessidade de coordenação entre os atores internacionais e também com os representantes legítimos da sociedade local envolve a identificação interlocutores nacionais, o que pode resultar em ênfase excessiva nas elites baseadas na capital, às custas da consolidação de instituições regionais e locais. A coerência normativa está relacionada com as incompatibilidades e inconsistências nos valores articulados pelos

atores internacionais (normas universais) e os valores refletidos nas atuais políticas que tais atores perseguem no campo e os resultados dessas políticas.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não se pretende aprofundar nesta pesquisa a reflexão sobre teorias e práticas relacionadas à cooperação internacional e ao desenvolvimento, por isso não se dedicará a tópicos específicos a cada um desses temas. Todavia, tendo em conta que os processos de consolidação do Estado timorense e de construção de identidades em Timor-Leste estão inseridos no contexto de aprofundamento da globalização – caracterizada por maior interdependência e intervenção estrangeira nos contextos de pós-conflitos por meio de projetos de cooperação e em nome da paz e do desenvolvimento –, entende-se serem necessárias algumas considerações sobre o tema, já que tal contexto, marcado por desequilíbrio nas relações de poder, os interesses, valores e crenças dos variados atores internacionais envolvidos em projetos de cooperação para o desenvolvimento no país impactaram (e continuam impactando) de maneira significativa as estruturas e dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais do novo Estado. Neste sentido, abordo aqui de maneira breve a relação entre globalização e conflitos; as consequências da globalização e dos processos de descolonização nas dinâmicas de cooperação e nas transformações relacionadas à ideia do “desenvolvimento”; e as operações de *peacebuilding* como resultado do discurso sobre a construção da paz e do desenvolvimento.

No que se refere à nova ordem internacional estabelecida depois de 1945, Pronk (2009) afirma que esta provou ser muito fraca na resolução dos novos desafios impostos pela globalização e pelos conflitos intraestatais. Apesar de novos princípios e valores terem sido acordados e incorporados a tratados e resoluções internacionais, como os conceitos de “segurança humana” e “responsabilidade de proteger”, os Estados têm ignorado tais questões e a diferença entre teoria e práticas tem aumentado. Assim, ele acredita que a comunidade internacional tem gradualmente perdido credibilidade e a tendência é que os conflitos intraestatais aumentem em número e intensidade, especialmente como resultado de três fenômenos estruturais: (i) caráter dual do processo de desenvolvimento dentro desses países [para o autor, desenvolvimento é conflito]; (ii) aumento da escassez física; e (iii) exclusão da maioria das pessoas do mercado global.

Diante das contradições e complexidades apresentadas pela globalização, Richmond (2004) lembra que ela tem sido apresentada tanto como solução para conflitos por meio da promoção da liberalização, democratização, desenvolvimento, direitos humanos e comércio livre – como o conceito de paz liberal requer – como um agente da hegemonia, da

dominação da economia e atores ocidentais sobre os demais. O autor entende que as dinâmicas associadas à globalização realçaram e fizeram aumentar a consciência internacional sobre a ampla gama de conflitos e emergências complexas pelo mundo, mas, paradoxalmente, também destacaram a natureza limitada e essencialmente ocidental das práticas liberais utilizadas na tentativa de resolução dos conflitos, pautadas pelas noções de paz, democracia e livre mercado. Ele afirma, ainda, que o contestado fenômeno da globalização tem tido um importante impacto na teorização e abordagens sobre o fim de conflitos, sublinhando o contraste normativo e pragmático entre fazer alguma coisa e não fazer nada em contextos de conflitos e complexas emergências associadas a eles.

Com a reconfiguração do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial e o aprofundamento da globalização, ganharam força os discursos sobre a importância da cooperação internacional e do desenvolvimento para a garantia da estabilidade mundial e da paz. Sotillo (2011) lembra que foi justamente nesse período que nasceu “oficialmente” a noção de países subdesenvolvidos como referência aos Estados do Sul e, com ela, os debates sobre o desenvolvimento. Em seu discurso de posse, em 1949, o presidente americano Harry Truman lançou as bases para a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e afirmou que “nosso dever é ajudar os povos livres a lavrar seu próprio destino, segundo seu próprio caminho. Creio que nossa ajuda deve ser em princípio econômica e financeira, essenciais para a estabilidade econômica e a ordem política” (SOTILLO, 2011, p. 103). Para Esteva (2010), desde então, o desenvolvimento tem conotado ao menos uma coisa: escapar da condição indigna chamada subdesenvolvimento. Ele explica que, para conceber a possibilidade de escapar de uma situação particular, é necessário primeiro sentir que se está nessa condição. Assim, para dois terços da população mundial hoje pensar o desenvolvimento requer primeiro a própria percepção como subdesenvolvidos, com todo o peso que essa conotação carrega. O autor explica que, para essas pessoas, a palavra “desenvolvimento” lembra o que eles não são; é a lembrança de uma condição indesejável e indigna.

Rist (2008) acredita que o conceito de “subdesenvolvimento” é justamente uma das ilusões que sustentam a hegemonia do desenvolvimento. Segundo o autor, além de dar a impressão de ser possível a universalização do modo de produção ocidental, a ilusão semântica que representa a expressão “nações em desenvolvimento”, eufemisticamente usada para denominar aquelas nações que eram antes categorizadas como “subdesenvolvidas”, reforça a esperança na prosperidade material. A segunda ilusão que para o autor sustentaria a hegemonia do desenvolvimento é a ilusão substantiva que obscurece o fato de que o desenvolvimento pode ocorrer apenas por meio da constante exploração de recursos, que não são inesgotáveis. Assim, longe de cumprir com a promessa de abundância, o crescimento econômico pode levar à escassez generalizada.

Sotillo (2011, p. 120) sugere que o discurso dominante sobre o desenvolvimento, surgido no contexto dos processos de descolonização, evidencia que “o terrível rastro da colonização não finaliza quando a metrópole abandona o território colonizado e consegue a independência, mas continua por uma série de vínculos que mantêm a dependência sob as formas menos explícitas”. Assim, afirma ele, a ajuda ao desenvolvimento seria a continuação do colonialismo por outros meios. Nesse sentido, o autor sublinha que, apesar de superado oficialmente o domínio pela metrópole,

[...] os países independentes não se livraram totalmente do poder colonial, pelas dependências criadas com governos de países europeus, pelos interesses geopolíticos das superpotências pelo controle de governos, recursos e territórios e, muito especialmente, pelo interesse econômico das empresas transnacionais para assegurar acesso a matérias primas. (SOTILLO, 2011, p. 123).

Todavia, RIST (2008) enfatiza o fato de que a temática do desenvolvimento não está confinada ao “Sul”, mas que é uma preocupação de todo o mundo, inclusive os países industrializados. Desse modo, ele entende que o “desenvolvimento” deve ser considerado um fenômeno global. O autor explica que, apesar de alguns países se declaram desenvolvidos, eles também possuem muitos interesses relacionados ao seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, ele afirma ser necessário desconstruir a ideia de que o desenvolvimento é uma problemática que começou com os processos de descolonização e que estão essencialmente relacionados ao Sul.

Para Rist (2008), a força do discurso do “desenvolvimento” vem de seu poder de sedução, por meio do qual o pensamento convencional garante que o desenvolvimento existe, que tem um valor positivo e que é desejável ou até mesmo necessário. Segundo o autor, o paradigma do desenvolvimento se tornou uma crença compartilhada por todos os líderes nacionais, organizações internacionais, tecnocratas econômicos e a imensa maioria da população. Dessa maneira, afirma ele, todos aqueles que estão hoje envolvidos no “mundo do desenvolvimento” tentam dar a impressão de que suas energias estão voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁷ estabelecidos pelas Nações Unidas, e lamentam o fato de que não os tenham atingido rápido o suficiente.

Dessa forma, nessa cada vez mais complexa dinâmica internacional, o objetivo de desenvolvimento ocupa um especial protagonismo, o que, de acordo com Sotillo (2001), acaba também gerando reações principalmente entre os povos colonizados, levando inclusive ao ódio ao Ocidente. Ademais, sobre as contradições inerentes ao desenvolvimento, Rist (2008) afirma que está em sua natureza não apenas produzir em

⁷ Firmado em setembro de 2000 por 189 nações, o documento, composto por oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), tem como objetivo combater a extrema pobreza e outros males da sociedade e estabelece metas que devem ser alcançados até 2015.

abundância bens disponíveis para consumidores, mas também produzir desigualdade e exclusão, e ressalta que todos os textos sobre desenvolvimento são unânimes em concluir que o fosso entre o Norte e o Sul (e entre ricos e pobres dentro deles) está aumentando continuamente.

Sobre o conceito de “desenvolvimento”, Sumner e Tribe (2008) citam Thomas (2004: 1, 2), que afirma que ele é contestado tanto teoricamente quanto politicamente. Rist (2008), acredita que a problemática do desenvolvimento está inscrita no âmago do imaginário ocidental e que “o principal defeito da maioria das pseudo-definições de desenvolvimento é que estão baseadas na forma como uma pessoa (ou grupo de pessoas) desenha as condições ideais para sua existência social” (RIST, 2008, p. 10). Para ele, o pensamento convencional baseia a definição do termo em duas fracas perspectivas: uma que define o conceito como “a expressão (indubitavelmente genérica) de desejo de viver uma vida melhor, a qual deliberadamente ignora o fato de que formas concretas de atingi-lo pode resultar em escolhas políticas conflitantes”; e a outra que define o conceito a partir da ideia de “um grande número de ações (também com frequência conflitantes entre elas) que supostamente deveriam resultar em mais felicidade para um maior número [de pessoas]” (RIST, 2008, p. 11). Assim, o autor conclui que ambas as perspectivas não permitem identificar o “desenvolvimento”, já que no primeiro caso aparece com um sentimento subjetivo de realização que pode variar de indivíduo para indivíduo e no segundo caso porque não fica claro como tais operações poderiam realmente contribuir para alcançar o objetivo de desenvolvimento declarado. Neste ponto, vale lembrar que a definição adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) aproxima-se das duas perspectivas criticadas acima por Rist (2008). A edição de 2011 do relatório apresenta a seguinte definição para o conceito de desenvolvimento humano, utilizado também como base para outros estudos das Nações Unidas relacionados ao tema: “o desenvolvimento humano consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar. Trata-se de alargar as escolhas” (PNUD, 2011).

A partir de suas reflexões, Rist (2008) sugere a seguinte definição para o conceito:

“Desenvolvimento” consiste em uma série de práticas, às vezes conflitantes, que requerem – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Tem como objetivo aumentar a produção de commodities (bens e serviços) orientada para, por meio de trocas, atender a demanda. (RIST, 2008, p. 13)

Para ele, essa definição descreve um fenômeno histórico e deixa clara a dificuldade que representa para outras formas de organizações sociais sobreviver às margens do sistema (ocidental) dominante. Nesse sentido, o autor considera o “desenvolvimento” como

um elemento de uma religião da modernidade, sendo a religião entendida por ele como “uma crença de um dado grupo social em certas verdades irrefutáveis, as quais determinam comportamentos obrigatórios, de forma a aumentar a coesão social” (RIST, 2008, p. 20). Ainda sobre o tema, Rist (2008) tece algumas considerações. Primeiramente, ele sugere que, considerar a sociedade moderna como diferente de outras pelo seu caráter secular e racional é resultado da “arrogância ocidental”, já que toda sociedade está baseada em tradições e crenças, incluindo as ocidentais. Assim, afirma o autor, “é necessário rejeitar a divisão entre ‘tradição’ e ‘modernidade’, já que a modernidade repousa sobre certa tradição” (RIST, 2008, p. 21). Para ele, as crenças compartilhadas pela sociedade moderna podem ser relacionadas com mitos ou fragmentos de mitos peculiares à sociedade ocidental. Tais crenças são expressas na forma de proposições aceitas como verdades que as pessoas passam a acreditar porque ouvem e pensam que todos os demais acreditam. Ele cita como exemplos proposições como “a recuperação econômica resolverá os problemas de empregos”, ou “o progresso tecnológico permitirá que os problemas atuais sejam resolvidos”, dentre outros.

Desta maneira, para o autor,

[...] desenvolvimento parece ser uma crença e uma série de práticas que formam um todo, apesar das contradições entre elas. Essas crenças não são menos reais que as práticas, porque são indissolivelmente ligadas entre elas. Juntas, elas refletem a lógica da sociedade que vive sob a globalização, a qual – para cumprir o programa que ela própria definiu (cujas consequências não são igualmente sentidas por todos) – tem que criar sua legitimidade a partir de um número amplamente compartilhado de verdades irrefutáveis que têm o caráter de mito. (RIST, 2008, p. 24)

Para Sumner e Tribe (2008), apesar da ampla diversidade de visões e compreensões sobre o conceito de desenvolvimento, um consenso nas diversas definições é que o desenvolvimento envolve “mudanças” em diversos aspectos da sociedade. Os autores propõem uma divisão em três principais correntes do desenvolvimento: (i) uma que entende o “desenvolvimento como processo de longo prazo de transformação na estrutura da sociedade”. Essa perspectiva foi predominante nas décadas de 1950 e 1960 e baseava-se na ideia de desenvolvimento como um processo de mudança; (ii) a segunda corrente entende o “desenvolvimento como resultado de médio-prazo de objetivos desejados”. Essa perspectiva está relacionada com políticas e indicadores e baseia-se em juízos de valor. As agências internacionais de desenvolvimento baseiam seus programas nessa perspectiva (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU, por exemplo); (iii) a terceira corrente vê o “desenvolvimento como discurso dominante da modernidade ocidental”, perspectiva essa conhecida como pós-moderna e que chama atenção para o etnocentrismo e ideologias enraizadas nas concepções de desenvolvimento.

Para essa corrente chamada de pós-moderna, o desenvolvimento nada mais é do que um discurso, um conjunto de ideias que moldam a realidade e as relações de poder, baseado em noções etnocêntricas do Ocidente, construído no Norte como modernidade e imposto ao Sul. Neste sentido, os autores pós-modernos definem o modelo atual de desenvolvimento como ocidentalização do mundo, dentre outros termos que remetem à imposição de valores e crenças ao mundo. Como contraproposta ao modelo atual de desenvolvimento amplamente empregado, os defensores dessa corrente propõem a criação de sistemas alternativos de valores, que garantam alto valor e reconhecimento aos bens culturais e espirituais (RIST, 2004; SUMNER e TRIBE, 2008). Todavia, Sachs (2010, p. 8) pondera que, apesar de ser uma invenção do Ocidente, o desenvolvimento não pode ser entendido de maneira homogênea, apenas como uma imposição ao resto, e afirma que “pelo contrário, como o desejo por reconhecimento e igualdade é estruturado em termos do modelo civilizacional das nações poderosas, o Sul tem emergido como um constante defensor do desenvolvimento.” Ele explica que “a própria defesa contra as forças hegemônicas tem sido um motivo importante para o direcionamento do desenvolvimento até hoje”.

Para Sachs (2010), relacionar o desejo por igualdade ao crescimento econômico tem sido a base conceitual da era do desenvolvimento. Desfazer esse link e refazê-lo a partir de noções de bem-estar relacionadas à comunidade e à cultura deve ser a prioridade central para a era pós-desenvolvimento. Ele afirma que esse modelo atual tem resultado em tremenda perda de diversidade cultural, linguística e social, bem como em estandardização de desejos e sonhos no subconsciente das sociedades.

Assim, sobre o pós-desenvolvimento, Sotillo (2011) afirma:

Dessa forma, o desenvolvimento fica definido como “crença ocidental”, e o pós-desenvolvimento pode ser entendido como a “conscientização de que a realidade pode ser definida em termos distintos aos de desenvolvimento e que pessoas e grupos sociais podem atuar sobre a base dessas diferentes definições, o que implica não somente “a possibilidade de criar diferentes discursos e representações [...] não mediados pela construção do desenvolvimento”; senão também “a necessidade de mudar as práticas de saber e fazer”, ou seja, “a necessidade de multiplicar centros e agentes de produção de conhecimentos, fazendo visíveis as formas de conhecimento produzidas por quem supostamente são os ‘objetos’ do desenvolvimento para que possam transformar-se em sujeitos e agentes”. (SOTILLO, 2011, p. 247)

Rist (2008, p. 257) lembra que os defensores do pós-desenvolvimento estão sob o fogo constante daqueles que “desejam a todo custo manter a possibilidade (ou ilusão) de ‘outro desenvolvimento’, finalmente livre dos links com o capitalismo e o imperialismo, que seja justo e mais ‘humano’”. Ele explica que, para essa corrente, as críticas ao desenvolvimento são excessivas, já que muitas “políticas de desenvolvimento” tem tido

resultados positivos. Todavia, Rist (2008) defende que o que os pós-desenvolvimentistas colocam em questão não é o sucesso de “projetos de desenvolvimento”, mas a crença, a ideologia, a visão de mundo futuro, o modelo ou formação discursiva que moldam determinadas práticas. Outra crítica da corrente que defende um “outro desenvolvimento” com relação à corrente pós-desenvolvimentista é que não propõem novas soluções, o que reforçaria o *status quo*. Rist (2008) argumenta que essa perspectiva não pretende propor uma nova forma de desenvolvimento, mas talvez até descartá-lo, sugerindo novas formas de vida, entre a modernização que causa sofrimentos, mas que também oferece algumas vantagens, e a tradição, que pode ser fonte de inspiração mesmo sabendo que isso não pode ser revivido. A terceira crítica ao pós-desenvolvimentismo é a de que a defesa do rompimento com o modelo dominante seria um tipo de romanticismo anti-moderno ou um perigoso relativismo cultural, capaz de levar ao neopopulismo ou mesmo apoiar todas as maneiras de fundamentalismos. O autor rebate a crítica e afirma que os valores que os desenvolvimentistas defendem, como democracia, direitos humanos e igualdade de gênero são ocidentais e que não necessariamente os mesmos princípios são considerados prioritários por aqueles que tentam se livrar do “desenvolvimento”. Neste sentido, ele lembra ainda que a universalidade é uma questão aberta na teoria.

Para Rist (2008), a obsessão pelo crescimento econômico que molda atualmente todas as políticas, tanto no Norte quanto no Sul, pregando que uma vida melhor pode ser garantida a todos por meio do progresso tecnológico e do aumento da produção de bens e serviços, está estritamente relacionada com uma visão irrealista do mundo e deve não apenas ser denunciada, mas combatida. Apesar de ser uma criação social, o desenvolvimento tem aparecido como se fosse um fenômeno natural, com leis próprias que governam as sociedades. Assim, a “conversão” (palavra utilizada em referência à religião) proposta pelo autor não consiste em substituir uma crença por outra, mas “preferir o conhecimento à crença, em encarar a realidade de frente ao invés de se apegar a ilusões, em entender o mundo como é ao invés de imaginar como deveria ser” (RIST, 2008, p. 263). Essa é a abordagem proposta por ele para a desconstrução do desenvolvimento conforme empregado pelo discurso dominante.

No que se refere ao tema do desenvolvimento e da cooperação em contextos de pós-conflito, Pronk (2009) acredita que as tentativas políticas de garantir uma paz sustentável são em muitos casos caóticas e fragmentadas, além de refletirem os interesses dos poderes estrangeiros, sendo assim muitas vezes contraproducentes, já que tendem a favorecer uma das partes envolvidas no conflito mais que outras. Assim, conclui o autor, “esforços estrangeiros para levar estabilidade e paz muitas vezes semearam as sementes para a violência futura, por exemplo, quando grupos locais assumem o poder graças ao apoio armado estrangeiro” (PRONK, 2009, p. 451). Dentre as falhas para se alcançar uma paz

sustentável, ele menciona a absoluta falta de conhecimento sobre a história de um conflito e seu ambiente econômico, político e cultural; a arrogância e o desdém estrangeiros; ou a subjugação dos interesses das pessoas afetadas pelo conflito.

Richmond (2004, p. 131) chega a afirmar que o “consenso contemporâneo do *peacebuilding* representa um discurso e uma prática nascentes tanto de meios como de fins”, o que inclui, segundo ele, métodos para aprimoramento de conflitos por meio de abordagens como mediação, manutenção da paz, assistência humanitária, resolução de conflitos, desenvolvimento de estratégias que incorporem múltiplos atores num processo multidimensional, dentre outros. Para o autor, parece existir “um acordo geral sobre estratégias pacíficas usadas para responder a conflitos envolvendo organizações internacionais, instituições, agências e organizações não governamentais”, o qual tem como resultado projetos de construção de democracias liberais, com um mercado livre e uma economia globalizada, estratégias de desenvolvimento progressivas e garantia de direitos humanos. Mas ele ressalta que esse consenso existe somente na teoria e como um tipo ideal assumido no contexto de organizações internacionais, instituições, agências, ONGs, e estados liberais. Richmond (2004) afirma, neste sentido, que

[...] muitos formuladores de políticas e oficiais, imbuídos pelos objetivos liberais que o consenso sobre *peacebuilding* representa, e com a experiência de campo dos anos 1990, operam como esse se acordo fosse uma realidade, sublinhando o debate que também existe na comunidade internacional sobre a natureza da paz e como ela deve ser atingida. (RICHMOND, 2004, p. 132)

Para o autor, ao se analisar os documentos do sistema ONU sobre o tema, incluindo a *Agenda para Paz* e o documento posterior, o *Relatório Brahimi*, esse consenso fica muito claro. Além disso, ele acredita que, apesar de na prática estes acordos serem inviáveis, muita da retórica continua a ser utilizada como método desejável e resultados esperados nas zonas de conflitos. Richmond (2004, p. 131) lembra também que esse tipo consenso sobre a consolidação da paz mascara as dinâmicas hegemônicas no sistema internacional, e explica que, “inevitavelmente, práticas políticas e discursos estão interligados tanto em termos de intenções humanitárias quanto de expectativas, retóricas, práticas e resultados”. Todavia, para o autor, apesar dessa crença no “consenso do *peacebuilding*”, o que tem realmente transparecido é uma falta de consenso no campo, o que tem reforçado a fragilidade da intervenção humanitária, da consolidação da paz e da manutenção da paz nas políticas internacionais, e sublinhado a necessidade de mais reflexão sobre os conceitos, teorias e mecanismos empregados para resolução de conflitos.

Assim, ele acredita que “essa globalização do *peacebuilding* como liberal, neoliberal, e ideologia democrática (PARIS, 2002, p. 642-5) promovida pela concepção liberal da ordem

internacional tem criado um peso muito grande para as Nações Unidas em particular” (RICHMOND, 2004, p. 132). Para o autor, parece irônico que, apesar de ser o *peacebuilding* resultado dos discursos ocidentais sobre humanitarismo, o Estado dominante, os EUA, têm relutado em bancar a projeção multilateral de tal ordem normativa, preferindo dar prioridade à globalização econômica e às políticas unilaterais de liberalização. Dessa forma, Richmond (2004) afirma que os Estados Unidos estão mais preocupados com o uso da força e renegociação de normas de intervenção para legitimar “guerras preventivas” unilaterais do que nas negociações multilaterais para construção de uma paz liberal depois de intervenções.

Richmond (2004) conclui que as forças inerentes ao processo de globalização geraram expectativas sobre a “criação de uma forma positiva de paz nas zonas de conflitos”, e que o consenso do *peacebuilding* acabou por legitimar intervenções de longo-prazo como resposta aos conflitos intraestatais, bem como o uso da força, com vistas a possibilitar a entrada no território das operações de consolidação da paz. Dessa maneira, para ele, tal consenso estaria evoluindo para um processo de “paz com governança”, no qual a paz em zonas de conflitos estaria diretamente relacionada com as formas externas de governança contidas nos mecanismos utilizados pela comunidade internacional para responder a tais crises. O autor entende ser esse o efeito de mais longo prazo da globalização da paz liberal, e uma ironia inerente a tal processo.

Para finalizar as considerações deste capítulo, abordo o conceito de paz, que está diretamente relacionado com os processos de cooperação e desenvolvimento empreendidos pela comunidade internacional em contextos de pós-conflito armado. O que seria essa paz buscada pelas operações de *peacebuilding*? Existiria um consenso universal sobre esse conceito? Richmond (2004) lembra que mesmo a área de pesquisa conhecida como Estudos da Paz (ou *Peace Studies*, como é conhecido em inglês) tem dado mais atenção a questões como a gestão da violência e o fim de guerras do que para a necessária reflexão sobre o conceito de paz, em geral tratado de maneira essencializada tanto no campo teórico quanto no discurso dos organismos internacionais. Ele enfatiza também que a relação direta entre globalização e conflito ou globalização e paz também tem recebido pouca atenção da academia. Assim, a questão sobre o que deveria ser a paz para os que vivem em zonas de conflitos é ignorada e as organizações e atores que atuam nesses contextos continuam a aplicar suas próprias interpretações ocidentais sobre o que entendem e desejam como paz. Para o autor,

[...] a paz que o Ocidente com frequência menciona pode ser definida como o *status quo* que favorece a hegemonia ocidental por meio da exportação de suas próprias estruturas de governança, economia e normas vistas como a única abordagem possível para manter a paz e a ordem. [...] Em outras palavras, por não existir um acordo universal sobre o que é ‘paz’, isso

continua a depender do choque de ideologias e interesses – uma paz negociada e negativa. (RICHMOND, 2004, p. 139)

Dessa maneira, para ele, a “nascente globalização da paz” tem levado à legitimação de discursos e práticas de Estados e organizações internacionais que “professam entender a paz” e que, respaldadas pelo consenso do *peacebuilding*, desenvolvem operações de intervenção em conflitos com o objetivo de construir uma nova paz, sem necessariamente negociá-la com as comunidades locais, e a partir da lógica e intenções liberais.

Considerando a reflexão e as questões aqui colocadas, a análise que será realizada mais adiante sobre o processo de consolidação do novo Estado timorense e de construção de identidades nesse contexto deverá levar em conta o processo de globalização e suas consequências, bem como as dinâmicas de poder no contexto internacional, cujas teorias e práticas acabam por moldar os discursos predominantes em torno de questões como cooperação, desenvolvimento e paz, bem como as práticas levadas a cabo pela comunidade internacional nos contextos de pós-conflito armado.

4. TIMOR-LESTE: DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA

4.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

4.1.1 Demografia e indicadores socioeconômicos

A ilha de Timor possui um total de aproximadamente 30 mil km² e está dividida em duas partes: Timor Ocidental, colonizada pela Holanda, atualmente pertencente à Indonésia, e Timor Oriental, conhecido no passado como Timor Português e atualmente como Timor-Leste, um dos mais jovens países do mundo. Os arqueólogos calculam a antiguidade da ilha em, pelo menos, 37 mil anos. Situa-se na Oceania, mais especificamente na extremidade oriental do Oceano Índico, na região conhecida como Sudeste Asiático. O Timor-Leste ocupa 14.610 km² de extensão territorial (menor que Sergipe, o menor estado brasileiro), possuindo fronteira terrestre apenas com um país, a Indonésia (DURAND, 2010). A capital de Timor-Leste, Díli, está situada na costa norte. O território está dividido administrativamente em 13 distritos, sendo que um deles, conhecido como Ambeno ou Oécussi, trata-se de um enclave localizado na parte ocidental da ilha, território da Indonésia⁸.

A população total do Timor-Leste é estimada em 1,2 milhão de habitantes e o país ocupa a posição de número 134 no ranking de 187 países incluídos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁹. Seu IDH é de 0.576, abaixo da média da região do Leste Asiático e Pacífico, que é de 0.683. O Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à igualdade¹⁰ do país é de 0,386, enquadrando o país na classificação da organização como desenvolvimento humano médio (abaixo de 0,310 é avaliado como desenvolvimento humano baixo). De acordo com o mesmo estudo, atualizado em 2013, a expectativa de vida atualmente é de 62,9 anos e mais de 40% da população é analfabeta, sendo que a média de tempo estudado é de 4,4 anos.

A partir do estabelecimento da primeira missão da ONU no país, a qual conduziu o processo eleitoral que culminou na independência do país, muitos timorenses deslocados

⁸ Ver Anexo I.

⁹ PNUD. International Human Development Indicators. <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/TLS.html>. Acesso em 03 de fevereiro de 2013.

¹⁰ Para mais informações sobre o cálculo desse índice: <http://hdrstats.undp.org/es/indicadores/73206.html>. Acesso em 21 de maio de 2013.

internos ou refugiados¹¹ pelas décadas de instabilidades e conflitos retornaram para casa, a mídia e a sociedade civil timorense tem crescido e se fortalecido, a expectativa de vida aumentou consideravelmente e o número de matrículas na escola primária chegou a 90% em 2012, devendo o país erradicar o analfabetismo adulto até 2015 . Todavia, apesar dos avanços, a situação política, econômica e social do Timor-Leste ainda é bastante frágil. O último Relatório de Desenvolvimento Humano do país, de 2006, mostra que o progresso econômico tem sido bastante lento e o país continua a ser o mais pobre da região. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009) também refletem pouca melhora nas condições de desenvolvimento da população timorense. A expectativa de vida ainda é muito baixa e o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza cresceu de 36% em 2001 para 50% em 2007. O número mais recente divulgado pelo PNUD mostra que esse percentual continua elevado, mas diminuiu nos últimos dois anos, para 37,4% da população atualmente vivendo abaixo da linha da pobreza¹². Com a retirada do pessoal da ONU e de outros funcionários internacionais em dezembro de 2012, quando a organização encerrou sua última missão de paz no país, a tendência é que o país fique cada vez mais pobre, fato que ocorre em muitos países que dependem da cooperação internacional, já que parte significativa dos recursos doados destina-se ao pagamento de funcionários, voltando assim à economia do país doador. Embora as Nações Unidas continuem atuando no país, a quantidade de funcionários internacionais no país reduzirá significativamente.

O Timor-Leste é um dos países do mundo que mais depende do petróleo, representando aproximadamente 90% de seu PIB. O principal produto de exportação é o café. A economia do país é essencialmente agrária, baseada na pesca e na caça para subsistência. A maior parte da população (75%) vive em áreas rurais e depende do meio ambiente para garantir alimentação e energia. Assim, a insegurança alimentar é significativa em todo o país. De acordo com a UNESCO (2009), o elevado desemprego entre jovens contribui para um forte senso de frustração e de privação. Pobreza, alta mortalidade e baixo acesso a serviços sociais são mais evidentes nos distritos de Aileu, Ainaro, Ermera, Manatuto e Oecusse, enquanto os distritos de Baucau, Dili, Ermera e Viqueque foram os mais afetados pela grave crise enfrentada pelo país entre 2006 e 2007.

De acordo com Durand (2010), enquanto a capital Díli é empurrada para a economia-mundo, com 25% da população em 2,5% do território, o restante do território continua na maior parte rural. Isso se deve especialmente ao fato de que na capital concentra-se grande

¹¹ O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) define deslocados internos como pessoas deslocadas forçadamente dentro de seu próprio país e refugiados como pessoas que, forçadas a fugirem, atravessaram fronteiras internacionais.

¹² Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza internacional de US\$1,25 por dia (em termo de paridade de poder aquisitivo). Disponível em <http://hdrstats.undp.org/es/indicadores/38906.html>. Acesso em 21 de maio de 2013.

parte dos estrangeiros que chegaram ao país para atuar em projetos de cooperação internacional das mais variadas naturezas, população esta caracterizada pelo forte poder de compra e pelo distanciamento da realidade local. Ademais, é na capital que se concentra “uma juventude timorense que, depois de anos de privação, aspira a um modo de vida e de consumo de tipo ocidental, sem perceber os riscos inerentes” (DURAND, 2010, p. 138).

4.1.2 Aspectos culturais

Apesar de sua pequena extensão territorial, o que mais chama atenção em Timor-Leste no que se refere aos aspectos culturais é sua diversidade, incluindo grupos étnicos, línguas, danças, músicas e instrumentos musicais, artesanato, arquitetura, dentre outros. Tal diversidade cultural resulta das inúmeras influências que o território sofreu ao longo do tempo, devido tanto à sua localização quanto aos movimentos migratórios e comerciais na ilha. O país possui uma significativa diversidade linguística, por exemplo, possuindo um total de 34 línguas indígenas (UNESCO, 2009). As origens da maioria da população são melanésios e malaio-polinésios, apesar de existirem grupos menores cujas raízes estão na China ou no mundo árabe. O *tétum* e o português são os dois idiomas oficiais do país, porém a Constituição de 2002 do Timor-Leste reconhece que outras línguas nacionais devem ser avaliadas e seu desenvolvimento promovido (Art. 13.1). Uma pesquisa realizada em 2007 no país mostrou que 13% da população têm o *tétum* e 1% o indonésio como língua materna (apesar de ser falado por parcela expressiva da população, especialmente entre os jovens, devido às duas décadas de ocupação indonésia). Embora o português seja uma das línguas oficiais do país, estima-se que entre 15,6% e 37% falem o idioma com fluência (UNESCO, 2009). Além dos idiomas oficiais, as línguas locais mais faladas são Mambae, Baikenu, Fataluku e Makasae. Quanto ao aspecto religioso, as principais religiões presentes no país são católica (97%), protestantes, muçumanos e animista (GUSMÃO, 2010).

Acredita-se que a ilha de Timor foi povoada primeiramente pelos povos Papua, por volta de 7000 a. C., e pelos povos austronésios, aproximadamente 2000 anos a. C., tendo sido abordada posteriormente utilizada por outros povos em migração entre a Ásia e a Austrália e o arquipélago do Pacífico.

A diversidade geográfica da ilha, as guerras internas entre povos e a conseqüente integração de subgrupos em outros grupos étnico-linguísticos provocaram uma diversidade cultural e linguística no território, de tal forma que, hoje, dificilmente se podem identificar e territorializar os diferentes grupos étnicos. Um único grupo pode atualmente falar até cinco línguas diferentes, da mesma forma que uma mesma língua pode constituir a forma de expressão de vários grupos étnicos. Se atendermos apenas às características linguísticas dos povos, são reconhecíveis cerca de 20 grupos

principais em Timor-Leste e um número mais reduzido de dialetos. (FACULDADE DE ARQUITETURA e GERTIL, 2002, p. 42)

A introdução do *tétum* como língua franca está relacionada com a conquista dos Belos da parte leste da ilha de Timor e com a necessidade de uma língua de comunicação, especialmente para fins comerciais, entre os povos que habitavam o território. De acordo com dados do Atlas de Timor-Leste (2002), apenas o *tétum* tem crescido no país, enquanto as demais línguas permanecem inalteradas ou com tendência decrescente em números de falantes. Apesar de apenas cerca de um quarto da população atual considerar o *tétum* como primeira língua, a maioria da população o utiliza atualmente como a sua língua veicular¹³.

A divisão da ilha de Timor em duas metades provém desde antes da chegada dos colonizadores holandeses, a oeste, e portugueses, a leste, e reflete as diferenças linguísticas entre as partes. Enquanto a oeste a maioria do território é habitada por populações de origem linguística atoni, a leste existe uma enorme diversidade. Assim, de acordo com Durand (2010, p. 46), “a fronteira estabelecida no século XVIII e reconhecida pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia em 1914, marca uma cisão etnolinguística e política antiga”, consagrando os limites geográficos de duas experiências coloniais bem distintas. Enquanto em Timor Ocidental os holandeses protestantes impuseram a sua administração e política, em Timor-Leste “os portugueses católicos intervieram pouco na estruturação do território, mas mestiçaram-se com frequência, concluindo alianças matrimoniais e simbólicas entre a nobreza local” (DURAND, 2010, p. 46).

As primeiras populações urbanas de Timor-Leste formaram-se a partir de descendentes da elite portuguesa que mantinha relações com a colônia e impunha a ela seus sistemas tradicionais de poder. Todavia, considerando que durante os séculos de colonização Portugal pouco se apropriou de fato do território português, tendo construído um sistema educacional bastante limitado, a língua portuguesa era pouco difundida entre os habitantes. De acordo com Silva (2004, p. 27), “a comunidade de falantes de língua portuguesa no território entre 1970 e 1975 variava no máximo, entre 15% a 20% do total da população, incluindo os metropolitanos”. Nesse período, a população timorense era estimada em 680.000 habitantes.

Com a independência de Portugal e a anexação pela Indonésia, Timor-Leste viu o aparelho burocrático português ser dissolvido e a população passou a ser obrigada a aceitar todo o aparato administrativo e político imposto por Jacarta a seus habitantes. Eram impostos códigos de comportamento, rituais burocráticos e a ideologia de sustentação nacional sob o qual o Estado indonésio garantia seu poder. Como afirma Gunn (2007, p. 42), “enquanto ninguém em Timor-Leste tinha qualquer ilusão de que o poder estava nas

¹³ Ver Anexo II.

mãos de ninguém mais que o Exército, Jacarta também promovia assiduamente instituições civis para que se igualassem às suas parceiras indonésias”.

Enquanto Portugal demorou a aprofundar sua presença em Timor, a Indonésia utilizou-se da comunicação para impor sua ideologia, fazendo uso de toda a informação e aparato de mídia de massa, incluindo filmes, veículos de comunicação e imposição da nova língua. Impôs um novo conceito de Estado e esforçou-se para eliminar a mídia de língua portuguesa em Timor-Leste por meio da construção de um grandioso sistema educacional e a introdução do ensino de indonésio, bem como da proibição do português. Claramente, a homogeneização linguística foi fundamental para a política indonésia de incorporação de Timor-Leste. De acordo com Gunn (2007, p. 50), “os únicos livros que podiam ser encontrados em Díli durante o regime indonésio eram de origem indonésia e geralmente voltados para suprir as necessidades curriculares de as crianças serem obrigadas a frequentar as escolas indonésias locais”.

Além de representar uma ameaça ao controle da população pelo Estado indonésio, já que seus oficiais não compreendiam o idioma português, era de interesse de Jacarta propagar sua visão de mundo. Como afirma Gunn (2007, p. 51),

é importante notar a função da língua indonésia como condutora de uma cruzada cultural indonésia. Ao substituir o português, o indonésio se tornou a língua impressa dos timorenses, já que, na sua maioria, as línguas indígenas de Timor eram – e ainda são – línguas orais. Onde 77% da população continuava analfabeta, o projeto indonésio de expandir a educação primária tornou-se fundamental na batalha pelos corações e mentes dos timorenses.

Com o objetivo de preservar, proteger e promover as culturas e línguas de Timor-Leste, foi criado no país no ano de 2000 o Instituto Nacional de Linguística (INL), que desenvolve pesquisas, publicações, treinamentos e materiais de informação. A instituição se dedica, por exemplo, ao desenvolvimento da forma escrita do *tétum* e a pesquisas de dialetos que representam a cultura e história de Timor-Leste.

Ademais, os anos de ocupação do território e conflitos armados impactaram também de maneira significativa o patrimônio cultural local, tendo muitos objetos e arquivos de significativo valor cultural sido destruídos ou levados para fora do país, além da danificação ou destruição total de edifícios e monumentos históricos, levando à perda de parte significativa da grande variedade de formas arquiteturais presentes até então em Timor.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO

4.2.1 Da chegada dos portugueses à colonização

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que, por não existirem documentos escritos antes da chegada dos portugueses em Timor, no século XVI, a história do país é de difícil reconstituição. De acordo com o atlas produzido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e o Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste,

[...] sabe-se que a ilha foi frequentada, pelo menos desde o século XIII, por mercadores chineses em busca de sândalo. Era também frequentada pela rede mercantil dos jaus, ou javaneses, constando em 1365 da lista de territórios que pagavam tributo ao reino hindu de Majapahit, na Java Oriental. Em finais do século XV começa a ser referida na literatura náutica árabe. (FACULDADE DE ARQUITETURA e GERTIL, 2002, p. 36)

A chegada dos portugueses em Timor-Leste data do início do século XVI, quando, após a tomada de Malaca, em 1511, começam a intervir ativamente no comércio da ilha, especialmente de cravo e noz-moscada, sob os quais declararam monopólio régio. O sândalo também atraía mercadores de diversas partes e seu comércio era livre. A presença de missionários em Timor é registrada a partir de 1556. Todavia, foi somente em meados do século XVII que começaram a se instalar na ilha, quando foi fundado um convento dominicano em 1633.

De acordo com Silva (2004), a história da ilha de Timor-Leste, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, pode ser dividida desde a chegada dos portugueses em quatro grandes fases: a) a colonização portuguesa (1512 a 1975); b) a ocupação indonésia (1975 a 1999); c) o período da administração da ONU (1999 até 2002) e d) o Estado independente da República Democrática de Timor-Leste (desde 2002). Todavia, a própria autora reconhece que a ainda incipiente historiografia do país já sugere uma problematização desta cronologia.

No período em que se iniciou a presença portuguesa na ilha, Timor dividia-se em cerca de 60 pequenos reinos unidos em duas confederações, a dos Belos, a leste, e a dos Baiquenos, a oeste. Os portugueses frequentavam especialmente a zona oeste da ilha, rica em sândalo. Com a ameaça que se fazia presente, relacionada à expansão marítima de buguizes e macassares com vistas à captura de escravos, alguns reis cristianizados declararam-se vassallos do rei de Portugal, de forma a ganhar sua proteção (FACULDADE DE ARQUITETURA e GERTIL, 2002, p. 36). Em meados do século XVII Portugal passou a interferir na política interna de Timor e, em 1703, estabeleceu-se na ilha o primeiro governador nomeado por Lisboa, António Coelho Guerreiro.

Apesar disso, Silva (2004) afirma que somente no fim do século XIX que se pode falar da fundação de um Estado colonial na província. Ela explica que, até então, a política portuguesa estava voltada para a colonização do Brasil e que, somente com a perda desse território, é que a presença portuguesa em Timor começa a se intensificar. Neste sentido, a presença portuguesa em Timor até o final do século XIX pode ser mais bem classificada como um regime de protetorado. Durand (2010, p. 50) afirma que “até a segunda metade do século XVIII, seria mais acertado falar de entrepostos europeus que de colônias”.

As longas negociações entre Portugal e Holanda sobre os territórios reivindicados por essas duas potências da época foram concluídas com um tratado em 1859, por meio do qual os portugueses perderam partes do território da ilha de Timor. Tais limites foram revistos inúmeras vezes até a Sentença Arbitral de 1915, que fixou as fronteiras que perduram até os dias de hoje e que dividem a ilha de Timor em duas partes: Timor Ocidental, colonizada pela Holanda e atualmente pertencente à Indonésia, e Timor Oriental, conhecido como Timor-Leste.

A passagem do regime de protetorado ao regime colonial só ocorreu de fato com o governo de Celestino da Silva (1894-1908). Os reinos, que continuaram a existir até o fim do regime português, em 1975, perderam autonomia, o direito de possuírem tropas armadas, dentre outros. Foi nesse período também que colonos portugueses começaram a se instalar na ilha. Silva (2004) explica que, com o governo de Celestino da Silva, empossado em 1894, Portugal começou a ocupar efetivamente o território e a desenvolver um sistema de administração. Apesar dessa mudança, a presença portuguesa na ilha continuou débil até 1974. A Igreja Católica foi a responsável por parte significativa da presença portuguesa até então. Silva (2004) explica que “foi ela [*a igreja católica*] que criou as primeiras instituições de ensino em Timor-Leste. Dela também partiu a iniciativa de criar um registro gráfico para a já então língua franca do território, o *tétum-praça*” (SILVA, 2004, p. 26).

Durante o período da colonização por Portugal, os governadores da ilha desenvolveram políticas para levar “civilização” ao território longínquo, impondo, segundo Schouten (2007, p. 27), “um pesado fardo à população e não alcançaria os objetivos almejados e tão piamente professados”. Para o governador Afonso de Castro (1859-1863), o império português deveria “estender nossa mão para as colônias em sua miséria, e por meio delas retomar nosso lugar entre os mais avançados poderes locais” (DE CASTRO, 1864 *apud* SCHOUTEN, 2007, p. 28). Como explica Schouten (2007, p. 29), “apesar de ter se impressionado com a quantidade de línguas existentes em Timor, De Castro considerava as línguas timorenses “selvagens” e “rudes”, e a cultura geral dos timorenses como sendo de baixo nível”. A missão civilizadora, ou fardo do Homem Branco, ganhou especial força após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou a onda de descolonização à escala mundial.

Muito sangue foi derramado em batalhas durante a presença colonial portuguesa na ilha. O regime de trabalho no período dos empreendimentos cafeeiros, introduzidos no final do século XIX, tinham traços de escravatura. Como afirma Schouten (2007), durante o período da colonização portuguesa da ilha, o povo de Timor-Leste viveu bastante da miséria da guerra. A autora lembra que a forma de trabalho, mais ou menos forçado, perduraria até a década de 1960 e que a “civilização” continuava a ser declarado pelos governantes portugueses como princípio a ser seguido, assim como nos tempos de De Castro. De acordo com Schouten (2007, p. 34), “persistia a ideia de que, num processo mais ou menos natural, a presença e as atividades portuguesas eclipsariam os usos e costumes tradicionais e que o povo indígena se assimilaria”. O regime salazarista português reforçou ainda mais os poderes das autoridades coloniais e a pressão assimiladora sobre a cultura local.

A ocupação portuguesa da ilha ocorreu de certa maneira tranquila até a Segunda Guerra Mundial, quando tropas holandesas e australianas desembarcaram em Timor, fornecendo o pretexto para a invasão japonesa em 1942. Milhares de timorenses pagaram com a vida a sua fidelidade a Portugal e aos Aliados: calcula-se que 80 mil pessoas tenham morrido nesse período. As destruições acentuaram-se no fim da guerra, quando os australianos, para desalojar de Timor os japoneses, bombardearam repetidamente Díli, onde poucos edifícios mantiveram-se em pé (FACULDADE DE ARQUITETURA e GERTIL, 2002). De acordo com Silva (2004), “entre 1941 e 1945, com a invasão de Timor por tropas japonesas e austro-holandesas, houve um verdadeiro desmonte do Estado colonial”. Assim, o território se tornou alvo de disputas entre o Eixo e os Aliados.

Somente em 1945 que Portugal retomou o controle de Timor, porém o contexto internacional já não era tão favorável à existência de impérios coloniais. Além disso, devido ao cenário político vivido por Portugal nessa época, a potência decadente destinava ao continente africano a energia que lhe restava. Assim, Timor permaneceu num estado de subdesenvolvimento e esquecimento por muito tempo. Apesar desse contexto, a ilha permaneceu como colônia de Portugal até 1975, quando, devido tanto a pressões internas, como a Revolução dos Cravos (1974), e externas, o país viu-se imerso em uma situação de instabilidade política que inevitavelmente estendeu-se às suas províncias ultramarinas na África e Timor Leste.

4.2.2 Descolonização, independência e invasão indonésia

O processo de descolonização em Timor-Leste, assim como em outras ex-colônias, foi bastante conturbado, marcado por instabilidade política e social e guerra civil. Em 1974, ao menos três opções políticas opostas estavam em jogo: (i) a manutenção dos laços com Portugal; (ii) a integração à Indonésia; e (iii) a independência da ilha. Nesse período, foram

realizadas algumas tentativas fracassadas de instalação de governos provisórios a partir de acordos entre Portugal, Indonésia e os partidos existentes à época em Timor: FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente), UDT (União Democrática Timorense) e APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) – os dois primeiros pronunciavam-se pela independência, enquanto a APODETI, minoritária, declarava-se a favor de uma integração com a Indonésia. O fracasso de tais tentativas resultou em guerra civil entre os grupos que defendiam diferentes propostas para o futuro do território.

O governo português já não tinha capacidade para levar adiante o processo de descolonização em Timor e temia que os conflitos se arrastassem. Ademais, queria pôr fim às especulações no âmbito da ONU sobre a intenção de manter territórios ultramarinos. Para Portugal, a solução mais simples parecia ser a transferência de soberania para a Indonésia, embora não agradasse a população e a comunidade internacional. Apesar de negar publicamente interesse pelo território, as pretensões indonésias pelo enclave na sua esfera de influência eram óbvias, já que permitiria o controle dos estreitos do Mar da China e do Oceano Índico. O país contava com o apoio da vizinha Austrália, preocupada em agradá-la a qualquer custo. Durand (2010) lembra que

[...] do ponto de vista ocidental, o contexto não era mais favorável, uma vez que a guerra do Vietnã estava prestes a terminar com um fracasso americano [...] e que os ocidentais temiam a colocação em prática da teoria dos dominós que viria a empurrar progressivamente todos os países da Ásia em direção ao comunismo (DURAND, 2010, p. 66)

Em 1974, enquanto Portugal retirava da ilha parte de seus funcionários e aparatos militares, a Indonésia passava a ter uma presença mais expressiva no território. Assim, em 29 de novembro de 1975, Lisboa reconheceu, diante da ONU, sua incapacidade de conduzir os conflitos existentes na ilha. Quase ao mesmo tempo, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN, depois de ganhar a guerra contra a UDT, havia declarado unilateralmente a independência de Timor-Leste. Contudo, dias depois, em 07 de dezembro de 1975, as forças armadas indonésias invadiram Timor-Leste e tomaram a capital Díli, ocupando progressivamente o território nos meses seguintes. Nos dias seguintes à ocupação, a Assembleia-Geral e o Conselho de Segurança da ONU condenaram, por meio de um total de 12 resoluções, a ação indonésia e exigiram a retirada imediata das tropas do arquipélago. Todavia, tais exigências foram ignoradas e a Indonésia atuou rapidamente para garantir o domínio militar, conseguir apoiadores e colaboradores para sua administração em Timor e, assim, incorporar politicamente o território. No total, pelo menos 20 navios de guerra e 13 aviões foram utilizados pela Indonésia no bombardeio à Díli. Cerca de dez mil soldados participaram dos combates e o exército indonésio não fazia distinção entre homens, mulheres e crianças.

Em 16 de julho de 1976, o governo de Jacarta proclamou Timor-Leste como a 27ª província da República da Indonésia e colocou o território ocupado sob a administração de um governador. Iniciou-se, então, um processo conhecido como javanização do Timor português, dando lugar a quase 25 de ocupação do território timorense. De acordo com Durand (2010), estima-se que nos primeiros meses de ocupação 100 mil pessoas tenham sido mortas. A Austrália foi o único Estado que reconheceu oficialmente a anexação de Timor, beneficiando-se de acordos comerciais para exploração de gás e petróleo na região. Deve-se destacar o fato de que o ataque à Díli por parte da Indonésia contava com o apoio do então Presidente norte-americano Gerald Ford, já que naquele período (Guerra Fria) os Estados Unidos empreendiam esforços para conter o avanço do comunismo. Além disso, durante todo o período de ocupação do território, a comunidade internacional pouco se preocupou com a situação política e social em Timor-Leste. As Nações Unidas nunca reconheceram a legitimidade da anexação de Timor à Indonésia e caracterizou a situação como intervenção militar. Todavia, como lembra Seixas (2007, p. 66), “a ONU somente se engajou novamente na questão do Timor-Leste em 1999, como facilitadora da histórica votação pela independência em 30 de agosto daquele ano”.

A ocupação indonésia resultou em profundos impactos políticos, sociais, demográficos e econômicos. Durante os 24 anos de ocupação do território, entre 1975 e 1999, os timorenses assistiram ao desmantelamento da administração anterior, a um crescimento significativo da máquina burocrática indonésia em seu território e à implantação de um Estado de terror, por meio do qual o governo indonésio exercia autoridade e garantia o controle de Timor. Silva (2004, p. 29) lembra que cerca de um terço da população timorense foi morta durante esse período, “o que levou Chomsky a caracterizar o Estado indonésio como praticante do maior genocídio ocorrido no mundo depois do holocausto”.

O comportamento violento das tropas indonésias fez com que parte significativa da população timorense rejeitasse sua presença e apoiasse o movimento de resistência, inclusive esquecendo divisões partidárias e unindo-se em torno das FALINTIL (transformada posteriormente em FRETILIN), que se transformou numa autêntica resistência nacional. Estima-se que, em 1976, 80% da população havia fugido para as montanhas. No ano seguinte, cerca de dois terços da população civil continuavam a seguir e apoiar a FRETILIN, levando uma vida precária nas montanhas e deslocando-se para escapar dos ataques indonésios (DURAND, 2010). O processo de resistência timorense culminou na entrega do comando do movimento a José Alexandre de Gusmão, mais conhecido pelo seu nome de guerra, Xanana Gusmão, em 1979.

Diante da resistência timorense, o exército indonésio adotou como estratégias o cerco e aniquilamento, e o confinamento das populações civis que se rendiam. De acordo com o exército indonésio, mais de 300 mil timorenses teriam sido levados para campos em

dezembro de 1978, ou seja, 60% da população à época (DURAND, 2010). As condições em tais campos eram precárias, o paludismo era endêmico, faltava higiene e o solo era pobre, resultando em fome coletiva e doenças. O governo indonésio resistia à oferta de ajuda internacional e, assim, estima-se que entre as vítimas da guerra e as da fome tenham perecido cerca de 150 mil pessoas, ou seja, um quarto da população timorense, que segundo o censo de 1970 era de 610 mil habitantes. A população timorense enfrentou ao menos outras três fomes consecutivas a operações militares durante a ocupação indonésia: em 1981/82, 1984 e 1987.

Para Gunn (2007), os campos criados pelo governo indonésio para reassentar e confinar a população timorense se assemelhavam às aldeias estratégicas criadas pelas Forças Armadas americana no Vietnã. Contudo, lembra o autor, “fora dos olhares da imprensa ocidental, o governo de Jacarta escapou ileso ao assassinato de todo um povo e de sua cultura”. A perspectiva de longo prazo para os timorenses não era menos assustadora: seus povoados haviam sido destruídos e correntes de dependência haviam sido solidificadas nos campos ao longo do tempo. Gunn (2007, p. 45) afirma que, “conforme pude observar em primeira mão, em muitas partes de Timor-Leste, a vida tradicional dos povoados já havia se tornado mais uma exceção do que a regra”. O autor também lembra que

[...] empurrados para os subúrbios de Díli, como Santa Cruz, os timorenses eram também obrigados a viver cara a cara com o invasor. Nenhum quarteirão de Díli ficava longe de uma unidade militar ou de um posto policial.[...] Uma vez que a TNI [Força Armada] continua onipresente em qualquer cidade indonésia, a analogia mais próxima para Timor-Leste sob ocupação é a da Cisjordânia sob as armas israelenses. Até o direito a viver e viajar eram direitos concedidos pelo ocupante. Apenas quem possuía um documento de identidade indonésio tinha esse direito garantido, uma vez que a apresentação de tal documento para qualquer autoridade uniformizada – e, mais frequentemente ainda, à paisana – se tornou um julgamento e um ritual obrigatório para qualquer timorense em sua vida diária. (GUNN, 2007, p. 46)

Gunn (2007, p. 46), afirma que, através da observação, era aparente que o perfil demográfico de Timor-Leste também havia sido reestruturado. Estavam ausentes os segmentos português, africano, timorenses-macauenses-chineses e a embrionária classe média profissional timorense, incluindo mestiços latinos. Resumindo, a nata da sociedade timorense, os herdeiros do poder nacional em Timor-Leste, estavam mortos ou na diáspora.

De acordo com Durand (2010), em 1983, depois de sete anos de operações militares, o exército indonésio ainda não havia conquistado todo o território timorense. Assim, o governo indonésio propôs negociações com a FRETILIN que resultaram num cessar-fogo. Todavia, o acordo era bastante frágil: enquanto os indonésios almejavam a rendição da guerrilha, a FRETILIN, liderada por Xanana Gusmão, aceitaria apenas uma administração

indonésia transitória, com o envio de uma força de paz da ONU e a organização de um verdadeiro referendo pela autodeterminação. Em agosto de 1983 o exército indonésio rompeu o cessar-fogo e “vinte mil soldados, apoiados por bombardeios aéreos, atacaram as regiões situadas a leste da estrada de Baucau a Viqueque” (DURAND, 2010, p. 78). A resistência timorense, que contava então com mais de seis mil combatentes, decidiu evitar os confrontos e dispersar-se.

Em 1986, a Indonésia voltou a aumentar a repressão e 40 mil homens foram enviados ao Timor com o objetivo de capturar o líder Xanana Gusmão, que foi preso somente em 1992, juntamente com outro líder do movimento, Mau Hudo. Como resposta à atuação indonésia, a resistência adotou estratégias como a rejeição da língua indonésia. Em 1995, 20 anos após a invasão, 40% da população declarava não falar o indonésio.

Com o objetivo de inserir os jovens timorenses na cultura indonésia, Jacarta instituiu uma política de envio de estudantes para universidades indonésias, o que acabou resultando em redes de resistência que realizavam ações em Timor e na Indonésia. Além disso, muitos nacionalistas timorenses que fugiram para o exterior tinham um papel diplomático importante e passaram a contar com o apoio de Portugal. O apoio da igreja católica também foi fundamental para o movimento de resistência, em especial do administrador apostólico da diocese de Díli, Monsenhor Martinho da Costa Lopes. A visita do Papa João Paulo II à ilha, em 1989, representou outro momento decisivo para o futuro de Timor. Pela primeira vez, a resistência tinha contato com a imprensa ocidental, relançando a questão do Timor na cena internacional.

Em 1991, outro episódio voltou a chamar a atenção da comunidade internacional para a situação de Timor-Leste. Em novembro desse ano, enquanto milhares de pessoas se reuniam para o funeral de um jovem independentista, morto alguns dias antes, o exército indonésio perpetrou um massacre no Cemitério de Santa Cruz, em Díli. O relator especial da ONU para tortura, Pieter Koojmans, estava em missão na cidade e, dessa forma, as imagens tiveram ampla repercussão internacional, resultando inclusive na suspensão de ajuda financeira de diversos países à Indonésia. Como lembra Durand (2010, p. 84),

[...] o massacre de Santa Cruz suscitou um forte sentimento de solidariedade e provou à comunidade internacional que, contrariamente ao que declarava o regime do general Suharto, o problema timorense não se limitava apenas a algumas centenas de guerrilheiros nas montanhas e a um punhado de nostálgicos da colonização. (DURAND, 2010, p. 84)

Ademais, a prisão de Xanana Gusmão, em novembro de 1992, deu um novo impulso ao nacionalismo timorense e, ao invés de por fim à resistência, deu-lhe uma voz e um rosto. A atenção da comunidade internacional crescia sobre o país e culminou, em 1996, com a atribuição do Prêmio Nobel da Paz ao bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao dirigente político

José Ramos Horta, “ministro do estrangeiro” da resistência timorense. Em 1998, 15 mil estudantes saíram às ruas de Díli para pedir a libertação do líder.

Durand (2010, p. 116) lembra que, na década de 1990, Timor-Leste integrava uma longa lista de problemas internacionais não resolvidos, como a questão do povo curdo, Tibete, Palestina, dentre outros. O autor ressalta também o fato de a anexação do Timor-Leste pela Indonésia nunca ter sido reconhecida pela ONU. Apesar de tais circunstâncias, ele recorda que o contexto mundial fazia crescer a esperança dos nacionalistas timorenses:

[...] o fim do confronto Leste-Oeste, a reação firme à invasão do Kuwait, as imagens dos tiros do exército indonésio sobre a multidão em Santa Cruz em 1991, a atribuição do Prêmio Nobel da Paz a Monsenhor Belo e a José Ramos-Horta em 1996 ou as declarações de Nelson Mandela que tinha afirmado em julho de 1997 que a libertação do líder timorense Xanana Gusmão era uma condição indispensável à resolução do conflito (DURAND, 2010, p. 116)

Em 1997, com a crise asiática e a crise interna indonésia, marcada por pressões políticas e populares devido à fragilidade econômica e às denúncias de corrupção, o General Suharto foi tirado do poder e a Indonésia foi constrangida a buscar uma solução internacional aceitável para a questão do Timor-Leste. Durand (2010) explica que,

[...] em paralelo, culminando um longo processo de conciliação iniciado em meados dos anos 1980, os representantes do conjunto de tendências timorenses reuniram-se em Lisboa, de 23 a 27 de abril de 1998 para formar uma plataforma comum: o CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), reagrupando todos os antigos partidos históricos de 1974/75: Fretilin, UDT, Apodeti, Kota e Trabalhista. Xanana Gusmão (ainda na prisão em Jacarta) e José Ramos-Horta foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente (DURAND, 2010, p. 116)

Diante desse contexto, mais de 15 mil estudantes desceram as ruas de Díli pedindo um referendo pela independência e pela libertação de Xanana Gusmão. Finalmente, em 1999, o presidente Habibi, que substituiu o General Suharto, anunciou sua intenção de realizar um referendo para que o povo escolhesse livremente o seu próprio destino.

4.3 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

A primeira missão da ONU no Timor-Leste, intitulada Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET), foi criada em 11 de junho de 1999 por resolução do Conselho de Segurança da ONU (UNITED NATIONS, 1999) e teve mandato entre junho e outubro desse ano, com o objetivo de organizar e conduzir a consulta popular que levaria à decisão pela separação da Indonésia. A missão possuía 242 funcionários civis internacionais, 271 policiais internacionais, 50 oficiais militares de ligação (enviados pelo Brasil e pela Austrália),

425 voluntários da ONU de 67 países e 668 funcionários locais. Os principais países financiadores da UNAMET foram Austrália, Portugal, Japão, Noruega e Nova Zelândia (GALDINO, 2012). Desde então, a presença de atores internacionais no país cresceu vertiginosamente.

Assim, sob a égide das Nações Unidas, em 30 de agosto de 1999, foi realizada a consulta popular sobre o futuro do território de Timor-Leste. Nesta consulta, 98% dos timorenses em idade de votar acorreram às urnas e mais de 78% pronunciaram-se a favor da independência (DURAND, 2010, p. 15).

Mas o processo de transição para a independência foi marcado por mais instabilidade política e social. Apesar do expressivo resultado da consulta popular, as milícias pró-integração à Indonésia continuavam a promover ataques e o exército indonésio, antes de retirar-se de Timor-Leste, agiu com violência extrema, incendiando e destruindo muitos edifícios públicos e residências privadas de Díli. Parte significativa da população deslocou-se para Timor Ocidental. Com a instabilidade que tomou conta do país, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, ordenou a evacuação do território.

Silva (2004, p. 13), relata que

[...] para além das centenas de mortes, a ação de milícias paramilitares, logo após o referendo de 1999, promoveu a destruição de aproximadamente 70% das infraestruturas então existentes no território – escolas, edifícios da administração pública, pontes, estradas, sistemas de água, energia e telefonia etc (World Bank, 1999). As perdas em gêneros alimentícios também foram grandes e 75% da população esteve sujeita a deslocamentos forçados. As milícias agiram no sentido de destruir todos os supostos benefícios que o Estado indonésio construiu em Timor-Leste. A saída em massa dos quadros da administração pública indonésia deixou também um vácuo significativo de recursos humanos para o nascente Estado. (SILVA, 2004, p. 13)

Diante dos acontecimentos extremamente devastadores que sucederam a realização da consulta popular e a retirada do governo indonésio do território, resultando na morte de cerca de duas mil pessoas, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que reconhecia a situação do país como uma ruptura da paz e da segurança internacionais (UNITED NATIONS, 1999b), nos moldes do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Tal resolução também autorizou a formação de uma força armada multinacional, a Força Internacional em Timor Leste (INTERFET), sob o comando da Austrália, com a missão de restaurar a paz e a segurança no país; proteger e apoiar a UNAMET; e prestar apoio às operações de assistência humanitária. Posteriormente, por meio de uma segunda resolução (UNITED NATIONS, 1999c), o Conselho de Segurança reiterou o reconhecimento da situação de ruptura da paz e segurança internacionais e decidiu estabelecer a Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET).

Com mandato entre outubro de 1999 e maio de 2002, a UNTAET foi a primeira experiência da história na qual a ONU possuía soberania absoluta sob um território, sem um governo local com o qual pudesse cooperar. Caracterizada como uma operação de manutenção da paz, exerceu autoridade administrativa durante a transição para a independência. À UNTAET foram incorporados 1.640 oficiais para exercício das funções de polícia, um efetivo para assistência humanitária e de reabilitação emergencial e um efetivo militar de 8.950 soldados e 200 observadores militares (MORE, 2002). A INTERFET passou então a ser substituída gradativamente pelas forças da UNTAET, processo que se concluiu em fevereiro de 2000. Apesar desse quadro de civis e militares que compunham a missão, os atos de violência praticados pelas milícias armadas pró-Indonésia continuavam e funcionários das Nações Unidas foram assassinados. Continuavam também as violações aos direitos humanos, inclusive no território de Timor Oeste, para onde parte significativa da população timorense havia se refugiado.

Foi também durante a administração transitória pela ONU que o Timor-Leste conheceu a criação de um Conselho Nacional, de uma Assembleia Constituinte e de dois governos provisórios. O brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que atuou como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Timor-Leste e liderou a administração transitória, chegou a afirmar que

[...] a UNTAET é, de fato, uma das operações mais complexas já realizadas pelas Nações Unidas e um teste crucial para a organização em seu papel inédito de “construtora de um Estado-nação”. Por primeira vez exerceu poder soberano sobre um território, imbuída de todas as funções de governo, na totalidade dos aspectos da governança, nos planos do executivo, do legislativo e da administração da justiça, o que ultrapassa, em muito, o escopo das tradicionais missões de manutenção de paz. (MELLO, 2002)

A descrição feita por Sérgio Vieira de Mello remete às transformações substantivas nas operações da ONU em situações de pós-conflito armado entre as décadas de 1990 e início de 2000, transformações estas abordadas no capítulo anterior do presente trabalho. Nesse período, diante dos desafios impostos pelas novas características e dinâmicas dos conflitos armados no mundo, as Nações Unidas passaram a enfatizar a construção e o fortalecimento de instituições governamentais em países que emergiam de conflitos (*statebuilding*), indo além das tradicionais funções das missões conhecidas até então, voltadas especificamente para a imposição e a manutenção da paz.

Ao tornar-se independente, com o nome oficial de República Democrática do Timor-Leste, o país passou a ser o 191º Estado Membro da ONU. A UNTAET encerrou seu mandato em 20 de maio de 2002, data em que se iniciou o primeiro mandato presidencial e democrático no Timor Leste. Com a realização da eleição e a posse do primeiro Presidente

do Timor-Leste independente, José Alexandre Xanana Gusmão – conhecido como Xanana Gusmão, a ONU estabeleceu no país uma segunda missão, a Missão das Nações Unidas para Apoio ao Timor-Leste (UNMISET), que cumpriu mandato entre 2002 e 2005. Também considerada uma operação de manutenção da paz, tinha como objetivo assistir o novo governo independente até que todas as responsabilidades operacionais fossem completamente transferidas para as autoridades do país e até que o novo país ganhasse autossuficiência. Assim, apoiou na construção das estruturas administrativas de Timor, supervisionou a implantação da lei, contribuiu com a criação do Serviço de Polícia e ajudou na manutenção da segurança do país. Quando foi encerrada, estabeleceu-se uma nova missão política, o Escritório das Nações Unidas no Timor-Leste (UNOTIL), entre 2005 e 2006, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de instituições essenciais do Estado e a polícia, bem como fornecer treinamento em observação de governança democrática e direitos humanos.

Em 2006, quando a missão da ONU preparava-se para deixar o país, distúrbios envolvendo as Forças Armadas e a Polícia Nacional alastraram-se e tomaram as ruas da capital, Díli, resultando em muitas mortes e centenas de feridos. Mais uma vez o Timor-Leste mergulhava numa intensa crise política e social, motivando o envio de tropas internacionais para o país por parte de Austrália, Portugal, Malásia e Nova Zelândia. A situação levou também à renúncia do então Primeiro-Ministro, dando início a um delicado processo de negociação política em um cenário conturbado.

Diante da série de eventos que culminaram numa crise política, humanitária e de segurança em grandes proporções, o Conselho de Segurança da ONU decidiu prorrogar o mandato da UNOTIL por três meses, até agosto de 2006, e solicitar à Secretaria-Geral que apresentasse novas recomendações com vistas a fortalecer a presença da ONU no país. De acordo com documento apresentado pela Secretaria-Geral da organização¹⁴, entre as falhas do novo governo estavam a dificuldade de envolver a população no processo de construção das instituições nacionais, as feridas não curadas do passado e uma elevada taxa de desemprego entre os jovens.

A partir de tal contexto, foi estabelecida a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT), com mandato para assistir o governo timorense nos esforços para um processo de reconciliação nacional; apoiar o processo eleitoral presidencial e parlamentar; garantir a manutenção da segurança pública; e assistir no fortalecimento da capacidade nacional no monitoramento e promoção e proteção dos direitos humanos. Diferentemente das missões anteriores, que tinham como prioridade o desenvolvimento institucional do Estado, a UNMIT centrava-se na segurança do país e na criação de um ambiente propício

¹⁴ UNITED NATIONS. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmit/background.shtml>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

para a realização das próximas eleições presidencial e parlamentares, previstas para o ano de 2007. Em tal ano, José Ramos-Horta foi eleito presidente e indicou o ex-presidente Xanana Gusmão como seu primeiro-ministro.

Desde então, muitos timorenses deslocados pela crise conseguiram retornar para casa, mas a situação política e social do país continuou bastante frágil. Em 2011, a UNMIT transferiu a responsabilidade pela conduta, comando e controle das operações policiais para a Polícia Nacional de Timor-Leste. Em 2012, novas eleições, presidencial e parlamentar, foram realizadas de forma livre e pacífica. O então presidente em exercício, José Ramos-Horta, concorreu a um segundo mandato. No entanto, foi eleito como Presidente Taur Matan Ruak, candidato independente que venceu nas urnas Francisco Guterres, apoiado pela FRETILIN. Ruak continua atualmente na presidência do país e Xanana Gusmão continua a ser o Primeiro-Ministro de Timor-Leste.

O mandato da UNMIT encerrou-se em 31 de dezembro de 2012, marcando também o fim da presença de missões de paz da ONU em Timor-Leste. Ressalta-se que o fim das missões de paz no país não significa o fim da presença da ONU, que continua a atuar em Timor-Leste por meio de suas agências, programas e fundos.

Com o objetivo de esclarecer os acontecimentos no país durante o período da ocupação indonésia, entre 1974 e 1999, a classe política timorense foi unânime em afirmar que a prioridade deveria ser dada à reconciliação. Assim, em julho de 2001, foi estabelecida a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR). Em 2005, o relatório final da comissão foi entregue ao então presidente Xanana Gusmão. Como explica Durand (2010, p. 142), “à parte as incertezas que perduravam e a sensibilidade da questão em relação à Indonésia, o relatório indica que a ocupação de Timor-Leste entre 1975 e 1999 terá feito entre 103 mil e 183 mil vítimas”. De acordo com relatório da UNESCO (2009), durante os 24 anos de ocupação indonésia, cerca de 200 mil pessoas morreram em conflitos ou durante as graves crises de fome. O documento afirma ainda que, nos meses que se seguiram à invasão pela Indonésia, cerca de 60 mil pessoas foram mortas e que nos primeiros meses de ocupação foram estabelecidos cerca de 150 campos de concentração, onde proliferaram doenças, fome e violência. O Timor-Leste e a Indonésia criaram em 2001 uma comissão bilateral intitulada Verdade e Amizade, com o objetivo de apurar os crimes cometidos em 1999, “o que certamente favoreceu a reaproximação dos dois países ao mais alto nível, mas também foi alvo de críticas ferozes devido ao risco de a ‘amizade’ prevalecer sobre a ‘verdade’” (DURAND, 2010, p. 142).

De 1975 até sua independência, a situação jurídica de Timor-Leste era reconhecida pelas Nações Unidas e Portugal como um território sem governo¹⁵, tendo sido o primeiro, e

¹⁵ Com base no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas.

até agora único, exemplo de território sem governo conduzido à independência pelas mãos das Nações Unidas.

5. TIMOR-LESTE: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

5.1 CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO TIMORENSE

5.1.1 Múltiplos atores, múltiplos interesses

Como se viu no primeiro capítulo, as dinâmicas relacionadas ao fenômeno da globalização alteraram radicalmente as referências culturais e, conseqüentemente, a formação de identidades, levando a movimentos diversos de homogeneização, de resistência e contestação e também à formação de identidades híbridas. Os resultados dos processos de globalização colocam em questão a legitimidade do Estado, visto que este deixou de ser o único ator no sistema internacional, e afetam também a questão identitária, pois as referências, até então fixas e estáveis, têm sido substituídas por processos de identificação marcados por fluidez e fragmentação. O Estado já não é mais a principal ou única referência para a formação de identidades e emerge no contexto global a chamada “crise de identidades”.

Ainda assim, a consolidação do Estado moderno continua a estar estritamente relacionada com os processos identitários, especialmente a partir da formação de uma consciência coletiva acerca de seu destino e de uma cultura nacional. No caso do Timor-Leste, composto por uma ampla diversidade cultural e étnica e por significativas desigualdades regionais e ainda influenciado pelos constantes fluxos migratórios e comerciais na ilha, bem como pela colonização portuguesa, pela ocupação indonésia e pela presença massiva de organismos internacionais e seus funcionários no país, cada um com seus valores e interesses específicos, a tarefa de construção do Estado-nação e de uma identidade timorense (se é que isso é possível) parece bastante complexa.

Como lembra Silva (2004, p. 9), o território de Timor-Leste sempre foi objeto de disputas, tendo sido o poder sobre ele constantemente negociado de maneira tensa e conflituosa: entre os vários reinos locais até o século XVIII; entre locais e portugueses até meados do século XX; entre portugueses e holandeses até o início do século XX; entre japoneses, australianos e portugueses na II Guerra Mundial; entre os indonésios e as elites locais entre as décadas de 1970 e 1990; e, agora, entre elites locais e os agentes da cooperação técnica internacional.

A formação do Estado timorense após a independência, em 1999, representa uma experiência singular na história. Pela primeira vez, as Nações Unidas assumiram

integralmente o poder de um país, possuindo soberania absoluta, uma vez que não havia um governo local com o qual pudesse cooperar. Ademais, a construção das instituições do novo país foi altamente influenciada por projetos e interesses de diferentes países doadores e outros atores, que chegaram em grande proporção ao Timor-Leste com o objetivo de oferecer cooperação para o desenvolvimento. Nunca a assistência internacional foi tão intensamente presente na construção das estruturas básicas do Estado quanto no Timor-Leste. A Assistência Internacional para o Desenvolvimento (AID) foi responsável pelo financiamento da reconstrução das infraestruturas física e administrativa do país, destruídas pelos conflitos que se seguiram à consulta popular de 1999. De acordo com Silva e Simião (2007, p. 11),

[...] quando o governo independente assumiu o país, em 2002, após mais de dois anos de administração transitória das Nações Unidas, cerca de 80% do orçamento do Estado vinha das doações internacionais intermediadas pela ONU. (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 11)

Para Silva (2004, p. 9), desde a independência em 1999, a dinâmica de formação do Estado de Timor-Leste “tem se caracterizado por grandes afluxos (em alguns casos refluxos) de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, cujas interações, ao longo do tempo, tem gerado diversas tensões”. Segundo ela, tais recursos têm origem em fontes diversas: 1) os parceiros do desenvolvimento; 2) os retornados das diásporas timorenses em exílio; 3) os timorenses formados na Indonésia; 4) os timorenses que, de alguma forma, estiveram incorporados ao Estado colonial português; e 5) as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), dentre outros.

No que se refere à presença das Nações Unidas em Timor-Leste, foram estabelecidas no total, entre 1999 e 2012, cinco missões de paz. Desde a primeira delas, a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET), que teve mandato entre junho e outubro de 1999, a presença de atores internacionais no país cresceu vertiginosamente. Somente durante o período dessa primeira missão, mais de 11 mil funcionários internacionais chegaram a circular na ilha, resultando em uma economia paralela muitas vezes superior à própria economia do futuro país independente (SILVA e SIMIÃO, 2007, p 13).

Silva (2004) explica que a comunidade internacional em Timor-Leste é bastante estratificada e segmentada, estando organizada com base em critérios como nacionalidade, vínculos institucionais e cargos. Ao constituir um grupo à parte, concentrado essencialmente na capital do país, a comunidade internacional raramente compartilha espaços de sociabilidade com a população local, buscando estabelecer dinâmicas próprias de relacionamento entre eles, marcadas essencialmente pelas disputas de poder em torno dos projetos de cooperação. Silva (2004, p. 15) afirma que

[...] em um estilo muito similar ao das colônias de migrantes espalhadas pelo mundo, as diferentes comunidades de expatriados, residentes em Timor-Leste, tendem a reproduzir nesse território os hábitos de consumo e trabalho trazidos de seus países de origem. Entre elas há, inclusive, uma disputa pela afirmação de qual é o estilo de vida mais saudável, mais cheio de sentido e o qual, sugerem, deveriam ser tomado pelos timorenses como exemplo. As inúmeras festas promovidas por essas comunidades são ocasião para exposição pública desses projetos. De um ponto de vista sociológico, há entre os diferentes grupos nacionais disputas com relação ao processo civilizatório que deve ser empregado em Timor-Leste. (SILVA, 2004, p. 15)

A autora ressalta, ainda, que esses atores não compartilham uma visão de mundo ou conjunto de ideias e valores e afirma que o que caracteriza a relação entre eles é justamente a ausência de consenso. Ela explica também que há em Timor-Leste um profundo mal-estar entre membros da Missão Portuguesa, da AusAid (agência australiana de cooperação internacional) e das Nações Unidas. Os portugueses se sentem discriminados pela ONU e afirmam que esta ignora o conhecimento obtido por Portugal durante os séculos de colonização. Acusam a ONU de discriminar portugueses e latinos em geral em favor do *lobby* anglo-saxão; funcionários não portugueses da ONU acusam Portugal de ter pretensões neocoloniais; Portugal e Austrália disputam hegemonia cultural, como durante o processo de definição da língua oficial do novo Estado, por exemplo. Além disso, o padrão salarial dos trabalhadores envolvidos nos projetos de cooperação também resultava em mal-estar e ressentimento entre os timorenses. Em muitos casos, os funcionários internacionais chegavam a receber vinte a trinta vezes mais do que os funcionários locais, que recebiam menos de 1% de todo o orçamento da UNTAET (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 15). Para Silva e Simião (*ibid*), casos como estes evidenciam

[...] o quanto a cooperação internacional, mais do que um simples ato de boa vontade, é um instrumento político, tanto entre os doadores como entre os beneficiários da assistência negociada. Por meio delas, países intervêm no destino de outros, fazendo uso, na maioria dos casos, de recursos públicos. Em tempos de governança global, as políticas de cooperação são, pois, problemas de todos nós. Como tais, devem ser compreendidas e analisadas criticamente. (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 15)

A última missão da ONU no país, a UNMIT, encerrou-se em 31 de dezembro de 2012. Todavia, o fim da missão não significou o fim da presença das Nações Unidas no Timor-Leste, já que a mesma continua atuando por meio de suas agências, fundos e programas. Além de todo o sistema ONU, muitos outros atores também continuam no país, incluindo o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, agências de cooperação de países desenvolvidos, organizações não governamentais internacionais, missões religiosas, entre outros.

Toda essa ajuda internacional e cooperação bilateral e multilateral que continua a chegar ao Timor-Leste têm sérios impactos, tanto positivos quanto negativos, no desenvolvimento do Estado, na consolidação da paz, no processo de reestruturação das instituições e na vida da população timorense. Como afirmam Silva e Simião (2007, p. 11),

[...] articulando profissionais e interesses de diferentes nacionalidades, condicionando os processos de mudança social e o sentido de políticas públicas locais, criando uma agenda própria de temas e modelos de desenvolvimento institucional, pressionando elites locais na gestão do Estado e da sociedade civil, a cooperação internacional constitui um vasto campo de poder por meio do qual ideias-valores imaginados como universais ganham feições locais. (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 11)

Nesse mesmo sentido, Neves e Hamutuk (2007, p. 115) lembram que “o dinheiro da ajuda não chega sozinho. Com ele chegam também as agências e os funcionários internacionais, que possuem uma maneira de pensar muito diferente da dos timorenses”. Para eles, os governos doadores são os que realmente têm o controle sobre os recursos investidos no Timor-Leste e afirmam que, “em alguns projetos bilaterais, nosso governo não tem permissão de tomar nenhuma decisão e é limitado a funções cerimoniais” (NEVES e HAMUTUK, 2007, p. 115).

No caso do Timor-Leste, a definição de projetos e modelos para criação das instituições fundamentais para o novo Estado está, muitas vezes, explicitamente condicionada à nacionalidade dos países doadores e cooperantes. De acordo com Silva e Simião (2007, p. 15), “a distribuição das nacionalidades dos assessores em diferentes setores correspondia às prioridades de cada país doador e ao volume de recursos doados”. Eles explicam que essa realidade acaba por gerar um fenômeno endêmico em vários países que dependem de cooperação: como parte significativa dos recursos dos projetos de cooperação destinam-se ao pagamento dos técnicos, e esses técnicos são distribuídos de maneira proporcional ao volume doado e nacionalidade por país, grande parte dos recursos acaba voltando à economia do país de origem. Essa distribuição gera, ainda, outra dificuldade para o país receptor da cooperação: as diferentes instituições e estruturas do Estado são desenvolvidas a partir de perspectivas nacionais diferentes, o que acaba por resultar em um Estado cujas estruturas dificilmente dialogam em harmonia. No Timor-Leste, por exemplo, a maioria dos funcionários internacionais que atuavam no Ministério do Plano e Finanças era oriunda de países da *Commonwealth*, e desenvolviam projetos com base em padrões anglo-saxões. Já no Ministério da Educação a presença de assessores portugueses e de países da CPLP resultava em um sistema educacional latinizado.

Para Silva e Simião (2007), a possibilidade de construir um Estado a partir do que consideravam ser um marco zero deu asas “à mente e ao espírito de milhares de técnicos estrangeiros contratados por um cipoal de organismos internacionais” (SILVA e SIMIÃO,

2007, p. 13). Mas a realidade era outra: a presença colonial portuguesa e a ocupação indonésia deixaram muitas marcas nas estruturas sociais, culturais e políticas locais, levando à formação de uma elite altamente segmentada e diferenciada, portadora de diferentes projetos nacionais, o que resultou em “limitações à imaginação dos cooperantes, obrigados a negociar com as condições políticas e culturais locais” (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 14). Como se pode perceber, os diversos atores chegaram ao Timor-Leste com diferentes projetos de cooperação, visões, interesses e propostas para o futuro do novo país e, assim, ignoraram o fato de que, apesar ser um novo país, Timor não era um território desabitado, não estava começando “do zero”, e que, portanto, tinha um passado. Nesse mesmo sentido, Mesquita (2004, p. 66) afirma que

[...] a comunidade internacional não compreendeu que a nação timorense não “nasceu” no preciso momento em que os resultados da consulta popular abriram o caminho para a independência e que, por isso, o processo a desenvolver não poderia ser o de “construir um país a partir do zero”. (MESQUITA, 2004, p. 66)

O Estado independente estava nascendo ali, mas a nação timorense já existia há muitos séculos. Para a autora, foi justamente a forte idiosincrasia já existente entre o povo timorense que lhes permitiu subsistir às ocupações do território.

Além disso, a própria população do Timor-Leste, bastante diversa, era portadora de distintos projetos nacionais. No contexto do processo de transição para a independência, deve-se destacar o regresso ao país daqueles que constituíram as diásporas timorenses em exílio, retornados principalmente da Austrália, Portugal, Moçambique e Angola. Outro grupo importante a ser considerado neste processo são os estudantes que investiram na formação superior oferecida pelo governo indonésio e que representam uma elite bastante crítica ao projeto de construção de um Estado independente. Nas posições de alto escalão do poder executivo timorense, destacam-se os funcionários que já tinham algum tipo de inserção na sociedade colonial portuguesa, experiência que, de acordo com Silva (2004, p. 12), “parece marcar a maneira como se posicionam diante de projetos da elite política do governo”. Muitos dos jovens timorenses que não tiveram acesso ao ensino superior e que foram educados a partir das políticas estabelecidas pelo regime indonésio foram incorporados à administração pública em cargos de baixo escalão.

Além dessa complexidade social que marca o processo de construção do Estado Nacional, o fim da ocupação indonésia do território deu espaço para que antigas feridas políticas fossem abertas. Durante a ocupação indonésia, os partidos políticos de Timor-Leste uniram-se em torno de uma mesma causa nacional. Assim, o processo de independência fez com que o antigo cenário político, marcado por intensos conflitos,

reemergisse, levantando questões como, por exemplo, o processo de reconciliação e debate em torno da responsabilização pela guerra civil ocorrida entre FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) e UDT (União Democrática Timorense) em 1975, bem como a desmobilização e incorporação dos guerrilheiros tornam ainda mais complexo o processo de estabilização social e política.

5.1.2 Considerações sobre pós-conflito, cooperação e desenvolvimento em Timor-Leste

Como mencionado no segundo capítulo deste trabalho, o aumento dos conflitos intraestatais e as transformações nas características e dinâmicas dos conflitos armados que emergiram nas últimas décadas levaram a graves crises humanitárias e à instabilidade política em diversas partes do mundo. Nesse contexto, ganhou espaço no âmbito das Nações Unidas o debate sobre a atuação internacional em cenários de pós-conflito armado e o desafio de consolidar a paz de maneira duradoura, tendo em vista que até então suas atividades restringiam-se às tradicionais operações de imposição e manutenção da paz. Assim, a realidade imposta pelos processos resultantes da globalização e a urgência de a comunidade internacional responder aos novos desafios de construção da paz e desenvolvimento de Estados fragilizados por conflitos, bem como o fracasso da atuação da ONU na Somália e em Ruanda, que resultou em graves crises políticas nesses países, levaram a processos de reestruturação quanto aos objetivos e infraestrutura das operações de paz, que passariam a atuar de maneira mais abrangente e menos limitada à imposição e manutenção da paz. Dessa maneira, a partir de 1992, com a publicação do relatório do Secretário-Geral da ONU *Uma Agenda para a Paz*, as operações de paz ganharam novas formas e funções, mais complexas e envolvidas com a construção de uma situação mais duradoura de paz, as quais ganharam o nome de operações de consolidação da paz (*peacebuilding*).

A atuação da ONU em Timor-Leste reflete as novas características e dinâmicas de tais operações. Todavia, também revela que, embora possam ser mais eficazes que suas antecessoras, tais missões ainda não são suficientemente eficazes para a consolidação da paz e o desenvolvimento pós-conflito de longo prazo. Como descrito no capítulo anterior, desde a chegada da organização no país, diversos episódios de violência e distúrbios políticos e sociais eclodiram, prejudicando o processo de consolidação do Estado timorense e demonstrando a incapacidade da ONU em manter a paz no longo prazo em contextos de pós-conflito, bem como a urgente necessidade de reabrir o debate sobre sua forma de atuação e responsabilidade da comunidade internacional.

Para Paris (2004, p. 212), as operações de consolidação da paz lançadas depois de 1998 no Kosovo, Timor Leste e Serra Leoa tiveram uma mudança gradual e devotaram mais

atenção e recursos para a construção de instituições eficazes. Também priorizaram um processo de liberalização mais gradual e deliberado do que nas missões anteriores. Nesse sentido, tais missões se aproximariam da proposta teórica que tem ganhado espaço na academia nos últimos anos, a qual enfatiza o conceito de consolidação do Estado (*statebuilding*), bem como da estratégia de “Institucionalização antes da Liberalização”, ambas as propostas abordadas no segundo capítulo deste trabalho. No Kosovo e em Timor, em particular, os *peacebuilders* serviram como “autoridades transacionais” e governaram o território enquanto instituições nativas eram construídas. Mas, de acordo com o autor (PARIS, 2004, p. 212), “isso não foi suficiente, já que continuaram dando muita ênfase na rápida liberalização à custa da adequada institucionalização. Como resultado, muitos problemas experimentados nas missões anteriores continuam ocorrendo”. Para More (2002, p. 117), a missão em Timor-Leste é bem mais complexa, já que se trata da criação de um novo Estado, “a partir da independência de um povo cuja memória histórica se perdeu entre um colonialismo mal-acabado, a invasão da Indonésia e a guerra civil de resistência, situações que somente fizeram degenerar instituições, a lei e a ordem”.

Apesar do inegável papel que desempenhou durante todo o processo de transição do país para a independência, a experiência da ONU em Timor-Leste reforça as críticas quanto à eficácia das operações de paz no longo prazo, bem como quanto à falta de coordenação entre os diversos atores e às incertezas acerca dos meios e fins de tais iniciativas.

Para a garantia de um futuro de paz em Timor-Leste, More (2002, p. 142) sugere que

[...] talvez o Timor-Leste conheça uma terceira geração de operações de paz, através do desenvolvimento de uma nova política da ONU de “exercício da paz” (*peaceliving*) pós-independência, que deve ir mais além da construção da paz pós-conflito (*post-conflict peace-building*), uma nova política que procure inserir o novo Estado no cenário econômico internacional de modo a permitir ao povo timorense acesso ao desenvolvimento humano e econômico, inclusive nas áreas da saúde e da educação. (MORE, 2002, p. 142)

No que se refere às promessas de desenvolvimento que chegavam, e continuam chegando, à população timorense por meio de diferentes instituições e seus projetos de cooperação, Durand (2010, p. 150), lembra que, após os mais de quatro séculos de colonização e as duas décadas de ocupação indonésia, marcadas por violência e privações, compreende-se que os timorenses esperem uma melhoria das suas condições de vida. Assim, ele acredita que uma parte da população, “relativamente afastada do resto do mundo, embarcou no mito de um ‘desenvolvimento econômico rápido’”. Neste sentido, o autor afirma que,

[...] atualmente, como em muitos outros países “em via de desenvolvimento”, uma parte da população posiciona-se à espera do amanhã

da ajuda estrangeira. A este respeito, a entrada na comunidade internacional poderá, paradoxalmente, transformar um território em luta pela sobrevivência e pela sua independência num “país pobre” (DURAND, 2010, p. 150)

O autor lembra também que o contexto internacional, marcado pela crise asiática de 1997, bem como pela crise mundial mais estrutural do final dos anos 2000, suscitou o debate sobre o caráter da aplicabilidade dos conceitos de pobreza e de desenvolvimento em Timor-Leste. Ele afirma que a maioria dos programas e projetos propostos por especialistas internacionais limitam-se a aplicar em Timor-Leste “receitas” que não foram bem-sucedidas em outros lugares, não tendo sido proposto um “verdadeiro projeto nacional de sociedade” que levasse em conta as características da cultura e da história timorense. Para Silva e Simião (2007, p. 12),

as formas elementares timorense foram, por assim dizer, gestadas pelas elites políticas locais, com intensa participação e condicionalidades impostas pelo campo da AID, em especial das Nações Unidas. Não foi por outra razão que a comunidade internacional mostrou-se tão consternada quando, durante o ano de 2006, aquele que era um Estado-moderno para o século XXI começou a sair dos trilhos tão cuidadosamente assentados pela cooperação internacional. (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 12)

De acordo com Galdino (2012, p. 84), a experiência timorense é mais uma prova de que a independência de um país que emerge de um conflito armado é marcada pela ambiguidade da independência atrelada à dependência externa para a sobrevivência: “ao retirar seus capitais e técnicos, o colonialismo instala em torno do novo Estado um dispositivo de pressão econômica” (FANON, 2005 *apud* GALDINO, 2012, p. 84).

O complexo cenário pós-conflito em Timor-Leste, marcado por uma ampla gama de atores internacionais que a partir de interesses políticos e econômicos específicos desenvolvem seus projetos de cooperação em nome do “desenvolvimento”, contribui para reforçar as críticas quanto à natureza limitada e ocidental das práticas liberais aplicadas nesses contextos, pautadas pelas noções de paz, democracia e livre mercado. Ademais, reforçam as críticas quanto ao discurso dominante do desenvolvimento, que nada mais seria do que a “continuação do colonialismo por outros meios” (SOTILLO, 2011, p. 120). Como abordado no segundo capítulo, os resultados acerca dos projetos de cooperação nos contextos de pós-conflitos são bastante questionáveis e parecem refletir mais os interesses dos atores envolvidos do que as necessidades das comunidades afetadas, podendo inclusive ser contraproducentes e acabarem por favorecer o ressurgimento de violência e conflitos.

Em entrevista concedida à Cristina Buarque de Hollanda, em junho de 2010, o então Presidente José Ramos Horta afirmou que, apesar das cifras mencionadas pelos doadores

internacionais, que na época chegava a três bilhões de dólares alocados em Timor-Leste, o impacto da cooperação não era visível. Ele afirmou ainda que não haviam sido feitos investimentos significativos em desenvolvimento e infraestrutura física. Mas Horta pondera que houve algumas melhorias, todavia insuficientes, nos hospitais, escolas e outros serviços públicos. Ele ressalta também que houve aumento da pobreza no país entre 2001 e 2007, e afirma que os principais culpados são os doadores:

[...] no biênio 2006-2007 fez-se uma sondagem sobre o índice de pobreza em Timor Leste e verificou-se que aumentou com relação a 2001. De quem é a culpa? Dos governantes timorenses, dos doadores ou de ambos? Eu creio que mais dos doadores porque o dinheiro eram eles que geriam, os programas eram eles que escolhiam. Eu nunca vi os dois a três bilhões de dólares passarem por mim. Portanto, é importante que a comunidade doadora, os países ricos que ajudam os países pobres, repensem seriamente, com honestidade, toda esta política. Querem realmente ajudar os países pobres a sair da pobreza? Se querem, eu creio que devem enfatizar o enfoque no desenvolvimento rural, na agricultura, na pecuária, na pesca, nas estradas, na construção de pontes, de mais escolas e hospitais, na construção de pequenas e médias fábricas para criar emprego, mas ao mesmo tempo abrir os mercados americanos e europeus para a exportação dos produtos desses países em foco. Se, por exemplo, o governo americano quer financiar o desenvolvimento rural em Timor Leste, para aumentar a capacidade de produção agrícola, melhorar a qualidade, ao mesmo ele deve dizer: "falamos com o estado de Califórnia, e o estado de Califórnia vai comprar todos os produtos produzidos em Timor Leste, sem tarifas para entrar nos EUA" (RAMOS-HORTA, 2012, p. 83).

A partir das reflexões aqui realizadas, o que se pode concluir é que o caso de Timor-Leste não é exceção no que se refere às intenções e resultados duvidosos dos projetos de cooperação implementados em favor "da paz e do desenvolvimento", conforme discutido no presente trabalho. Todavia, também é possível afirmar que a presença das Nações Unidas e outros atores internacionais em Timor-Leste tem sido imprescindível para o complexo processo de transição para a independência e construção do Estado timorense. Assim, fica evidente a necessidade de se avançar na reflexão teórica para que os processos de consolidação da paz e desenvolvimento pós-conflito sejam entendidos a partir de novas perspectivas, que desfaçam os links com os discursos dominantes acerca da cooperação e do desenvolvimento, amplamente pautados por noções ocidentais como paz, democracia e livre mercado, e sejam abertos espaços para novas noções e discursos, que priorizem a diversidade de pensamentos, crenças e culturas. Tal reflexão é essencial para que as práticas de cooperação atualmente implementadas pela comunidade internacional também sejam repensadas.

5.2 PROCESSOS IDENTITÁRIOS: PODEMOS FALAR EM UMA “IDENTIDADE TIMORENSE”?

Para Thomaz (2008), apesar de Timor-Leste ser um jovem Estado, a nação timorense não deixa de ser uma velha nação Austronésica, “a que uma história peculiar e uma cultura paulatinamente sedimentada ao longo dela conferiram uma identidade própria”. Para o autor, falar em uma nação jovem seria o mesmo que afirmar que

é nas entranhas do estado que se engendra e consolida a nação, quando na realidade o estado, a que o povo é anterior, não deve ser, sob pena de ser opressivo, mais que a cristalização política de uma nacionalidade existente. (THOMAZ, 2008)

Tal afirmação remete à discussão desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho, acerca das noções de “Estado” e de “nação”, que são construídos a partir de dinâmicas específicas, não necessariamente dando origem a um “Estado-nação”. Assim, a construção do Estado independente em Timor-Leste não significa a consolidação de uma nação a partir desse novo Estado. Considerando que a independência do país aconteceu há poucos anos e que a última missão da ONU em Timor-Leste encerrou-se somente em dezembro de 2012, todo esse processo é muito recente, não sendo possível ainda afirmar se Timor-Leste conseguirá consolidar-se como um Estado-nação.

Ainda que seja possível afirmar a existência de uma identidade timorense muito antes do nascimento do Estado independente, identidade esta marcada pelas diferenças étnicas, culturais e religiosas, as influências do longo período de colonização, da violenta ocupação, da transição para a independência e da enorme interferência externa nos processos identitários atuais certamente impactam, de maneiras diversas, os mais variados aspectos da sociedade timorense, resultando em transformações significativas em seu universo simbólico, referências culturais e consciência acerca da própria identidade.

A presença colonial portuguesa, em meados do século XIX, representou a primeira grande transformação no modo de vida e na cultura que até então predominava em Timor-Leste. As autoridades portuguesas consideravam a cultura geral dos timorenses como sendo de baixo nível e que viviam em estado de selvageria. Assim, davam ênfase à sua missão civilizadora, ou “fardo do Homem Branco”. Persistiu, durante longo período da presença colonial portuguesa, “a ideia de que, num processo mais ou menos natural, a presença e as atividades portuguesas eclipsariam os usos e costumes tradicionais e de que o povo indígena se assimilaria” (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 34).

Para Thomaz (2008), o fato de a cultura portuguesa não ter sido imposta de maneira vigorosa em Timor, resultou em fácil assimilação pelos timorenses, na medida em que

desejavam, de diversos aspectos dessa cultura. O autor cita o catolicismo como um dos aspectos que foi facilmente absorvido pela população. De acordo com Hull (2000, p. 37),

[...] de certa maneira, o contato com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense, mas não é menos verdade que na vida pública, a administração colonial não deu qualquer relevo ao *tétum* nem aos outros vernáculos. (HULL, 2000, p. 37)

Posteriormente, já em meados do século XX, a invasão do território timorense pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, representa um dos momentos históricos que mais marcaram a memória popular, já que foi a primeira vez que a ilha sofreu uma invasão e também viveu muitas atrocidades cometidas pelo exército japonês. Para alguns autores, esse momento favoreceu, de certo modo, o nascimento de uma consciência coletiva acerca da noção de “timorenses” como “nós”, em oposição aos japoneses como “estrangeiros”, “inimigos”, “outros”.

A ideia de autodeterminação ganhou força com a possibilidade de independência de Portugal, em 1975. A invasão do país pelo exército da Indonésia, três dias após a independência, e os episódios de violência durante os vinte e quatro anos de ocupação do território contribuíram para o fortalecimento da formação de uma consciência coletiva. De acordo com Bedin e Castagna (2010, p. 158), “a força bruta do invasor contribuiu para dar um sentido profundo à resistência, que se revelou a única forma de oposição e de autodefesa”.

Uma organizada rede de clandestinidade, em boa parte dirigida pelas forças armadas revolucionárias FALINTIL, criada por movimentos de resistência após a invasão do país pela Indonésia, conseguiu manter a ligação com a ex-potência colonizadora, defendendo a causa timorense em instituições internacionais como as Nações Unidas. A Igreja Católica também teve importante papel no processo pela independência e defesa dos direitos humanos. Para Bedin e Castagna (2010, p. 158),

[...] foi mesmo esta heroicidade das FALINTIL a criar uma identificação mútua entre povo e resistência, reforçada ainda mais pela decisão de eliminar o caráter político das forças de rebelião, tornando-as assim numa frente de resistência verdadeiramente nacional. (BEDIN e CASTAGNA, 2010, p. 158)

Como abordado no capítulo anterior, a ocupação indonésia deixou profundas transformações no país e heranças como o idioma, o sistema educacional e a cultura burocrática. Ao implantar a nova administração no território ocupado, as autoridades indonésias desmantelaram a antiga. De acordo com Gunn (2007, p. 42), “Timor-Leste era obrigado a aceitar toda a parafernália do aparato administrativo e político da Indonésia, além

de códigos de comportamento, rituais burocráticos e a ideologia de sustentação nacional”. Sob a forte vigilância militar, os timorenses foram empurrados para o subúrbio de Díli, onde foram criadas aldeias. O medo era constante e grandes esforços foram feitos para eliminar a língua portuguesa de Timor-Leste, com vistas a acelerar o processo de anexação da província de Timor ao Estado indonésio. Ao substituir o português, o indonésio se tornou a língua impressa dos timorenses, uma vez que, na sua maioria, as línguas indígenas de Timor eram – e ainda são – línguas orais. Nesse sentido, devido ao elevado analfabetismo entre a população timorense, “o projeto indonésio de expandir a educação primária tornou-se fundamental na batalha pelos corações e mentes dos timorenses” (SILVA e SIMIÃO, 2007, p. 51). O massacre de novembro de 1991, na capital, Díli, levou ao acirramento da política indonésia de suprimir os sentimentos de nacionalismo entre os timorenses.

Mas a estratégia indonésia de imposição de sua cultura não foi bem-sucedida e a ofensiva com vistas à incorporação de Timor como sua 27ª província parece ter surtido efeitos contrários. Silva (2004, p. 30) afirma que ao invés de

[...] engendrar a construção de um sentimento de compartilhamento de uma mesma memória nacional – como parece ter ocorrido na França e mesmo no Brasil, entre outros países – a forma como o Estado indonésio se colocou, diante da população de Timor-Leste, intensificou os movimentos nacionalistas de oposição política à sua dominação. (SILVA, 2004, p. 30)

Para ela, a Indonésia não teria sido capaz de criar uma retórica de integração nacional que incorporasse Timor-Leste à sua história, já que continuou a tratar os timorenses como “outros” em oposição a um “nós”, os cidadãos indonésios. O uso do *tétum* e do português, bem como a adesão ao catolicismo como religião pela população de Timor-Leste, em oposição à utilização do indonésio e da conversão ao islamismo, confissão religiosa com maior número de adeptos na Indonésia, acentuavam essa separação e diferenciação.

Diante desse contexto de violência e repressão, o português tornou-se a língua da resistência dos timorenses. Era a forma encontrada por aqueles que lutavam pela independência de rejeitar as imposições culturais da Indonésia e tentar defender suas próprias identidades, bastante enfraquecidas desde a ocupação. Em seu artigo, Bedin e Castagna (2010) citam a seguinte afirmação do Pe. João Felgueiras:

A Língua Portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transformar numa arma eficiente de defesa e de resistência (FELGUEIRAS, 2001 *apud* BEDIN e CASTAGNA, 2010, p. 164)

Apesar de não ser efetivamente utilizada e nem falada pela maioria da população, a língua portuguesa havia sido eleita o idioma de unificação pela elite da resistência timorense – que atuava em três frentes, a armada, a clandestina e a diplomática, formada pela

diáspora timorense – durante a luta pela independência, uma vez que a ilha conta com uma diversidade linguística muito grande, e que também era o único idioma desenvolvido ortograficamente, facilitando a comunicação com o mundo exterior, incluindo as Nações Unidas e os países da lusofonia.

Para Almeida (1999 *apud* Kelly, 2004, p. 31), tem surgido em Timor-Leste um tipo singular de nacionalismo, “gerador de uma verdadeira ironia pós-colonial, que usa a cultura do colonizador como mobilizadora simbólica para ação do colonizado.” Assim, diante da ocupação indonésia, a colonização portuguesa tornou-se, retrospectivamente, uma experiência positiva. Segundo o autor, isso só foi possível porque entre ela e a instalação dos governos provisórios da ONU houve a presença do Estado indonésio.

5.2.1 (Re)construções identitárias em Timor-Leste independente

A unidade timorense em torno da resistência e em defesa da independência do país desfez-se rapidamente após a saída da Indonésia do território. A antiga fragmentação política e social ganhou espaço, fazendo ressurgir conflitos adormecidos pela luta comum contra a presença indonésia. Diante de tal cenário, marcado pela frágil estabilidade no território recém-independente, pela fragmentação política e social e pelo desafio de gerir as diferenças étnicas e culturais, bem como as desigualdades regionais, a tarefa de construir o novo Estado e, ao mesmo tempo, garantir a coesão necessária à consolidação de uma consciência coletiva de nação, dando origem a algum tipo de identidade em torno da qual os timorenses se identifiquem, parece bastante complexa. Ademais, com o fim da ocupação indonésia e o início do processo de transição para a independência, a chegada de atores internacionais e projetos de cooperação em grande escala certamente impactaram ainda mais tais processos identitários em Timor-Leste.

Considerando que no período logo após a independência não havia um governo próprio que pudesse empreender o processo de construção do “projeto de nação” ou definição do “destino nacional”, e sim uma administração transitória por parte das Nações Unidas, a qual incluía diferentes países e atores, imbuídos de valores e interesses específicos, pode-se concluir que, em Timor-Leste independente, o processo de construção do que Hall (2006) chama de “narrativa da cultura nacional” acontece de maneira bastante peculiar.

Como abordado no primeiro capítulo, os processos inerentes à globalização impactam de maneira significativa o poder do Estado no sistema internacional, bem como os processos culturais e identitários, levando a um amplo processo de transformações e deslocamentos de estruturas e processos centrais nas sociedades modernas. Embora todas as nações estejam atualmente sujeitas a tais processos, em Timor-Leste – e demais países

fragilizados que dependem da ajuda externa para solucionarem conflitos – os impactos da globalização e da reconfiguração de poderes no sistema mundial parecem ser especialmente significativos. Depois de anos de esquecimento pela comunidade internacional, durante os quais os timorenses viveram as atrocidades de intensos conflitos armados e as consequências das graves crises de fome, o processo de construção do Estado por atores externos e a consequente abertura política, social e econômica para o mundo no período pós-independência, possivelmente resultarão em complexas e profundas transformações no que se refere às questões culturais e identitárias. Tais processos de reconfigurações de identidades tanto podem contribuir para a coesão necessária à consolidação do Estado timorense como podem representar sério fator de desestabilização e ressurgimento de conflitos, a depender de como os processos inerentes à consolidação do novo Estado forem geridos pela sua elite burocrática e negociados com os governos e organismos internacionais que continuam a atuar no país, bem como da maneira como a população timorense for inserida em tais processos.

Todavia, o que se pode depreender das análises realizadas no âmbito da presente pesquisa é que o cenário futuro no que se refere às questões culturais e identitárias parece bastante complicado. O processo de transição para a independência, marcado pela dependência externa e pela presença massiva de atores estrangeiros, está fazendo surgir estruturas do Estado caracterizadas pelos interesses e valores dos responsáveis pelos projetos de cooperação que pouco ou nada refletem as histórias, culturas, dinâmicas e interesses do povo timorense. Assim, tais atores moldam, a partir de suas próprias lógicas, o processo de construção do novo Estado, tendo um papel decisivo não só na definição das dinâmicas e estruturas sociais do país, mas também impactando significativamente nos modos de viver, de pensar e de se identificar dos timorenses.

A construção do Estado essencialmente a partir de perspectivas e valores ocidentais embutidos nas noções de paz, democracia e desenvolvimento tem sério impacto, por exemplo, no processo de desenvolvimento das instituições públicas timorenses que, conforme já abordado anteriormente, estão sendo desenhadas a partir de projetos de cooperação oferecidos por organismos internacionais e agências de países desenvolvidos e, dessa maneira, seguem a lógica ocidental de divisão político-administrativa dentro de um Estado, ignorando, por exemplo, a organização social predominante dentro do território de Timor-Leste, baseada especialmente em núcleos étnicos.

Ademais, as disputas de poder entre os diversos atores que atuam em Timor-Leste fazem com que os rumos e prioridades do novo Estado sejam definidos a partir de tais dinâmicas e com que a população timorense tenha pouca ou nenhuma voz nos processos decisórios. Silva (2004, p. 16) afirma que

[...] é sobre essa Babel linguística e cultural que as estruturas do Estado timorense e as retóricas de formação nacional estão sendo forjadas. Díli é hoje o palco para o encontro e desencontro de diferentes tradições burocráticas e sociais – a colonial portuguesa, a indonésia e a de cada uma dos países de onde advêm os assessores contratados pela ONU bem como os retornados das diásporas timorenses – e é do embate entre elas que o Estado-nação timorense está sendo construído. (SILVA, 2004, p. 16)

Outro importante desafio relacionado aos processos identitários em Timor independente foi, e ainda é, a escolha da(s) língua(s) oficial(s) e a gestão de sua enorme diversidade etnolinguística, que se manteve apesar da colonização portuguesa e dos 24 anos de ocupação indonésia. Como discutido no primeiro capítulo, a língua oficial faz parte dos esforços empreendidos pelos Estados modernos na construção de uma “cultura nacional” e consolidação da consciência coletiva acerca da nação e da nacionalidade, tidos como importantes instrumentos para a garantia de coesão social e estabilidade. Para Hull (2000), as divergências que surgiram depois da independência do país com relação à futura língua oficial era um problema sério. Apesar da poliglossia, grande parte do território estava unificado antes da ocupação indonésia pelo uso do *tétum* como língua franca e aqueles que frequentavam a escola haviam aprendido o português. Com a invasão e a imposição do ensino em indonésio, uma geração de jovens foi alfabetizado na língua do país invasor.

Assim, após a independência, acredita o autor, surgiram duas perspectivas antagônicas sobre a identidade cultural de Timor-Leste: de um lado, a geração mais velha, crescida no contexto do colonialismo, que queria o português como língua única; de outro, os jovens, que quase não falavam português por terem sido alfabetizados em indonésio e influenciados pela ideologia nacionalista daquele país e, assim, queriam apenas o *tétum* como idioma oficial. Muitos desses jovens também defendiam o inglês como língua cooficial. E ainda existiam aqueles que acreditavam na importância do indonésio para a comunicação com os países da região.

Para o autor, o papel central da língua portuguesa na identidade timorense é completamente inquestionável. Assim, defendeu durante o processo de transição para a independência o reconhecimento do português como língua cooficial, ao lado do *tétum*. Para ele, “uma nação pequena como Timor-Leste necessita de ter uma ou mais línguas suprarregionais e internacionais, se assim desejar sobreviver no mundo moderno” (HULL, 2000, p. 47).

Embora o idioma português tenha ganhado projeção com o movimento de resistência à ocupação indonésia, deve-se reconhecer a importância central do *tétum*, idioma austronésio, para a formação da identidade timorense. Apesar da grande quantidade de línguas faladas no país, o *tétum* é o idioma mais usado dentro do Timor, especialmente para comunicação entre diferentes grupos linguísticos. É hoje idioma oficial do país, ao lado do

português, representando a possibilidade de criação de uma unidade cultural para o novo Estado.

Para Gunn (2007), as Nações Unidas negligenciaram o tema do idioma no setor educacional, o que resultou, por exemplo, na proliferação de universidades que ainda hoje adotam diferentes línguas e linhas de ensino, sendo que, dentre elas, a indonésia ainda é bastante presente. O autor acredita que os distúrbios que abalaram o país em meados de 2006 tenham sido estimulados por apoiadores de partidos políticos e grupos resistentes à língua portuguesa e em favor do indonésio. Gunn (2007, p. 53) afirma, ainda, que “o debate acerca dos idiomas adotados pelo país não foi reaberto explicitamente, mas pode acontecer de maneira explosiva”. Para ele, o multilinguismo é a única saída. Ademais, o autor sugere que o desenvolvimento do tétum-aportuguesado ou do português-tetumisado contribuiria muito para a construção de uma comunidade com uma língua e uma identidade comuns.

A partir da grave e complexa crise que eclodiu em 2006, revelando a fragilidade das novas instituições e conflitos latentes de toda ordem – político, econômico e sociocultural –, Trindade¹⁶ elaborou uma lista com itens que explicam tais acontecimentos. Dentre eles, mencionando apenas os aspectos diretamente relacionados com a questão da identidade, estão:

- (i) a falta de identidade nacional como força de unificação;
- (ii) a pouca clareza de metas e objetivos como uma nação;
- (iii) a falta de compreensão acerca do pano de fundo timorense quanto a questões sociais, culturais e políticas no setor de desenvolvimento;
- (iv) a falta de atenção e sensibilidade da ONU, dos países doadores e da comunidade internacional para as questões culturais.

Como se pode perceber, as questões culturais e identitárias têm sido negligenciadas pelos atores envolvidos no processo de construção e consolidação do Estado timorense. Neves e Hamutuk (2007) acreditam que o papel marginal da população timorense no processo de consolidação do Estado e de construção das instituições centrais tem levado à fragilização da autoestima e à perda do sentimento de nacionalismo, tão elevado durante o tempo da resistência.

5.3 DESAFIOS FUTUROS

Diante do contexto histórico, político, econômico e sociocultural em Timor-Leste, bem como das reflexões teóricas realizadas ao longo da pesquisa, pode-se concluir que é

¹⁶ Lista apresentada por Josh Trindade na ETAN (East Timor & Indonesia Action Network). In: SILVA, Kelly Cristina; SIMIÃO, Daniel Schroeter (org.). *Timor -Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

inegável a importância de o governo timorense e os atores internacionais que atuam no país encararem a questão identitária como essencial à consolidação da paz e ao desenvolvimento do Timor-Leste. Ao experimentar uma situação única, de um país que chegou a ser administrado durante dois anos por um organismo internacional, e que até hoje recebe ajuda internacional em proporções nunca antes conhecidas, tal desafio é ainda mais complexo. Como afirma Silva (2004, p. 23), a construção do Estado-nação em Timor-Leste é “um processo de longa duração, cujo início foi marcado pela colonização portuguesa e o fim, naturalmente, está em aberto”.

Durante todo o período de transição e de construção do Estado após a independência, apesar do grande volume de cooperação internacional que chegou ao país, pouco ou nada se fez no que se refere às questões culturais e identitárias em Timor-Leste. As resoluções do Conselho de Segurança que criaram as diversas missões no país sequer fazem qualquer menção ao tema, ignorando o fator cultural e identitário como essencial à estabilidade e ao futuro do jovem Estado. Embora a UNESCO¹⁷ reconheça em seu discurso que “a cultura possui uma dimensão coletiva que é a base da identidade e esta, por sua vez, é fator de segurança e autoestima”, podendo contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento e como força simbólica para levar estabilidade e significado às comunidades afetadas por conflitos armados, os projetos desenvolvidos pela organização em Timor-Leste pouco ou nada contribuíram para a abertura de um diálogo voltado para resolver as feridas do passado e discutir um projeto de nação.

A atuação de organismos internacionais e os projetos de cooperação bilateral, embora tenham sido importantes para a construção das instituições centrais do Estado timorense, acabam tendo papel decisivo na consolidação de diferentes projetos de nação e na construção de instituições baseadas em interesses externos, bastante distantes dos valores e desejos da população timorense. Além do mais, o desequilíbrio de poder nas relações entre timorenses e atores estrangeiros tem levado a não participação dos timorenses na construção e consolidação do Estado, bem como nos processos decisórios, o que resulta em diminuição da autoestima e do sentimento de pertencimento. De sujeitas de suas próprias vidas, tornaram-se sujeitos de projetos construídos a partir de interesses estrangeiros. A pobreza da população, a falta de desenvolvimento de uma economia nacional e o elevado desemprego entre os jovens agravam ainda mais essa situação.

Tendo em conta as categorias de construção de identidades proposta por Castells (2010), o sentimento de nacionalismo que se evidenciou entre os timorenses durante o período da ocupação indonésia pode ter levado à formação de uma “identidade de resistência”, a partir da qual os timorenses lutaram contra a lógica da dominação imposta.

¹⁷ UNESCO. Disponível em www.unesco.org. Acesso em 30 de junho de 2012.

Resta saber se durante o processo de consolidação do Estado independente haverá coesão suficiente no país para a formação de algum outro tipo de identidade em torno da qual os timorenses continuem a se identificar. Como lembra Castells (2010), uma questão importante é perguntar quem constrói essa identidade, a partir de quem e para quem. Considerando que a construção da cultura nacional se dá no interior da representação, por meio dos discursos e narrativas centrais, sendo marcada pelas relações de poder, essas perguntas são fundamentais para entender os processos identitários que surgem no complexo contexto pós-conflito em Timor-Leste. Todavia, considerando que tais processos são bastante recentes, as respostas ainda não são claras, não sendo possível afirmar a existência de uma consciência acerca de uma cultura nacional consolidada em Timor independente e sobre que tipo de identidade estaria sendo construída.

Além disso, lembrando que a história tem mostrado que o nacionalismo sustentou Estados em alguns casos, mas resultou em fragmentação em outros, outra importante reflexão que deve ser feita no que se refere ao futuro de Timor-Leste (e outros Estados fragilizados) é se seria a construção de uma “identidade nacional” e de uma “cultura nacional” a melhor maneira de garantir a consolidação do novo Estado e de um futuro Estado-nação. Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, muitas vezes, ao empreender esforços para consolidar a consciência de uma cultura nacional, os Estados acabam por ignorar as diferenças culturais, o que pode resultar em insatisfações e conflitos. Como lembra Hall (2006), “políticas mal conduzidas podem resultar em nacionalismos exacerbados e fundamentalismos, que levam ao apego à tradição, ortodoxia, ódio, rejeição aos hibridismos culturais, bem como ao acirramento de conflitos armados”. Ademais, diante dos fenômenos que emergem do aprofundamento do processo de globalização, o conceito de “nacional” já não reflete as novas dinâmicas e processos identitários, devendo então abrir caminho para novas possibilidades de identificação menos fixas e restritas que o “nacional”.

Assim, o governo do Timor-Leste deve considerar a questão identitária como tema central em suas políticas, de forma a garantir a estabilidade necessária ao desenvolvimento do país. O reconhecimento das diferenças culturais também pode servir como uma força positiva ao diálogo, à recuperação da memória coletiva, ao entendimento mútuo, à reconciliação, e à estabilidade social. Ademais, a cultura entendida como âmbito de interlocução pode se converter em recurso estratégico em cenários de conflitos ou pós-conflitos, podendo representar um importante espaço de negociação intercultural. Caso uma séria e ampla discussão sobre o projeto de nação não seja aberta pelo governo timorense, envolvendo toda a população, o risco de que movimentos nacionalistas e fundamentalistas ganhem espaço não pode ser descartado, podendo levar inclusive a retrocessos e perda dos avanços alcançados até aqui. Lembrando a afirmação de Hall (2006) de que as nações modernas são, todas, híbridos culturais, as políticas desenvolvidas em Timor devem

considerar primordialmente as diferenças culturais e desigualdades regionais que marcam o país, de forma a evitar exclusões e insatisfações, que acabam por gerar instabilidades. Ademais, o autor sugere pensar as culturas nacionais não como unificadas, mas como um dispositivo discursivo que represente a identidade como diferença.

Considerando ainda a chamada crise de identidades que emergiu dos processos relacionados à globalização, a qual levou ao deslocamento das estruturas centrais e das referências identitárias, no contexto pós-conflito e consolidação do Estado em Timor essa “crise” ganha uma dimensão ainda maior. Todavia, pode representar também a oportunidade para o desenvolvimento de uma cultura que vá além da rígida fronteira estabelecida pela noção de “cultura nacional”, abrindo espaço para uma cultura que vá além, uma “cultura transnacional e translacional” e, como sugere Bhabha (1998, p. 27), para um encontro com o “‘novo’ que não seja parte do *continuum* de passado e presente”, propiciando a inscrição e articulação de hibridismos culturais e acolhendo a diferença sem imposição de hierarquias. Para ele, é nesse “inter”, nesse espaço de tradução e negociação, o “entre-lugar”, que deve se dar o processo de significação da cultura, o qual permite que se comece a vislumbrar novas histórias do “povo”. E, para o autor, “ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos”. (BHABHA, 1998, p. 69). Ademais, como lembra Bhabha (1998, p. 20), são esses entre-lugares que “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, ato de definir a própria ideia de sociedade”.

Dessa maneira, um dos grandes desafios para o futuro de Timor-Leste pode ser entendido como a busca pelo equilíbrio entre a coesão necessária para a consolidação do novo Estado e o reconhecimento das diferenças culturais e étnicas e das novas configurações identitárias no mundo globalizado, utilizando-se dessas diferenças, bem como da experiência partilhada com povos de diversas origens que chegaram ao país durante os períodos colonial e pós-colonial, nos complexos processos de negociação que envolvem as construções de identidades. Como sugere Bhabha (1998), é a partir do entre-lugar que essas negociações e traduções deveriam se dar, resultando em identidades que não são nem um, nem outro, mas algo além. Ou seja, já não é possível conceber a identidade em Timor-Leste como fechada e fixa, tampouco somente a partir da experiência colonial ou do período de invasão indonésia. É preciso reconhecer, nos atuais processos identitários, toda a complexidade desses contextos políticos e sociais que marcam a história de Timor-Leste, em especial as influências culturais inerentes a eles.

A partir dessa perspectiva proposta por Hall (2006) e Bhabha (1998), os processos identitários em Timor-Leste devem levar à construção de uma nação plural e aberta que, por meio da tradução e da negociação, resultem na construção de novas identidades,

“identidades híbridas”. Como lembra Bhabha (1998), cada vez mais, as culturas “nacionais” são produzidas a partir das perspectivas das minorias. E, ao tomar consciência de que discursos unificadores da “nação” ou dos “povos” já não encontram referências imediatas, a possibilidade de construção de identidades híbridas é o que abre o caminho para um novo entendimento da questão identitária. Para ele, “a grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição” (BHABHA, 1998, p. 241).

Assim, o desafio está em construir uma nação que rejeite mitos exclusivistas e imposições coloniais ou neocoloniais e que reivindique autenticidade e protagonismo nos processos de construção do Estado e da nação, valorizando a pluralidade e as diferenças. Ignorar este desafio no processo de consolidação de Timor-Leste como Estado independente significa abrir espaço para o ressurgimento de tensões e conflitos.

6. CONCLUSÃO

A independência de Portugal, o fim da ocupação indonésia e dos intensos conflitos armados, e o encerramento da administração transitória pelas Nações Unidas, que culminou na eleição em 2002 do primeiro Presidente do novo Estado independente da República Democrática de Timor-Leste, estão longe de significar a independência e soberania de fato do país e o fim da lógica de dominação e interferência externa no dia a dia da realidade timorense. A atuação da ONU em Timor-Leste durante o período da administração transitória (1999-2002) representou um fenômeno político, jurídico e social sem precedentes, que envolveu a construção de um governo e de todas as suas instituições básicas, incluindo os poderes legislativo, executivo e judiciário. Após esse período, a construção do Estado e de suas principais instituições também aconteceu de maneira bastante peculiar e envolveu grandes volumes de recursos financeiros e humanos estrangeiros, que chegaram ao país por meio de uma ampla gama de instituições e atores da cooperação internacional.

Dessa maneira, os projetos de cooperação desenvolvidos a partir de lógicas, interesses e valores dos mais diversos grupos de atores internacionais presentes no país, incluindo agências governamentais de cooperação, as diversas agências, fundos e programas das Nações Unidas, organizações não governamentais, missões religiosas, dentre outros, acabam por revelar a transformação das antigas relações coloniais em dinâmicas neocoloniais marcadas por fortes pressões políticas e econômicas, aos moldes da receita neoliberal pregada pelos Estados “mais poderosos” do chamado Ocidente. A experiência tem mostrado que os projetos de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, levados a cabo tanto no âmbito da ONU quanto por outros atores internacionais, têm contribuído para justificar a continuidade da presença e influência dos Estados desenvolvidos em suas ex-colônias e outros novos Estados do Sul. Para além dos objetivos e intenções declarados pelos agentes da cooperação, que chegam a Timor-Leste essencialmente em nome da “paz” e do “desenvolvimento”, a realidade prova que tais dinâmicas acabam por interferir na consolidação de projetos de poder e de nação, moldando o processo de reconstrução de Estados fragilizados e definindo suas dinâmicas e estruturas sociais. Assim, os timorenses continuam sujeitos às novas formas de dominação que surgiram com os processos de descolonização em todo o mundo.

Para que a construção do Estado e da nação em Timor-Leste não continue a representar mais um testemunho das relações neocoloniais que atualmente caracterizam as relações entre os antigos impérios e sociedades que foram colonizadas, é fundamental, em primeiro lugar, que a elite política do país que está à frente do processo de construção das instituições do Estado rompa com a lógica dominante imposta pelos atores internacionais e

tenha consciência da importância de que os processos de definição dos rumos e projetos de nação sejam conduzidos pelos próprios timorenses. Além do que, é essencial que conduzam uma séria negociação com os atores estrangeiros que continuam atuando na construção das instituições do Estado e na consolidação de suas estruturas e sistemas essenciais para que acordem um processo de transição da responsabilidade e do poder decisório de levar adiante tais processos para as mãos dos timorenses. Mas é preciso também que as definições centrais para o futuro do país não fiquem apenas nas mãos dessa elite política, sendo fundamental o envolvimento de toda a sociedade nesse debate.

O caso de Timor-Leste ilustra de maneira bastante clara as críticas e questionamentos abordados no segundo capítulo deste trabalho, reforçando a urgente necessidade de reflexão sobre as atuais dinâmicas e impactos da cooperação internacional em Estados fragilizados por conflitos armados, incluindo os diversos interesses estrangeiros, os processos de rápida liberalização do mercado, a construção do projeto de nação, o não envolvimento da população local, dentre outros. Alguns autores afirmam que, em muitos casos, as operações de consolidação da paz chegam paradoxalmente a fomentar ainda mais instabilidade e violência, o que resulta num círculo contínuo de conflitos. Apesar das mudanças nas características das operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas nas últimas décadas, que passaram a ser desenvolvidas a partir de perspectivas multidisciplinares, as questões culturais e identitárias continuam a ser ignoradas e dificilmente ganharão o lugar que deveriam ocupar nas missões pós-conflito enquanto a paz for entendida no seio da ONU a partir de uma visão institucionalizada da noção de “segurança”, ainda bastante restrita à ideia de segurança coletiva dos Estados e às operações de cunho militar.

Ao mesmo tempo em que fez aumentar a consciência internacional sobre os conflitos e situações de violência extrema que assolam muitos países, a globalização também tem destacado a natureza limitada e essencialmente ocidental das práticas liberais utilizadas na tentativa de resolução dos conflitos, pautadas pelas noções de paz, democracia e livre mercado. Neste sentido, a experiência timorense pode contribuir também para a reflexão sobre os discursos dominantes de desenvolvimento e de paz embutidos em tais projetos de cooperação, que no caso do Timor pouco contribuiu para a estabilidade social, para a reconciliação, para a autonomia e para um verdadeiro debate sobre o seu futuro. Além disso, como mencionado anteriormente neste trabalho, o então Presidente José Ramos Horta chegou a afirmar em entrevista concedida em 2010 que, apesar das cifras mencionadas pelos doadores internacionais, que na época chegava a três bilhões de dólares alocados em Timor-Leste, o impacto da cooperação não era visível. O país não assistiu a um desenvolvimento econômico, as condições de saúde e sanitárias continuam bastante precárias, uma parcela grande da população continua a viver na pobreza, a taxa de

desemprego continua alta e as ameaças à estabilidade social são constantes, tendo em vista a fragilidade política, as feridas dos anos de guerras e a continuidade da existência de guerrilhas armadas e milícias no país. A falta de quadros preparados para assumir a condução das instituições políticas, as reduzidas receitas do Estado, o desafio de garantir a segurança pública interna e a ausência de um verdadeiro projeto de nação tornam o futuro de Timor-Leste ainda mais desafiador.

Apesar das críticas aqui feitas com relação à atuação da comunidade internacional, não é possível concluir que o Timor-Leste (e outros Estados fragilizados por conflitos) não precise desse apoio externo para fortalecer suas instituições e consolidar o Estado. O que o caso timorense mostra, mais uma vez, é que a realidade de países que tentam emergir de anos de conflitos é marcada pela contradição entre a busca pela independência e a dependência externa para sobrevivência. Assim, diante dos resultados em geral desastrosos da atuação internacional em contextos de pós-conflito nas últimas décadas, a forma de resposta e envolvimento da comunidade internacional deve ser repensada com urgência. Aliás, deve-se lembrar de que, apesar dos atos declaratórios de condenação pela ONU, a comunidade internacional na prática ignorou por muitos anos a ocupação violenta de Timor-Leste pela Indonésia. Entre o ano da ocupação, 1975, quando a ONU aprovou 12 resoluções de condenação à invasão indonésia, e 1999, quando aconteceu a histórica votação que resultou na retirada do Timor pela Indonésia, as Nações Unidas não se engajou na questão do Timor-Leste.

No que se refere aos processos identitários no contexto da construção do Estado timorense, pode-se concluir, a partir das considerações feitas acima, que os impactos da atuação da comunidade internacional são diversos. Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a globalização tem afetado significativamente a reconfiguração de poderes em escala global, o papel e a legitimidade do Estado moderno e, conseqüentemente, as referências culturais e processos identitários. Por muito tempo associadas de maneira inquestionável à nacionalidade, as identidades são atualmente confrontadas por essas novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais. O Estado já não é mais a principal ou única referência para a formação de identidades e emerge no contexto global a chamada “crise de identidades”. No caso de Timor-Leste, que tem o nascimento como Estado independente atrelado a interferências externas de toda ordem, os impactos em tais processos identitários parecem ser ainda mais significativos. Essas transformações e reconfigurações de identidades tanto podem contribuir para a consolidação do Estado quanto podem representar sério fator de instabilidades de toda ordem e, por isso, a inclusão das questões culturais e identitárias deve ser priorizada e colocada no centro dos debates políticos em torno do futuro de Timor-Leste.

Considerando ainda as reflexões feitas ao longo do trabalho sobre a identidade cultural na atualidade, a experiência de Timor-Leste pode contribuir para o debate sobre o nacionalismo contemporâneo e sobre a construção de identidades em torno de referências simbólicas e culturais que não estejam restritas ao Estado e à sua suposta “cultura nacional”. Neste sentido, um amplo e profundo debate sobre o projeto de nação revela-se essencial para o futuro timorense, um debate que abra espaço para novas compreensões acerca da identidade, levando a reflexões para além das noções rígidas e fechadas relacionadas à identidade nacional e que deem espaço para negociações, traduções e hibridismos culturais, que reconheçam as diferenças e levem a um novo que não represente apenas continuidade. Como já discutido, a construção de uma nação plural e aberta parece ser o caminho mais adequado, e representa um dos grandes desafios para o futuro de Timor-Leste. Uma nação que consiga lidar com a tensão entre a preservação de seus valores culturais do passado, as heranças do colonialismo e dos anos de ocupação, e as novas influências externas relacionadas ao processo de construção do Estado, bem como a inevitável inserção nas dinâmicas resultantes da globalização. A desafiadora busca por esse equilíbrio evitará o surgimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas de apego ao passado, e também contribuirá para que a sociedade timorense não seja vítima dos processos homogeneizadores inerentes ao imperialismo cultural imposto pelas forças globais.

Neste sentido, e considerando que a identidade cultural é formada e transformada a partir de processos internos e externos, individuais e coletivos, de identificação simbólica, não podendo ser imposta ou “decretada”, serão de extrema importância para o futuro de Timor-Leste o desenvolvimento de políticas culturais que estimulem a inclusão social, a valorização das diferenças e diálogos abertos e plurais. As questões culturais e identitárias devem, ainda, ser consideradas transversais às políticas públicas dos mais diversos setores. Somente assim será possível evitar exclusões e aumento de insatisfações sociais, que poderiam resultar em violência, retrocessos, instabilidades e até mesmo em ressurgimento de conflitos. Somente assim, será possível superar a condição de colonizados e consolidar níveis suficientes de autonomia para garantir um Timor verdadeiramente livre.

Por fim, entendo ser de extrema relevância para futuras pesquisas relacionadas ao tema a reflexão sobre as limitações do presente trabalho. Primeiramente, o fato de não ter tido a oportunidade de conhecer *in locus* a realidade timorense certamente dificultou a compreensão sobre os processos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais que compõem o cenário da construção do Estado timorense. Além do mais, estar em Timor-Leste também possibilitaria ouvir dos próprios timorenses que vivenciam essas transformações suas histórias, impressões, angústias e desejos. Como sugerem os autores

pós-coloniais que abordei durante minha pesquisa, é justamente daqueles que sofreram a dominação e os deslocamentos que aprendemos as maiores lições sobre a história.

Considero, ainda, que o fato de tratar-se a construção do Estado em Timor-Leste de um processo bastante recente, tendo a última missão de paz da ONU no país encerrado em 31 de dezembro de 2012, representou um grande desafio para a reflexão sobre os processos identitários nesse contexto e faz com que seja praticamente impossível concluir sobre a consolidação de uma “identidade timorese” ou afirmar que Timor se consolidará como um Estado-nação. O fato de ser um processo muito recente resulta também na escassez de trabalhos acadêmicos que analisem os impactos da cooperação internacional na construção do Estado e, em especial, nos processos identitários.

Assim, espero que meu trabalho possa contribuir para pesquisas futuras que analisem de maneira aprofundada as transformações culturais e os processos identitários no contexto de consolidação do novo Estado. Espero, ademais, contribuir para a reflexão sobre identidades “pós-nacionais” e também para os debates, ainda bastante incipientes, sobre as questões culturais e identitárias no que se refere à atuação da comunidade internacional nos cenários de pós-conflito armado, debate este que parece ser fundamental para a reformulação das práticas atuais de cooperação internacional, levadas a cabo em nome da “paz” e do “desenvolvimento”, as quais tem se mostrado bastante questionáveis.

O processo de construção do Estado em Timor-Leste está apenas em seu início e ainda existe um longo e desafiador caminho para que seja possível firmar-se como Estado-nação, livre e soberano. É preciso consolidar, na prática, a independência do país, e, para isso, o reconhecimento das diferenças culturais é fundamental, já que somente por meio de políticas que promovam o reconhecimento de processos identitários plurais e abertos será possível acreditar em um país onde os conflitos armados fiquem guardados nas lembranças do passado e a paz seja a realidade presente e futura.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Key concepts in Post-Colonial Studies**. Londres: Routledge, 1998.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BEDIN, Francesca; CASTAGNA, Vanessa Ribeiro. **Timor-Leste: Construção duma Identidade**. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 147-168, jan-jun 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 2, 7ª reimpressão. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda., 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)**. In: SARAIVA, José Flávio (org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

COLARES, Luciano da Silva. **As missões de paz da ONU e a questão de Timor-Leste: ponto de inflexão?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DA HOLANDA PARA A UNESCO. **Expert Meeting on The Role of Culture in Post-conflict and Post-disaster Situations**. Netherlands, 2007.

CORRÊA, Márcio Lopes. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília: edição do autor, 2010.

COUSENS, Elizabeth M.; KUMAR, Chetan; WERMESTER, Karin. **Peacebuilding as politics: cultivating peace in fragile societies**. International Peace Academy. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2001.

DURAND, Frédéric. **Timor-Leste: País no cruzamento da Ásia e do Pacífico**. Um atlas histórico-geográfico. Tradução: Pedro Rosa Mendes. Singapura: Lidel-Edições Técnicas Ltda., 2010.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Cultural Theory: The Key Concepts**. 2ª ed. Oxfordshire: Routledge, 2008.

ESTEVA, Gustavo. **Development**. In: SACHS, Wolfgang (ed.). The development dictionary: a guide to knowledge as power. 2ª ed. Londres: Zed Books Ltd., 2010.

FACULDADE DE ARQUITETURA; GERTIL. **Atlas de Timor-Leste**. Lisboa: Lidel-Edições Técnicas Ltda., 2002.

GALDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um Estado: a construção de Timor-Leste**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas". Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2012.

GOMES, Heloisa Toller. **Quando os outros somos nós: o lugar da crítica Pós-Colonial na universidade brasileira.** Human and Social Sciences: Acta Scientiarum. Maringá, v. 29, n. 2, p 99-105, 2007.

GUNN, Geoffrey C. **A ocupação indonésia de Timor-Leste: lições e legados para a construção do Estado na nova nação.** Tradução: Cássia Bechara. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GUSMÃO, Maria Manuela. **Cooperação Bilateral Brasil-Timor Leste na Profissionalização docente em serviço: “perspectivas e desafios do século XXI”.** Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HULL, Geoffrey. **Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional.** Lisboa: Instituto Camões, 2000.

KEOHANE, R. **After hegemony: cooperation and discord in the world economy.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984, p. 51-64, *apud* SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento.** In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MENDES, José Manuel Oliveira. **O desafio das identidades.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MESQUITA, Ana Virgínia Guedes. **A cooperação internacional para o desenvolvimento na viragem do século: A cooperação portuguesa com Timor-Leste.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.

MIRANDA, Roberta Gonçalves de Sousa. **O discurso de posse de Xanana Gusmão: uma análise semiótica do discurso.** Estudos linguísticos. São Paulo, 40 (3): p. 1562-1574, set-dez 2011.

MORE, Rodrigo Fernandes. **Fundamentos das operações de paz das Nações Unidas e a questão de Timor-Leste.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

NEVES, Guteriano Nicolau S.; HAMUTUK, La'o. **O paradoxo da cooperação em Timor-Leste.** Tradução: Cássia Bechara. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PARIS, Roland. **At war's end: Building peace after civil conflict**. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Understanding the “coordination problem” in postwar statebuilding**. *In*: PARIS, Roland; SISK, Timothy D. (ed.). **The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of postwar peace operations**. Security and Governance Series. New York: Routledge, 2009.

_____; SISK, Timothy D. (ed.). **The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of postwar peace operations**. Security and Governance Series. New York: Routledge, 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num mundo diversificado**. Nova Iorque, 2004.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011: Sustentabilidade e equidade. Um futuro melhor para todos**. Nova Iorque, 2011.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional – Timor Leste, 2006**. Disponível em <http://www.tl.undp.org/undp/publications.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

PRONK, Jan. **Lead Article: Development, Culture and Conflict**. *In*: *Development*, 2009, 52(4), (445–455).

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALI, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution: The prevention, management and transformation of deadly conflicts**. 2ª ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

RIBEIRO, Antonio Sousa. **A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira**. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHMOND, Oliver P. **The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus**. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*. Vol.39(2):129–150.C. Dinamarca: Sage Publications, 2004.

RIST, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. 3ª ed. Londres: Zed Books Ltd., 2008.

SACHS, Wolfgang (ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2ª ed. Londres: Zed Books Ltd., 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHOUTEN, Maria Johanna. **A prática de um ideal “civilização” e a presença colonial portuguesa em Timor**. Tradução: Lucas Carneiro de Carvalho. *In*: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SEIXAS, Paulo Castro. **Dualismo, violência mimética e cultura da tradução**: a crise em Timor-Leste. SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco**: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Kelly Cristiane da; **Paradoxos da autodeterminação**: a construção do Estado nacional e práticas da ONU em Timor-Leste. Tese – Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

_____.; SIMIÃO, Daniel Schroeter (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco**: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOTILLO, José Ángel. **El sistema de cooperación para el desarrollo**: actores, formas y procesos. Série Desarrollo y Cooperación. Madri: Los libros de la catarata, 2011.

SUMNER, Andy; TRIBE, Michael. **International Development Studies**: Theories and Methods in Research and Practice. Wiltshire: The Cromwell Press Ltd., 2008.

THOMAZ, Luís Filipe. **País dos Belos**: Acheegas para a compreensão de Timor-Leste. Coleção Memória do Oriente. Instituto Português do Oriente/ Fundação Oriente, 2008.

TOMAZ, Tadeu da Silva (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

UNESCO. **Timor-Leste - UNESCO Country Programming Document 2009-2013**. Jacarta, 2009.

_____. **UNESCO World Report: Investing** in cultural diversity and intercultural dialogue. Paris, 2009 (b).

UNITED NATIONS. A/51/306. **Promotion and Protection of the rights of children**: Impact of armed conflict on children. Nova Iorque: Nações Unidas, 1996.

_____. A/55/305–S/2000/809. **Relatório do Grupo sobre Operações de Paz das Nações Unidas**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2000.

_____. A/63/881–S/2009/304. **Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2009.

_____. A/64/866–S/2010/386. **Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2010.

_____. A/RES/47/120. **An Agenda for Peace**: Preventive diplomacy and related matters. Nova Iorque: Nações Unidas, 1992.

_____. **S/RES/1246**. Security Council. New York: United Nations, 1999.

_____. **S/RES/1264**. Security Council. New York: United Nations, 1999 (b).

_____. **S/RES/1272**. Security Council. New York: United Nations, 1999 (c).

_____. **S/RES/1704**. Security Council. New York: United Nations, 2006.

_____. **S/RES/1969**. Security Council. New York: United Nations, 2011.

_____. **S/RES/2037**. Security Council. New York: United Nations, 2012.

_____. **UN Peacebuilding**: an Orientation. Peacebuilding Support Office. Nova Iorque: Nações Unidas, 2010 (b).

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O mundo pós-guerra fria**: globalização, guerra ao terror e multipolarização: o desafio do (ao) 'oriente'. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SITES:

PNUD. **International Human Development Indicators**. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/TLS.html>>.

UNESCO. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 30 de junho de 2012

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/emergency-situations/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2012.

UNITED NATIONS. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacebuilding/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

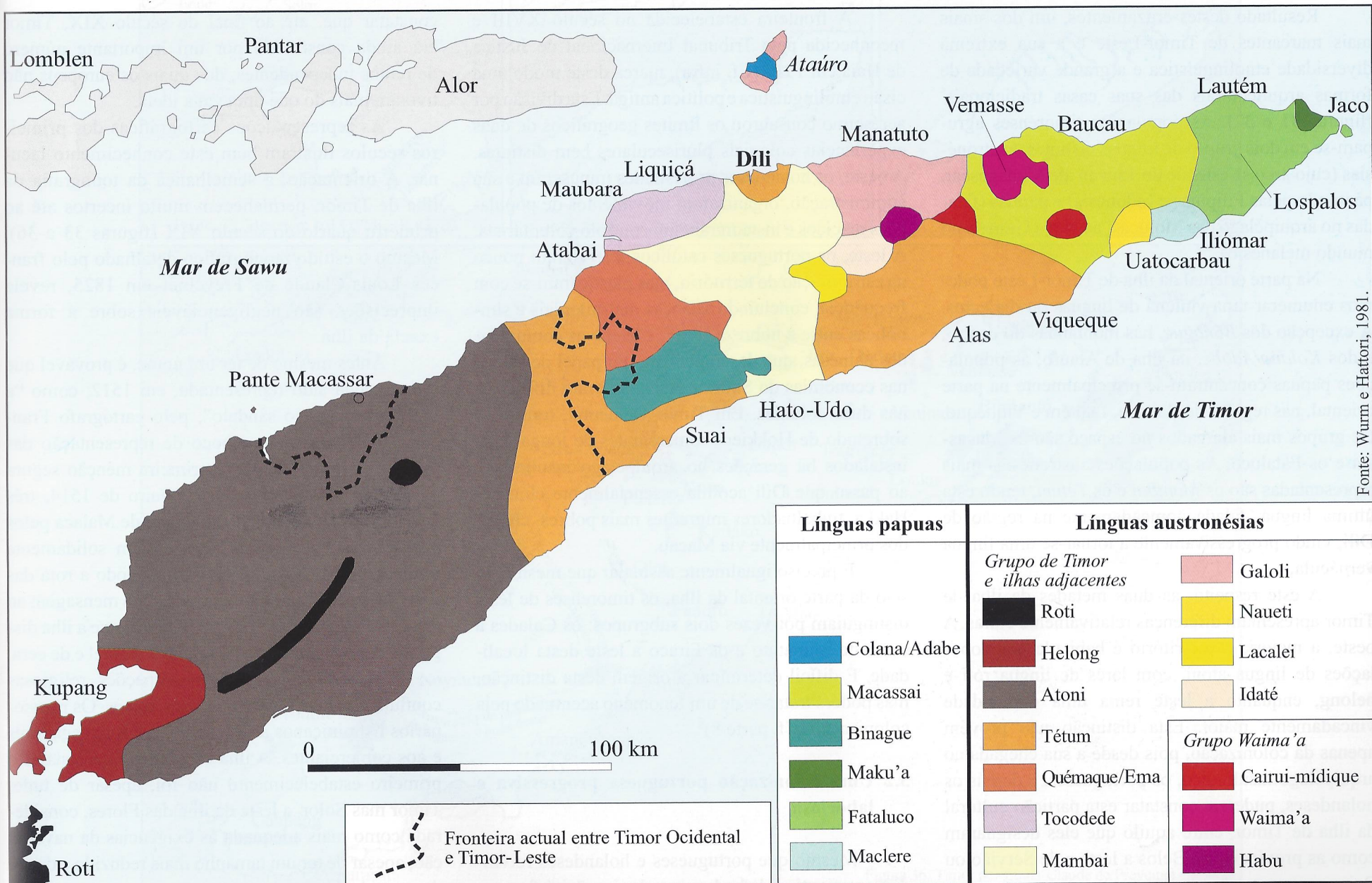
_____. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmit/background.shtml>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2013

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO II



Fonte: Wurm e Hattori, 1981.

Figura 32: Os principais grupos etnolinguísticos da ilha de Timor.



VALÉRIA TEIXEIRA GRAZIANO

Programação visual: Ivanise Oliveira de Brito

MESTRADO

2013

